

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2016/2017



TII

EVOLUÇÃO RECENTE E TENDÊNCIAS DA INICIATIVA 5+5

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Álvaro António Moreira dos Santos
MAJOR, ARTILHARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EVOLUÇÃO RECENTE E TENDÊNCIAS DA INICIATIVA
5+5

MAJOR, ARTILHARIA Álvaro António Moreira dos Santos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2017



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
EVOLUÇÃO RECENTE E TENDÊNCIAS DA INICIATIVA
5+5

MAJOR, ARTILHARIA Álvaro António Moreira dos Santos

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCOR, ENGAER Susana Marina da Conceição Pereira Abelho

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Álvaro António Moreira dos Santos**, declaro por minha honra que o documento intitulado **EVOLUÇÃO RECENTE E TENDÊNCIAS DA INICIATIVA 5+5** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CEMC 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **19 de junho de 2017**

Álvaro António Moreira dos Santos



Agradecimentos

Às minhas filhas, pela capacidade de superar a ausência do pai.

À minha mulher, pela sua elevada capacidade de suporte familiar.

Aos meus pais pelos valores que me têm transmitido ao longo da vida e pelo apoio permanente.

Ao Major-General Carlos Branco, pela disponibilidade demonstrada, troca de ideias sobre as possibilidades de cooperação no futuro no quadro da Iniciativa 5+5 Defesa.

Ao Brigadeiro-General Xavier de Sousa, Comandante da Brigada de Intervenção, pela disponibilidade demonstrada, conselhos e troca de ideias sobre questões de segurança e defesa que contemplam um espaço que é analisado com detalhe neste trabalho.

Ao Coronel de Artilharia Coutinho Rodrigues e ao Tenente-Coronel de Infantaria Alexandre Carriço, do Instituto de Defesa Nacional pela franca colaboração e disponibilização de artigos para análise.

Ao Coronel de Infantaria Pedro Sardinha, auditor do Curso de Promoção a Oficial General, pela disponibilidade demonstrada, troca de ideias e experiência enquanto membro do Comité Diretor da Iniciativa 5+5 Defesa aquando da presidência de Portugal em 2013.

Ao Tenente-Coronel de Artilharia António Paradelo da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional pela permanente disponibilidade e dados fornecidos.

À Tenente-Coronel de Engenharia Aeronáutica Susana Abelho do Instituto Universitário Militar pela sua permanente disponibilidade, superior capacidade de orientação e conselhos.

Ao Dr. Gonçalo Silvestre, do Ministério dos Negócios Estrangeiros pela disponibilidade demonstrada, dados fornecidos.

À Dra. Elisabete Gomes, da Direção de Serviços de Relações Internacionais da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional pela disponibilidade, conselhos e dados fornecidos.

Ao Major de Infantaria Rafael Lopes pelo permanente apoio, troca de ideias e experiências.

A todos, deixo um forte e sentido agradecimento pela colaboração, pois a vossa ajuda foi fundamental para a concretização deste estudo e muito enriquecedora do ponto de vista pessoal, académico e profissional.



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico e Metodológico	5
1.1. Cooperação em ambiente anárquico	5
1.2. Cooperação: as perspetivas Neorrealista e Neoliberal	5
1.3. Cooperação e o papel das Instituições Internacionais	7
1.4. Cooperação Norte-Sul no MedOc	8
1.5. Modelo de análise e metodologia seguida	10
2. Origem e Evolução da Iniciativa 5+5 Defesa	14
2.1. Ambiente Estratégico regional: a Europa, o MedOc e o Magrebe	14
2.2. Génese da Iniciativa 5+5 Defesa	17
2.3. <i>Roadmap</i> : principais marcos, atividades e exercícios	19
2.4. Evolução dos projetos de cooperação de defesa 2004-2010.....	21
3. O arco sul do MedOc: dos protestos generalizados à crise e conflito interno	22
3.1. As Primaveras Árabes no MedOc.....	22
3.2. A crise da Líbia.....	24
3.3. Impacto no ambiente estratégico	29
4. Análise estratégica e perspetivas de evolução da cooperação	34
4.1. Cooperação pós-Primaveras Árabes: passado recente e presente.....	34
4.2. Tendências e incertezas 2030 para o Mediterrâneo	35
4.3. Cenários 2030 para o Mediterrâneo.....	38
4.4. Recomendações: cooperação multilateral de defesa 2017-2030	40
Conclusões.....	45
Bibliografia.....	51

Índice de Anexos

Anexo A — Diálogo 5+5 – Reuniões para a cooperação a nível setorial	Anx A-1
Anexo B — Detalhe da dinâmica do crime transnacional organizado na Líbia.....	Anx B-1
Anexo C — Intensidade e tipo de conflitos no Mundo	Anx C-1
Anexo D — Ameaças Comuns com origem no Arco Sul de Crises.....	AnxD-1
Anexo E — Reforma do Setor de Segurança	Anx E-1



Índice de Apêndices

Apêndice A — Glossário	Apd A-1
Apêndice B — Quadro Concetual	Apd B-1
Apêndice C — Descrição dos Cenários 2030 para o Mediterrâneo	Apd C-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Modelo de análise	12
Figura 2 – Principais rotas migratórias	14
Figura 3 – Número de atividades realizadas (2005-2013)	20
Figura 4 – Evolução da transição política decorrente das Primaveras Árabes	22
Figura 5 – Evolução da situação de segurança na Tunísia e Líbia	24
Figura 6 – Índice dos Estados Frágeis 2016	25
Figura 7 – Mapa da Líbia: controlo de território por atores estatais e não estatais	26
Figura 8 – Forças em confronto na Líbia (Maio 2017)	27
Figura 9 – Rotas principais do crime transnacional organizado	27
Figura 10 – Principais rotas das migrações forçadas no Mediterrâneo	28
Figura 11 – Arcos de instabilidade Leste e Sul	32
Figura 12 – Fatores associados à mudança no Mediterrâneo	36
Figura 13 – Cenário <i>Erosion</i>	38
Figura 14 – Cenário <i>Drawbridges</i>	39
Figura 15 – Cenário <i>Powerplay</i>	39
Figura 16 – Cenário <i>Club Med</i>	40
Figura 17 – Análise SWOT	40
Figura 18 – Matriz de avaliação Eisenhower	44
Figura 19 – Padrão das ameaças transnacionais na Líbia	Anx B-1
Figura 20 – Dinâmica das cidades da costa líbia	Anx B-1
Figura 21 – Rotas de crime transacional organizado a Noroeste da Líbia	Anx B-2
Figura 22 – Rotas de crime transacional organizado a Nordeste da Líbia	Anx B-2
Figura 23 – Rotas de crime transacional organizado a Sudoeste da Líbia	Anx B-3
Figura 24 – Rotas de crime transacional organizado a Sudeste da Líbia	Anx B-3
Figura 25 – Conflitos nos níveis nacional e internacional 2016	Anx C-1
Figura 26 – Conflitos nos níveis subestatal	Anx C-1
Figura 27 – Avaliação das Ameaças comuns	Anx D-1



Figura 28 – Abordagem da RSS da ONU..... Anx E-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Principais Marcos da I5+5D 19

Tabela 2 – Conflitos na Líbia 28

Tabela 3 – Reuniões para a cooperação a nível setorial Anx A-1

Tabela 4 – Quadro de conceitos, dimensões e indicadores Apd B-1



Resumo

A Iniciativa 5+5 Defesa foi criada, em 2004, para desenvolver a cooperação multilateral político-militar com o objetivo de promover a segurança no Mediterrâneo Ocidental, deixando de fora as dinâmicas turbulentas do Mediterrâneo Oriental.

Neste trabalho, que segue o raciocínio hipotético-dedutivo, procura-se refletir sobre a cooperação multilateral de defesa no quadro da Iniciativa 5+5 Defesa desde 1990 até 2030 com os objetivos de analisar a sua gênese, avaliar o impacto das Primaveras Árabes e da crise da Líbia no ambiente estratégico, bem como, avaliar a evolução da cooperação desde a gênese da Iniciativa até ao presente, procurando perceber como pode evoluir nos próximos anos até 2030.

É argumentado que a Iniciativa surge pela percepção do Norte de ameaças vindas do Sul e da identificação de interesses comuns de cooperação. A sua evolução corresponde à necessidade de reforçar os mecanismos de comunicação para obtenção de ganhos mútuos a longo prazo. A crise da Líbia e as transformações ditadas pelas Primaveras Árabes potenciaram as ameaças e contaminaram a região do Mediterrâneo Ocidental. Face aos cenários 2030 para o Mediterrâneo, perspetiva-se que a cooperação no quadro da Iniciativa será aprofundada e consolidada para garantir a estabilidade do ambiente estratégico no Mediterrâneo Ocidental.

Palavras-chave

Ambiente Estratégico, Cooperação, Iniciativa 5+5 Defesa, Primaveras Árabes



Abstract

The 5plus5 Defence Initiative was created in 2004 to develop multilateral political and military cooperation in order to promote security in the Western Mediterranean, leaving out the turbulent dynamics of the Eastern Mediterranean.

Following the hypothetical-deductive logic, this research aims to reflect on multilateral defence cooperation in the framework of the 5plus5 Defence Initiative from 1990 up to 2030 with the objective of analysing its genesis, assessing the impact of the Arab Spring and Libya crisis in the strategic environment, as well as evaluate the evolution of cooperation from the beginning of the Initiative to the present, trying to understand how it can evolve in the next years up to 2030.

It is argued that the Initiative comes from the Global North's perception of threats from the Global South and the identification of common interests of cooperation. Its evolution corresponds to the need of strengthen the communication mechanisms in order to obtain long-term mutual gains. The Libyan crisis and the changes brought about by the Arab Spring spurred the threats and contaminated the Western Mediterranean region. Given the 2030 scenarios for the Mediterranean, cooperation under the Initiative will be further developed and consolidated to ensure the stability of the strategic environment in the Western Mediterranean.

Keywords

Strategic Environment, Cooperation, 5 plus 5 Defence Initiative, Arab Springs



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

11/9	11 de setembro de 2001
ADM	Armas de Destruição em Massa
APL	Acordo Político Líbio
CBMs	<i>Confidence-Building Measures</i>
CDir	Comité Diretor
CdR	Câmara dos Representantes
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas
CEMRES	Centro Euro-Magrebino de Investigação e Estudos Estratégicos
CFCH	Centro de Formação em Desminagem Humanitária 5+5 Defesa
CGN	Congresso Geral Nacional
CSCE	Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
D5+5	Diálogo 5+5
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DGPDN	Direção-Geral de Política de Defesa Nacional
DSRI	Direção de Serviços de Relações Internacionais
EAU	Emirados Árabes Unidos
EI	Estado Islâmico
EUA	Estados Unidos da América
FAL	Forças Armadas Líbias
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
GAN	Governo de Acordo Nacional
GF	Guerra Fria
HIK	<i>Heidelberg Institute for International Conflict Research</i>
Hip	Hipótese
I5+5D	Iniciativa 5+5 Defesa
IDN	Instituto de Defesa Nacional
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MedOc	Mediterrâneo Ocidental



MedOr	Mediterrâneo Oriental
MO	Médio Oriente
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NA	Norte de África
OAE	Operação <i>Active Endeavour</i>
OE	Objetivo específico
OG	Objetivo geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Primaveras Árabes
QC	Questão central
QD	Questão derivada
RSS	Reforma do Setor de Segurança
SI	Sistema Internacional
UE	União Europeia
UNSMIL	<i>United Nations Support Mission in Libya</i>
VICA	Volatilidade, Incerteza, Complexidade, Ambiguidade



Introdução

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013 verifica-se que o Magrebe¹ é uma área geográfica de interesse estratégico relevante para Portugal (Governo de Portugal, 2013, pp. 13-21).

Assim, assume centralidade na Estratégia Nacional de Segurança e Defesa, a defesa da posição internacional de Portugal através da promoção da segurança² do Magrebe a par da consolidação das relações externas de defesa, assente numa política de cooperação bilateral e multilateral que contribua para a estabilidade³ estratégica no Mediterrâneo e no Magrebe (Governo de Portugal, 2013, pp. 30-31).

Porém a região sul do Mediterrâneo tem demonstrado ao longo do tempo níveis de instabilidade que preocupam a União Europeia (UE). As Primaveras Árabes (PA) ditaram um conjunto de transformações no contexto interno de alguns Estados do Norte de África (NA) e do Médio Oriente (MO) e contribuíram para o aumento dos riscos de instabilidade regional (Marcelino, 2012, p. 63).

A instabilidade e os conflitos prolongados no NA e MO, desde 2011, conjugado com as realidades no Sahel e África Subsariana criaram um conjunto de desafios sociais e de segurança para a Europa que não devem ser ignorados, mas antes compreendidos de forma holística. O aumento dos fluxos de migrantes Sul-Norte, através do Mediterrâneo, o extremismo e o terrorismo, a par da criminalidade transnacional organizada, juntos tiveram e continuam a ter implicações nas dinâmicas de segurança na Europa. Em junho de 2015, Federica Mogherini, Alta Representante para a Política Externa e de Segurança da UE afirmou “precisamos responder aos velhos e novos conflitos e ajudar a resolver as causas profundas dos conflitos através de respostas *tailor-made*.”⁴ (Zandee, et al., 2015, p. 5).

Mas esta não é uma situação nova. Desde a década de 70 do século passado, que os Estados europeus reconhecem que, os problemas no NA constituem uma preocupação séria. Neste contexto, em virtude da proximidade geográfica, procurou-se lançar iniciativas de cooperação que favorecesse o diálogo intercultural no Mediterrâneo na procura de soluções partilhadas para problemas comuns (Vasconcelos, 2002, pp. 11-14).

No período pós-Guerra Fria (GF), as iniciativas lançadas pela UE e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) são dois exemplos que representam uma dinâmica

¹ Ver definição no Apêndice A.

² Ver definição no Apêndice A.

³ Ver definição no Apêndice A.

⁴ Tradução pelo autor de “We need to respond to old and new conflicts, and help address the root causes of resentment through tailor-made responses.”



de cooperação característica de um novo regionalismo. Contudo, o seu sucesso nem sempre correspondeu às expetativas desejadas (Marizza, et al., 2002, pp. 45-46).

Em 1990, em Roma, é lançado o Diálogo 5+5 (D5+5) no Mediterrâneo Ocidental (MedOc), despertado pela criação da União do Magrebe Árabe e pela relutância da França em suportar na plenitude a política de segurança e cooperação no Mediterrâneo. Pretendia-se desenvolver a cooperação Norte-Sul no MedOc, nomeadamente entre França, Portugal, Espanha, Itália, Malta, Argélia, Marrocos, Tunísia, Líbia e Mauritânia, nos domínios político, económico, social e cultural deixando de parte as questões relacionadas com a defesa (Marizza, et al., 2002, p. 58).

Todavia, a iniciativa esteve bloqueada na década de 90. No sentido de revitalizar a cooperação e o diálogo, Portugal desempenhou um papel relevante ao acolher em 2001, a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membro do D5+5. A partir deste momento, a iniciativa tomou outra dimensão conforme se pode verificar na Tabela 3 do Anexo A (Direção-Geral de Política Externa, 2017).

Em 2004, por iniciativa da França, a cooperação é alargada às questões da segurança e defesa. Surge assim a Iniciativa 5+5 Defesa (I5+5D) (MDN, 2013, pp. 98-99).

Atualmente, para além da I5+5D, que tem carácter sub-regional, circunscrito ao MedOc, existem outros mecanismos de diálogo e cooperação de segurança e defesa com carácter regional no Mediterrâneo promovidos pela UE⁵, pela OTAN⁶ e pela OSCE⁷ (Reis & Carriço, 2014, p. 3; OTAN, 2015; OSCE, 2017);

Atendendo à realidade supramencionada, julga-se pertinente refletir sobre o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico inerente à I5+5D e na cooperação multilateral no quadro da I5+5D por diversos motivos.

Primeiro, considerando o CEDN, vislumbra-se a necessidade de compreender as dinâmicas regionais de segurança e defesa, bem como a necessidade de valorizar e privilegiar as relações de cooperação multilateral (Governo de Portugal, 2013, p. 1989). Neste contexto, a partilha de expetativas e entendimentos institucionalizada é importante para manter a estabilidade do ambiente estratégico e promover a cooperação Norte-Sul.

Segundo, a proximidade geográfica Norte-Sul e a partilha do MedOc, enquanto região bem delimitada geograficamente implica que os Estados-Membro da I5+5D não

⁵ O Processo de Barcelona. Ver Apêndice A.

⁶ O Diálogo OTAN para o Mediterrâneo. Ver Apêndice A.

⁷ A Parceria de Cooperação para o Mediterrâneo. Ver Apêndice A.



podem ignorar os desafios, as ameaças⁸ e riscos transnacionais presentes no ambiente estratégico. É importante encontrar soluções comuns, partilhar entendimentos, divisão de custos e responsabilidades na criação de uma zona de paz e estabilidade no MedOc.

Terceiro, as PA e a crise da Líbia potenciaram ameaças e riscos, contaminaram a região do MedOc que se transformou simultaneamente na esperança e desespero para aqueles que procuram escapar à instabilidade, aos conflitos e à fragilidade estatal, tentando chegar a uma Europa, símbolo da modernidade, estabilidade e defensora dos valores democráticos.

Esta reflexão insere-se no corpo de conhecimentos multidisciplinar das Ciências Militares, na área de conhecimento “Estudo das crises e dos conflitos armados”.

É importante para políticos e militares com responsabilidade ao nível da condução da política externa e política de defesa nacional. No âmbito da defesa nacional, é importante para militares com responsabilidade ao nível do planeamento estratégico.

Ao nível concetual, pretende-se contribuir com uma avaliação do impacto das crises e dos conflitos na estabilidade do ambiente estratégico e na cooperação de segurança e defesa entre Estados, na região do MedOc. Ao nível empírico, pretende-se contribuir para a compreensão da origem e evolução da I5+5D e das transformações ditadas pelas PA.

O objeto de investigação é a interação entre os Estados que compõem o D5+5, desde a sua criação em 1990 até 2030, no domínio da defesa, no MedOc.

A investigação encontra-se delimitada ao espaço definido pelos Estados-Membro da I5+5D e ao MedOc.

Em termos temporais a análise compreende o período de 1990 a 2030.

Quanto ao conteúdo, a investigação incide sobre a cooperação internacional no domínio da segurança e defesa.

O objetivo geral (OG) da investigação é:

OG: Avaliar a cooperação no âmbito da segurança e defesa dos Estados-Membro do D5+5, no MedOc de 1990 a 2030.

Adicionalmente determinaram-se três objetivos específicos (OE):

OE1: Analisar a génese e evolução da I5+5D, desde 1990 até 2010;

OE2: Avaliar o impacto das PA e crise da Líbia no ambiente estratégico da I5+5D desde 2011 a 2016;

⁸ Ver definição no Apêndice A.



OE3: Avaliar a cooperação de defesa no quadro da I5+5D, desde 2011 a 2016 projetando-a face às tendências e incertezas até 2030.

Considerando o objeto de investigação, a delimitação do tema e os objetivos da investigação formulou-se a seguinte Questão Central (QC):

QC: De que forma é que a cooperação dos Estados-Membro da I5+5D se adaptou e adapta à dinâmica evolutiva do ambiente estratégico no MedOc desde 1990 até 2030?

Para facilitar a resposta à questão central formularam-se as seguintes Questões Derivadas (QD) e respetivas Hipóteses (Hip):

QD1: Como surgiu e evoluiu a cooperação entre os Estados-Membro do D5+5, no domínio da segurança e defesa desde 1990 a 2010?

Hip. 1.1: A cooperação surgiu de uma escolha racional dos Estados do MedOc em função da perceção de ameaças vindas do Sul e da identificação de interesses comuns no domínio da segurança e defesa.

Hip. 1.2: A cooperação evoluiu da necessidade de reforçar os mecanismos de comunicação Norte-Sul para obtenção de ganhos mútuos a longo prazo.

QD2: Qual o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico da I5+5D entre 2011 a 2016?

Hip. 2: A crise da Líbia e os conflitos internos resultantes das transformações inerentes às PA potenciaram as ameaças e contaminaram a região inerente ao ambiente estratégico da I5+5D;

QD3: Como evoluirá a cooperação da I5+5D desde 2017 até 2030 face às tendências 2030?

Hip. 3: Face aos cenários 2030, a I5+5D aprofunda e consolida a cooperação para garantir a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc.

Para desenvolver a investigação seguiu-se o raciocínio hipotético-dedutivo. Adotou-se uma estratégia qualitativa. O nosso desenho de pesquisa é o estudo de caso.

No primeiro capítulo expõe-se uma revisão da literatura, o modelo de análise e a metodologia seguida. No segundo capítulo analisa-se a origem e evolução da I5+5D. No terceiro capítulo avalia-se o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico do MedOc. No quarto capítulo identificam-se as possibilidades futuras de cooperação no quadro da I5+5D, face aos cenários 2030.

Finalmente são expostas as conclusões da investigação, apresentados os contributos para o conhecimento e as recomendações para o desenvolvimento de investigações futuras.



1. Enquadramento Teórico e Metodológico

1.1. Cooperação em ambiente anárquico

Compreender as relações de conflito e as possibilidades de cooperação entre Estados tem ocupado um lugar de destaque entre académicos (Jervis, 1999, p. 42).

Segundo Oye (1985, p. 1), a natureza anárquica do Sistema Internacional (SI), sinónimo de inexistência de uma autoridade central que imponha limites aos Estados na prossecução dos interesses nacionais, faça cumprir os acordos internacionais e previna o uso da força, origina resultados distintos. Conflito e cooperação são duas possibilidades num ambiente onde não existe um verdadeiro *Leviathan*.

Os Estados procuram sobreviver e as suas relações podem ser marcadas pela guerra, competição ou acomodação. Por vezes, a falta de autoridade central, superior aos Estados impede a consecução de objetivos comuns. O problema reside na falta de um mecanismo que controle o comportamento dos Estados e garanta que os acordos são cumpridos na totalidade. A possibilidade de rutura de um acordo torna a cooperação difícil ou pode mesmo impedi-la, em situações em que cooperação seria benéfica (Oye, 1985, p. 1).

Todavia, há situações em que os Estados procuram cooperar. Mesmo na falta de uma autoridade central que imponha o cumprimento dos acordos, os Estados podem prosseguir interesses comuns através de mecanismos de cooperação, de negociação formal ao nível bilateral ou multilateral. Assim, a capacidade dos Estados cooperarem em ambiente anárquico, de se vincularem a ações mutuamente benéficas sem recorrer a uma autoridade central, é vital para a realização de interesses comuns (Oye, 1985, p. 1).

Face ao que antecede, Oye coloca a questão: Porque é que então a cooperação emerge nalguns casos e noutros não? Não há uma resposta simples, pois existem diferentes perspetivas de encarar o fenómeno. As hipóteses e as estratégias a adotar pelos Estados podem ser diversas e distintas. Neste aspeto, o debate entre neorrealistas e neoliberais é intenso e divergente, o qual se procura expor de seguida.

1.2. Cooperação: as perspetivas Neorrealista e Neoliberal

Na visão neorrealista, cujo seu expoente máximo é Kenneth Waltz, a cooperação sob determinadas condições é possível. Os atores principais no SI, cuja natureza é anárquica, são os Estados. O poder é o meio para se obter segurança. A natureza anárquica do SI força os Estados a adotarem a lógica de autoajuda⁹ e de jogo de soma nula, onde o ganho de um implica perdas para o outro (Glasser, 2010, pp. 16-17).

⁹ Ver definição no Apêndice A.



Neste sentido, os Estados adotam uma postura competitiva para proteger os seus interesses e garantirem a sua sobrevivência. Esta postura é fortalecida pela incerteza das intenções e motivos futuros de outros Estados. As intenções benignas de um Estado podem ser alteradas ao longo do tempo, o que influencia negativamente a confiança. Assim, a incerteza das intenções de outros Estados tornam a cooperação mais difícil, dado que, são feitas as piores assunções sobre o comportamento do outro, num jogo de soma nula (Glasser, 2010, pp. 18-21).

A visão neoliberal, explicada pela primeira vez por Robert Keohane e Joseph Nye em 1974, oferece uma análise sobre a interdependência complexa entre Estados e evidencia que a estrutura anárquica do SI cria um interesse particular nos Estados para cooperar. Ao contrário dos realistas, os neoliberais manifestam otimismo em relação à cooperação e aos ganhos mútuos entre Estados (Kay, 2012, p. 60).

Apesar de partilharem algumas premissas com os neorrealistas¹⁰, divergem quanto à conclusão de que, a consequência é a opção por estratégias de sobrevivência, onde a competição pelo poder é o resultado esperado (Nogueira & Messari, 2005, pp. 90-91).

Para Axelrod e Keohane (1985) a natureza anárquica do SI pode ser vista como uma estrutura onde a cooperação é possível e não apenas como um estado de natureza hobbesiano¹¹. Por vezes, quando os Estados partilham interesses comuns¹², a par da forma como é estruturado o contexto em que a interação tem lugar, a escolha racional pode ser a cooperação em detrimento do conflito para manter ou maximizar o poder (Nogueira & Messari, 2005, p. 91).

Para os neoliberais, o problema da interação entre Estados no SI de natureza anárquica, está na forma como alterar o contexto em que ocorre essa interação para que, se possa identificar interesses comuns. As estratégias disponíveis não são apenas as que conduzem os Estados à competição. Considerando a imagem comumente conhecida pelo dilema do prisioneiro, percebe-se que a cooperação entre os atores do SI pode ser igualmente uma estratégia a seguir em que os ganhos são mútuos. Para tal, é necessário criar formas de comunicação entre os atores para gerar um resultado de cooperação benéfico para todos. As instituições internacionais podem desempenhar um papel fundamental, providenciando mecanismos fortes de cooperação de mútuo benefício,

¹⁰ Foco no papel dos Estados e no reconhecimento da estrutura anárquica do SI, facto que gera incertezas e insegurança aos Estados.

¹¹ Estado de guerra de todos contra todos.

¹² Interesses comuns não são sinónimo de harmonia de interesses. Tal como os neorrealistas, os neoliberais encaram os Estados como atores egoístas (Nogueira & Messari, 2005, p. 91).



alterando o contexto de interação estratégica conflitual e, proporcionando a identificação de interesses comuns para que a cooperação aconteça (Nogueira & Messari, 2005, pp. 92-95).

Finalmente, no que confere à cooperação no domínio da segurança e defesa, em que os ganhos de uns são percebidos como as perdas de outros¹³, ela é mais difícil de ter sucesso (Lamy, 2001, p. 190).

1.3. Cooperação e o papel das Instituições Internacionais

No que respeita às relações de cooperação através das instituições internacionais, e à sua influência no comportamento dos Estados, realistas e liberais apresentam argumentos diferentes.

Mearsheimer (1995, p. 8) evidencia que não existe uma definição consensual sobre o que é uma instituição internacional. As definições apresentadas são na generalidade abrangentes por forma a incluir todo o tipo de relações internacionais, o que não ajuda a fornecer um quadro analítico coerente.

Define instituições como “um conjunto de regras que estipulam padrões, segundo os quais, os Estados devem cooperar e competir¹⁴”. Estas regras são negociadas pelos Estados, cuja aceitação mútua segundo Krasner, citado por Mearsheimer, representa o padrão de comportamento em termos de direitos e obrigações. Normalmente, os Estados formalizam as regras negociadas através de acordos internacionais, incorporados geralmente em organizações constituídas pelos seus diplomatas, militares ou outros, bem como providenciam o seu financiamento. Apesar das regras negociadas serem incorporadas em Organizações Internacionais (OIs), elas por si só não compelem os Estados a cumprir as regras, pelo que, não representam uma autoridade central. Os Estados num sistema anárquico são livres de obedecer às regras por eles criadas (Mearsheimer, 1995, pp. 8-9).

Mearsheimer (1995, p. 7) analisa o papel das instituições internacionais para evitar a guerra e promover a paz. Segundo ele, a estabilidade do SI, ao contrário do que os neoliberais afirmam, não é afetada pelas instituições internacionais. As instituições internacionais são basicamente uma reflexão da distribuição de poder no mundo, baseadas nos interesses das grandes potências e que, por si só, não têm efeito no comportamento dos Estados. Conclui que as instituições não desempenham um papel importante na promoção

¹³ Jogo de soma nula.

¹⁴ Tradução pelo autor de “*I define institutions as a set of rules that stipulate the ways in which states should cooperate and compete with each other*” (Mearsheimer, 1995, p. 8).



da paz. O seu papel na mudança de comportamento dos Estados não é significativo. Logo, a lógica das instituições internacionais promoverem a paz, a estabilidade e a cooperação, representa um significado mínimo.

Face ao impacto limitado que as instituições têm no comportamento dos Estados, o seu papel na promoção da paz, estabilidade e cooperação deve ser encarado com ceticismo e eventualmente algum cinismo (Mearsheimer, 1995, p. 47).

Já para os neoliberais, como reconhece Keohane, se as elites do Estado não acreditarem nos ganhos de acordo com o interesse nacional, é difícil que a cooperação de facto aconteça e que as instituições facilitem o desenvolvimento da cooperação. Por outro lado, quando se vislumbra que os Estados em conjunto podem beneficiar cooperando, pode-se esperar que procurem desenvolver e criar instituições internacionais. As instituições internacionais oferecem claros benefícios aos Estados. Providenciam informação, reduzem os custos de transação e criam oportunidades para a cooperação na prossecução de interesses comuns e ganhos a longo termo. Ajudam a reduzir as incertezas e portanto, têm grande poder para garantir estabilidade (Keohane & Martin, 1995, pp. 41-42).

Adicionalmente, os Estados têm necessidade de coordenar as suas ações num ambiente que se pretende de cooperação estável. Não há apenas uma forma de cooperação. Os caminhos são diversos e há a necessidade de coordenar ações entre os atores. Por outro lado, os Estados podem discordar na forma como cooperar o que, se torna na primeira barreira à cooperação nos jogos de coordenação de ações. Neste campo, as instituições internacionais, apesar de não serem o único mecanismo de cooperação num ambiente complexo que envolve vários Estados, podem providenciar as linhas principais de cooperação. Este facto torna a cooperação mais eficiente e eficaz na prossecução de interesses comuns (Keohane & Martin, 1995, p. 45).

1.4. Cooperação Norte-Sul no MedOc

As parcerias de cooperação Norte-Sul criadas no Mediterrâneo têm associado uma retórica de promoção de uma zona de paz e estabilidade, a par da tentativa de promover o desenvolvimento e o progresso. O objetivo é mitigar as desigualdades económicas, sociais e políticas essenciais para reduzir os fluxos migratórios na direção Sul-Norte. Resultaram do reconhecimento da interdependência em vários domínios, sobretudo no plano da economia e da segurança, proporcionada pela proximidade geográfica, numa região bem delimitada geograficamente. São proporcionadas pelo conjunto de interesses comuns



identificados entre os Estados da bacia Mediterrânea naqueles dois domínios (Bunzan & Waeber, 2003, p. 215).

No que respeita às iniciativas para o diálogo e cooperação no MedOc, Montenegro (2006, p. 33) afirma que essas iniciativas não atingiram os resultados desejados em razão do desencontro de perspectivas de análise. A incapacidade de ultrapassar as desconfianças do Sul, onde as iniciativas do Norte são percecionadas como formas de neocolonialismo, a par da visão do Norte sobre o Sul¹⁵ e do Sul sobre o Norte¹⁶ contribui para o desencontro de posições.

Sacchetti (2006, p. 42) ao refletir sobre a geopolítica do Mediterrâneo e Segurança na Europa identifica as estruturas de cooperação no Mediterrâneo. No que respeita ao D5+5, afirma que tem a vantagem para o desenvolvimento do diálogo, não incluir a realidade turbulenta do Mediterrâneo Oriental (MedOr)¹⁷.

Núñez (2012) ao analisar a política de defesa de Espanha no contexto do Mediterrâneo avalia a evolução da I5+5D. Segundo ele, a natureza informal e flexível da I5+5D permite-lhe constituir-se num fórum privilegiado para a partilha de ideias. O seu quadro iminentemente prático tem permitido o intercâmbio de procedimentos operacionais para lidar com os desafios no domínio da segurança e defesa no MedOc. Na mesma linha, Alberca (2014) e García (2015) expõem os projetos da I5+5D e analisam as atividades realizadas durante a presidência de Espanha na I5+5D.

Reis e Carriço (2014) afirmam que a proximidade geográfica entre Europa e o Mediterrâneo cria uma interdependência de segurança que requer diálogo e um quadro prático de cooperação. Assim, a I5+5D assume especial importância enquanto quadro de cooperação pragmático, flexível, gradual e institucionalizado para lidar com as ameaças, riscos e crises através da implementação de Medidas de Confiança¹⁸ baseadas no consenso.

Xavier de Sousa (2014, pp. 57-60) ao analisar as convulsões sociais ocorridas no NA conclui que, as PA colocaram desafios à segurança dos Estados do NA e seus vizinhos próximos, com impacto significativo na estabilidade do ambiente estratégico regional no MedOc. Neste contexto, propôs um conjunto de medidas a adotar pela Europa, Estados do Magrebe e Sahel, onde a I5+5D pode desempenhar um papel relevante na promoção do diálogo intercultural, bem como, na promoção da confiança e segurança no MedOc através

¹⁵ Uma região associada ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição maciça, emigração ilegal, violência interna e conflitos prolongados.

¹⁶ Uma região de progresso e bem-estar, de modernidade.

¹⁷ Ver definição no Apêndice A.

¹⁸ Tradução de “*Confidence-Building Measures (CBMs)*”.



de duas medidas: (i) constituição de uma força naval combinada para patrulhamento do MedOc; (ii) execução periódica, de exercícios operacionais e táticos, de forças conjuntas e combinadas, organizados e planeados de forma rotativa.

Freitas (2016, pp. 40-46) num estudo sobre o desenvolvimento de capacidades militares e competências aéreas no espaço da I5+5D contribuiu para a identificação de mecanismos de cooperação multilateral no âmbito da Força Aérea. Segundo o autor, a I5+5D tem tido uma evolução lenta, porém já produziu projetos de cooperação de sucesso. Neste estudo, apresenta um modelo de cooperação onde insere na atual estrutura de cooperação um Comité Coordenador Militar e um quinto pilar de cooperação designado por Edificação de Capacidades.

1.5. Modelo de análise e metodologia seguida

No desenvolvimento da presente investigação considerou-se fundamental explicitar os conceitos de cooperação, crise, conflito e ambiente estratégico.

Cooperação define a interação entre Estados com vista à realização de interesses comuns (Sousa & Mendes, 2014, p. XIV). Dedicar-se-á atenção à cooperação através de instituições internacionais no âmbito da defesa.

Crise designa uma situação de desequilíbrio entre dois ou mais atores, geralmente Estados ou, uma situação em que está em causa a estabilidade do SI (Boniface, 1997, p. 166). Importa discernir sobre as crises que colocam em evidência a fragilidade do Estado e contribuem para a instabilidade do ambiente estratégico.

Conflito “é um fenómeno de natureza social, entre pessoas ou grupos”. Ao conflito está associado um choque intencional, que implica uma vontade hostil no sentido de infligir danos ou prejuízos morais e materiais a um adversário (Couto, 1988, p. 101). Implica “uma oposição de interesses que não se traduz forçosamente pelo emprego da força armada”. Quando o antagonismo degenera em confrontação armada direta, pode-se afirmar que se está perante uma guerra e os dois termos podem ser utilizados indiferentemente. Aqui assume especial importância o conflito no interior dos Estados, designados por conflito intraestatal e que reproduzem as características de uma guerra civil¹⁹ (Boniface, 1997, pp. 165-166).

Ambiente estratégico representa o domínio de interação entre atores, normalmente Estados para promover segurança e bem-estar. Consiste no contexto interno e externo,

¹⁹ Guerra Civil é um confronto armado no interior de um Estado e que opõe as autoridades Estatais a um ou mais grupos insurrecionais (Boniface, 1997, p. 166).



condições, relações, tendências, questões, ameaças, oportunidades, interações e efeitos que influenciam o sucesso do Estado em relação ao mundo físico, a outros atores, ao acaso e aos futuros possíveis. Funciona como um sistema complexo auto-organizado. Procura manter o seu atual equilíbrio relativo, ou encontrar um novo equilíbrio aceitável. Neste ambiente dinâmico, algumas coisas são conhecidas (previsíveis), algumas são prováveis, outras são plausíveis, outras são possíveis e outras permanecem simplesmente desconhecidas. Atualmente caracteriza-se pela sua natureza de elevada volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VICA) (Yarger, 2006, p. 17).

Para a concretização dos objetivos de investigação, procedeu-se numa fase inicial, à definição do estado da arte através de leituras preliminares de âmbito concetual sobre as relações de conflito e cooperação entre Estados. Estas leituras foram essenciais para identificar os conceitos estruturantes da investigação. As leituras preliminares ajudaram ainda a identificar estudos elaborados por outros autores sobre a I5+5D.

Realizaram-se entrevistas exploratórias e semiestruturadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), Instituto de Defesa Nacional (IDN), a militares e civis que estiveram ligados à I5+5D, ou desenvolveram estudos sobre questões de segurança e defesa no Magrebe para ajudar na compreensão do problema.

Seguidamente explicitaram-se os conceitos estruturantes e elaborou-se o quadro concetual cfr. Tabela 4 do Apêndice B. Formularam-se as hipóteses e a relação entre conceitos.

Seguiu-se o raciocínio hipotético-dedutivo conjugado com uma estratégia qualitativa para avaliar a cooperação entre os Estados-Membro da I5+5D. O desenho de pesquisa é o estudo de caso.

Quanto à amostra apresenta-se com as seguintes variações: Estados, enquanto unidades do sistema; cinco Estados Europeus; cinco Estados do Magrebe; conjunto dos Estados-Membro da I5+5D.

De seguida apresenta-se na Figura 1, um esquema que sintetiza o modelo de análise e a articulação de conceitos.

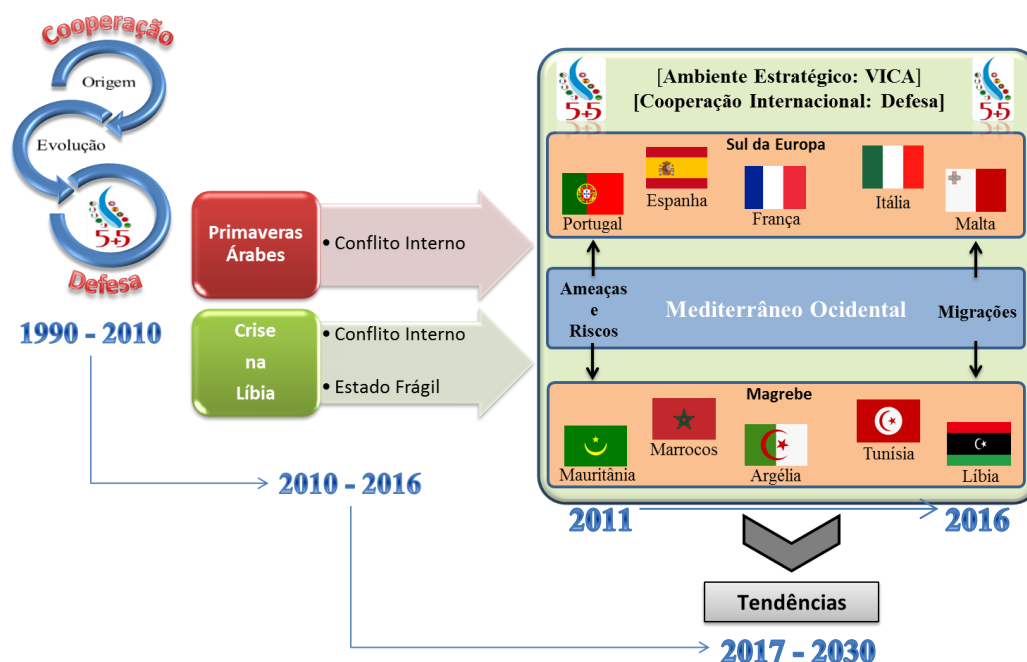


Figura 1 – Modelo de análise

Fonte: (autor, 2016)

Selecionaram-se como fontes primárias as declarações conjuntas resultantes das iniciativas diplomáticas, documentos de trabalho do MNE e DGPDN, comunicados emanados pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), Anuários de Defesa, dados do *website* da I5+5D.

Como fontes secundárias e estudos bibliográficos, selecionaram-se dados extraídos de fontes noticiosas, relatórios de diversos institutos de estudos estratégicos, *think thanks*, nomeadamente o IDN, o *Strategic Studies Institute of US Army War College*, o *Atlantic Council*, o *Heidelberg Institute for International Conflict Research*, *United States Institute of Peace*, o Instituto de Relações Internacionais da Holanda "*Clingendael*". Dados com origem em OIs, nomeadamente a Organização das Nações Unidas (ONU), a OSCE, OTAN, UE, Organização Internacional para as Migrações.

A recolha de dados assentou nas fontes acima identificadas, complementada com entrevistas semiestruturadas.

Dos dados primários, pretendeu-se extrair os interesses comuns que orientam a interação dos Estados-Membro da I5+5D, os desafios e oportunidades partilhadas. Dos dados secundários pretendeu-se extrair informação que permita avaliar o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico no MedOc e as oportunidades de cooperação em função dos cenários 2030 plausíveis para a região do Mediterrâneo.



Finalmente, os dados são apresentados sob a forma de narrativa, apoiados em tabelas e figuras, evidenciando-se a compreensão e interpretação do objeto de estudo. Este exercício de análise e tratamento dos dados permitiu testar as hipóteses e deduzir conclusões.



2. Origem e Evolução da Iniciativa 5+5 Defesa

2.1. Ambiente Estratégico regional: a Europa, o MedOc e o Magrebe

A UE traduz uma união em termos políticos e económicos simbolizando uma identidade própria a Norte do MedOc (Haless, 2003, p. 23).

O MedOc faz parte de um dos principais corredores do sistema migratório mundial cfr. Figura 2 e pode ser encarado de duas formas.

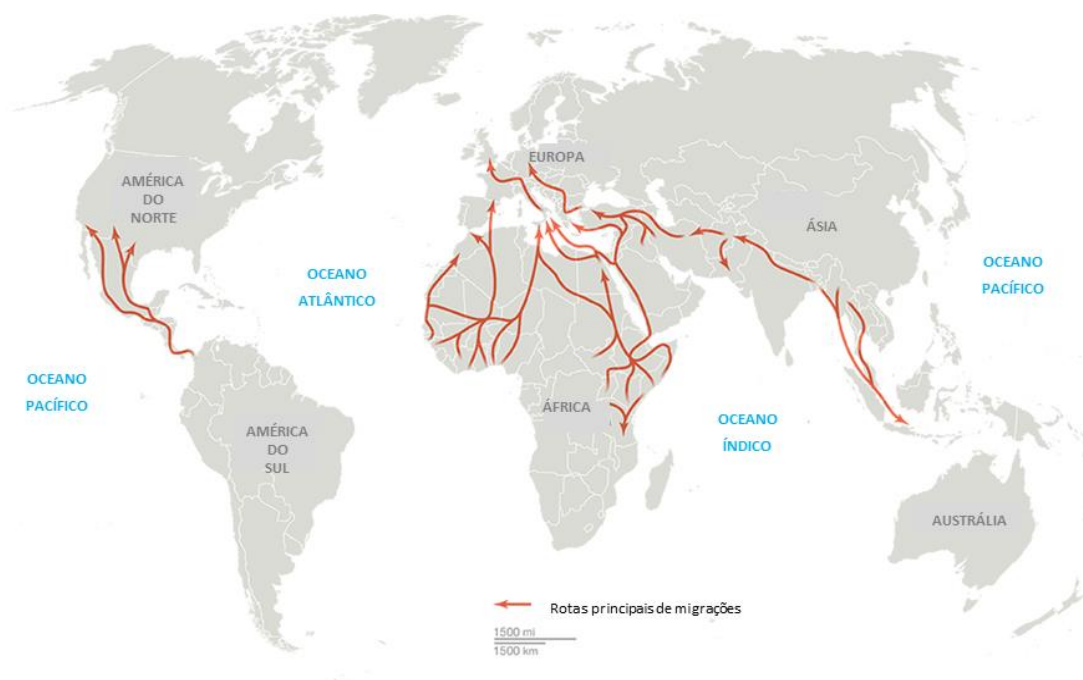


Figura 2 – Principais rotas migratórias

Fonte: (Conant, et al., 2015)

Por um lado, ponto de união entre três continentes e diferentes culturas. Por outro lado, fronteira entre realidades distintas²⁰, através do qual se podem propagar ameaças vindas do Sul, onde as crises e os conflitos são uma constante (Pinto, 2000, pp. 114-117; Haless, 2003, p. 19; Rodrigues & Ferreira, 2011). Esta dicotomia coloca enormes dilemas aos Estados do Norte nas suas relações com os seus vizinhos do Sul no que respeita a questões de segurança (Haqhaqi, 2004, p. 60).

O Magrebe é uma região relativamente homogênea em termos de etnia, cultura e religião. A população árabe está em maioria e o islamismo é a religião dominante (Conde, 2008, p. 4; Central Intelligence Agency, 2017). Contudo, o aumento do nacionalismo a partir da década de 70 minou os esforços de integração regional. Durante a GF, foi parte de

²⁰ Norte considerado uma região estável. O Sul considerado uma região fragmentada e instável.



um teatro secundário da confrontação bipolar. Com a exceção da Líbia até 1969²¹ e de Marrocos com fortes ligações aos Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados Europeus, os restantes Estados do Magrebe adotaram uma posição de não-alinhados, porém, receberam apoio económico e militar da União Soviética (Terracini, 1999, pp. 1-3).

Nas décadas de 70 e 80, a Líbia colocou enormes desafios à comunidade internacional pelo apoio prestado a grupos terroristas. A sua ação no vizinho Chade e na Nicarágua, a aproximação à União Soviética, a utilização de armas químicas e esforços para obtenção e produção de Armas de Destruição em Massa (ADM) foram encaradas como uma ameaça à estabilidade do ambiente estratégico (Martin & Walcott, 1988, pp. 261-262; Endicott, s.d., p. 146; 148; Rabaçal, 2014, p. 302; Terracini, 1999, p. 3).

Neste contexto, os EUA em 1986 utilizaram uma estratégia direta de coação²² na Líbia a fim de induzir uma alteração de comportamento (Vicente, 2013, p. 68; Martin & Walcott, 1988, p. 259; MCFarlane, 1985).

A natureza especial das ameaças à segurança justifica a utilização de medidas extraordinárias. Invocar a segurança é a chave fundamental para legitimar o uso da força. De forma geral, permite aos Estados mobilizar e valer-se de poderes especiais para ações de defesa contra as ameaças que causam instabilidade no ambiente estratégico (Bunzan, et al., 1998, p. 21). Assim, as preocupações de segurança e defesa são matérias sensíveis aos Estados e ocupam um lugar especial nas suas relações com outros Estados.

A Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), assinada em 1975, é exemplo das preocupações supramencionadas, onde se reconhece a interdependência entre a segurança na Europa e a segurança na região do Mediterrâneo (OSCE, 1975, pp. 2-3; 13; Ford, 1976, p. VIII; 10).

Com o fim da GF desaparece a confrontação bipolar e, gerou-se a noção de um vazio estratégico que abriu caminho para novas formas de cooperação, aumentando a interdependência entre atores do ambiente estratégico que passou a ser caracterizado por conflitos de contornos fluídos e evolução imprevisível (Nunes, 1996, pp. 150-161).

A ameaça militar clássica perdeu fulgor e, abriu espaço para a inclusão de outras fontes de insegurança na agenda de segurança. Fontes que também podem ter impacto negativo no ambiente estratégico, como os desequilíbrios demográficos, as migrações

²¹ Quando Kadhafi sobe ao poder, decide-se por uma posição inicial de não-alinhado (Terracini, 1999, p. 3). Posteriormente adota uma postura de desafio permanente aos EUA e aproxima-se à União Soviética com a cedência de bases aéreas e navais (Martin & Walcott, 1988, pp. 261-262; Endicott, s.d., p. 146; 148) .

²² Operação *El Dorado Canyon*.



descontroladas, a escassez de recursos, o tráfico de armas, o terrorismo, o radicalismo, o crime transnacional organizado. Nesta altura, o MedOc incorporou um conjunto de ameaças militares e não militares. Se no quadro das ameaças convencionais não era expectável qualquer ação, no que respeita às ameaças não convencionais, existiam sérias preocupações com a proliferação de ADM na última década do século passado. Considerando a estrutura anárquica do SI, as ADM além de serem encaradas como fator de dissuasão política, podem ser entendidas como meio poderoso de ação coercitiva em ambiente *hobessiano*. Este facto gera desconfiança, insegurança e contribui para a instabilidade do ambiente estratégico, pois a sobrevivência do Estado pode ser ameaçada (Mourato, 2000, pp. 150-152).

No campo das ameaças não militares, os Estados a Norte do MedOc entenderam que os problemas sociais associados à elevada taxa demográfica no Magrebe geravam problemas internos, com probabilidade de colapso das estruturas estatais e repercussões regionais, facilitados pelos processos de globalização e evolução tecnológica que tendem a esbater as fronteiras. As migrações descontroladas, o tráfico de armas, a incapacidade de controlo dos recursos energéticos, o terrorismo e o crime transnacional organizado enformaram assim a agenda de segurança e, providenciaram um quadro de ação para a implementação de fatores estruturais conducentes à estabilidade no MedOc. Perante esta evidência, os Estados Europeus propuseram-se a contribuir para a estabilidade regional, através de um quadro de cooperação multissetorial, em que as políticas de equilíbrio de poder e dissuasão passaram a ser gradualmente substituídas por políticas de segurança cooperativa (Mourato, 2000, pp. 152-155).

Na década de 90, o Secretário-Geral da OTAN identificou o fundamentalismo islâmico como uma ameaça à segurança europeia idêntica ao comunismo durante a GF. A própria UE, com uma visão idêntica à OTAN quanto às potenciais ameaças provenientes do Sul, preparou-se através de Portugal, Itália, França e Espanha para conduzir operações militares no Mediterrâneo em situações de crise num ambiente estratégico dinâmico e em mutação²³. Estas medidas foram encaradas com desconfiança pelos Estados a Sul do Mediterrâneo (Pinto, 2000, pp. 114-115; Selim, 1999, pp. 155-156).

Os atentados de 11 de setembro 2001 (11/9) nos EUA marcaram o ambiente estratégico no início do novo milénio. A OTAN invocou pela primeira vez o artigo 5º do

²³ Esta ação seguiu-se à Declaração de *Petersberg*, em 1992. Foram criadas a EUROMARFOR e a EUROFOR (EUROMARFOR, 2015).



Tratado de Washington (OTAN, 2002). Lançou a Operação *Active Endeavour* (OAE) no Mediterrâneo (OTAN, 2003, p. 30) que foi sendo adaptada em função das ameaças percecionadas com origem no MO e NA (OTAN, 2016).

Na Cimeira de Praga, em 2002, voltou a reconhecer-se que a segurança da Europa está diretamente ligada à estabilidade na região do Mediterrâneo (OTAN, 2002). Manter as rotas comerciais do Mediterrâneo abertas e seguras é fundamental para os interesses da Europa face à sua dependência energética dos vizinhos do Sul (OTAN, 2016).

Os atentados terroristas que ocorreram na Europa²⁴, na primeira década do século XXI, (Jornal de Notícias, 2017) cimentaram o terrorismo como uma das ameaças principais na dinâmica do ambiente estratégico.

Finalmente, no que respeita à cooperação Norte-Sul, a UE mantém grande interesse em apoiar o processo de democratização e modernização nos países do Magrebe (Comissão Europeia, 2012, p. 2). Em 2013, a UE renovou a sua ligação com organizações regionais e neste contexto apoia a I5+5D (UE, 2013, p. 4).

2.2. Génese da Iniciativa 5+5 Defesa

Haqhaqi (2004, p. 58) evidência que a perceção das ameaças vindas de Sul gera um interesse particular dos Estados Europeus na segurança do MedOc. Segundo Pinto (2000, p. 114) esta perceção está na génese das iniciativas de cooperação Norte-Sul no Mediterrâneo.

Para compreender a génese da I5+5D é necessário analisar a génese e evolução do D5+5. Os primeiros passos foram dados em 1983, mas só em 1990 é que o D5+5 é formalizado por iniciativa da França (García, 2015, pp. 276-278). Pretendia-se promover a cooperação entre a França, Portugal, Espanha, Itália, Argélia, Marrocos, Tunísia, com a adesão posterior da Mauritânia e da Líbia. Procurava-se estreitar os laços económicos e culturais, bem como cooperar nas questões ligadas às migrações para criar uma zona de paz e cooperação no MedOc (DGPDN, s.d.).

Porém, cedo se verificaram obstáculos à cooperação e os assuntos de segurança e defesa foram excluídos da agenda (Marizza, et al., 2002, p. 58). O D5+5 não teve grandes progressos a partir de 1992 (Selim, 1999, p. 149) face às sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) à Líbia (Núñez, 2012, p. 6), à Guerra do Golfo, à tensão entre Argélia e Marrocos e à guerra civil na Argélia (García, 2015, p. 276).

²⁴ Estação de comboios de Madrid a 11 de março de 2004, reivindicados em nome da *al-Qaeda* por uma célula islamita radical, causaram 191 mortos e cerca de 2.000 feridos. Metro de Londres a 7 de julho de 2005, reivindicados por grupo ligado à *al-Qaeda*, causaram 56 mortos e 700 feridos.



Em 2001, por iniciativa de Portugal, o D5+5 foi revitalizado em Lisboa após retiradas as sanções à Líbia (Direção-Geral de Política Externa, 2017; Núñez, 2012, p. 6).

De acordo com Sousa (2005) e Coustillièrre (2006), o Processo de Barcelona²⁵ em 2003, enquanto processo inclusivo no Mediterrâneo, já com oito anos de existência não tinha produzido os resultados desejados face às divergências entre os Estados Europeus²⁶ na procura de soluções para os problemas no NA e MO. Coustillièrre acrescenta ainda que, o Mediterrâneo é uma região de elevada importância estratégica pelo que, era fundamental consolidar a solidariedade entre os Estados Norte-Sul para lidar com problemas comuns. Neste contexto, o Ministro da Defesa francês, tendo por objetivo revitalizar a cooperação Euro-Mediterrânea no domínio da segurança e defesa propõe, em setembro de 2003, a criação de uma parceira entre um número limitado de Estados, numa área geográfica limitada ao MedOc que não conhecia grandes tensões e que fossem identificados interesses comuns para sustentar de forma gradual a cooperação e a coordenação de ações.

A 21 de dezembro de 2004, após assinatura pelos Ministros da Defesa Nacional do D5+5 de uma Declaração de Intenções, é criada a I5+5D, para desenvolver a cooperação multilateral político-militar com o objetivo de promover a segurança no MedOc. Na Declaração conjunta, explicita-se que a segurança no MedOc é uma preocupação de todos os Estados signatários e que, a cooperação multilateral através da I5+5D era a melhor forma de contribuir para a mitigação dos problemas comuns identificados. Entendeu-se que a Iniciativa seria uma excelente plataforma de comunicação, promoção e coordenação de atividades em domínios de interesse comum que proporcionasse a partilha de experiências e conhecimento. Para tal, estabeleceu-se que as atividades de cooperação seriam inscritas num Plano de Ação anual, controlado por um Comité Diretor²⁷ (CDir). Ao CDir foi ainda cometida a incumbência de nomear Comités de especialistas *ad hoc*, quando julgado necessário. Aos Estados foi salvaguardada a sua posição no que respeita à cooperação bilateral de defesa (I5+5D, 2004).

Através do Plano de Ação pretendia-se promover e coordenar as atividades de cooperação para favorecer o conhecimento mútuo, reforçar o entendimento e confiança, bem como desenvolver a cooperação multilateral de segurança e defesa (I5+5D, 2004).

²⁵ Ver Apêndice A. Designado de União para o Mediterrâneo a partir de 2008 (União para o Mediterrâneo, 2017).

²⁶ Nomeadamente Inglaterra, França, Itália e Espanha.

²⁷ O Comité Diretor é garantido por dois representantes do Ministério da Defesa de cada Estado-Membro.



Desta forma, procurou-se uma solução de segurança cooperativa para responder a ameaças e perigos comuns. A Vigilância Marítima, a Segurança Aérea, a Participação das Forças Armadas no domínio da Proteção Civil, Educação e Investigação foram identificadas como áreas de interesse comum de cooperação. Em 2013, Portugal assumiu a presidência²⁸ da I5+5D, desenvolvendo um conjunto de atividades fundamentais para a consolidação da cooperação multilateral de segurança e defesa (MDN, 2013, pp. 99-104).

Pode-se então afirmar que quando se vislumbra que os Estados em conjunto podem beneficiar cooperando, pode-se esperar que procurem desenvolver e criar instituições internacionais como aconteceu com a criação da I5+5D. Isto permitiu aos Estados da bacia do MedOc distanciarem-se das dinâmicas turbulentas do MedOr, procurando num grupo restrito, confinado a uma região geográfica bem delimitada, cooperar no domínio da segurança e defesa para lidar com ameaças e desafios comuns num ambiente estratégico de natureza VICA. Pelo que atrás foi dito valida-se a Hip. 1.1.

2.3. *Roadmap*: principais marcos, atividades e exercícios

Apesar da génese da I5+5D ser recente²⁹, tem dado passos importantes com vista a contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc. Ela pode ser vista como o resultado de um processo incremental de cooperação entre os Estados-Membro do D5+5.

Na Tabela 1, apresentam-se os principais marcos da I5+5D do ponto de vista de Portugal:

Tabela 1 – Principais Marcos da I5+5D

Ano	Evento
1983	Primeiros passos com vista à cooperação no MedOc
1990	Formalização do D5+5
1992	Estagnação da cooperação face às sanções impostas às Líbia
2001	Revitalização do D5+5 por iniciativa de Portugal
2004	Génese da I5+5D, após assinatura da Declaração de Intenções dos Ministros da Defesa Nacional (DGPDN, s.d.)
2013	Portugal assume a presidência da I5+5D. A DGPDN assumiu-se como Entidade Primariamente Responsável pela coordenação de todas as atividades ao longo de 2013 (MDN, 2014, p. 9)

Fonte: (autor, 2017)

²⁸ A presidência é rotativa por ordem alfabética em inglês dos Estados-Membro.

²⁹ Treze anos de existência.



Quanto às atividades de cooperação, são diversas e a diferentes níveis. Cooperação ao nível político, estratégico, operacional e tático. Isto permite reforçar os mecanismos de comunicação Norte-Sul fundamentais para os ganhos de longo prazo. O nível político é conduzido pelos Ministros da Defesa apoiado pelo Comité Diretor. O nível estratégico é protagonizado pelos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas (CEMGFA) e Chefes dos Ramos. O nível operacional e tático é materializado no planeamento e condução dos Exercícios Conjuntos e Combinados. Na Figura 3, apresenta-se o número de atividades de cooperação desde 2005 até 2013.

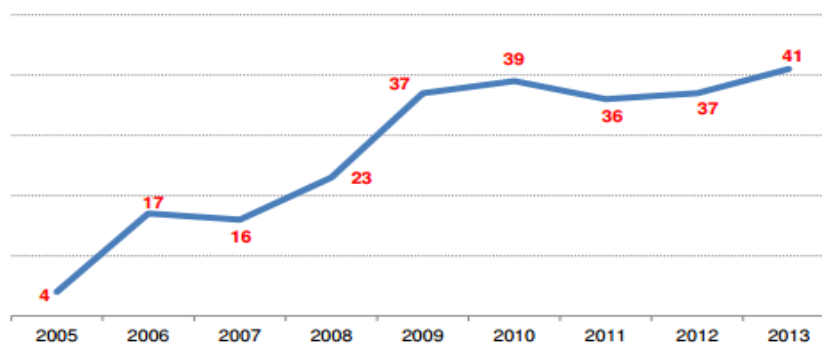


Figura 3 – Número de atividades realizadas (2005-2013)

Fonte: (MDN, 2013, p. 99)

Os Ministros da Defesa reúnem-se anualmente para definir as orientações políticas. O CDir realiza duas reuniões em cada ano a fim de atualizar o Plano de Atividades e elaborar o projeto de atividades para o ano seguinte. Os CEMGFA e os Chefes dos Ramos reúnem-se anualmente para fornecer uma visão estratégica que apoie a decisão política, aprofunde o diálogo relativo aos assuntos militares, melhore a compreensão e conhecimento entre militares com responsabilidades de decisão e incremente a cooperação de defesa (MDN, 2014, p. 15; 23; 31).

Realizam-se reuniões de planeamento e preparação de atividades, de peritos e investigadores em cada área específica de trabalho como garantia da execução eficiente e eficaz das diversas atividades. São também ministrados cursos de formação e treino nas áreas de segurança e defesa.

No que confere à atividade operacional realizam-se exercícios conjuntos e combinados da série SEABORDER, CANALE, CIRCAETE com a participação da Marinha e Força Aérea dos Estados-Membro com vista a desenvolver o planeamento e execução de operações militares (DSRI/DGPDN, 2017, p. 7). Estes exercícios têm como



objetivo testar e melhorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, fundamental para a cooperação internacional de defesa. Finalmente, são incluídos observadores em exercícios militares com o objetivo de fomentar a confiança (MDN, 2014, pp. 16-17).

2.4. Evolução dos projetos de cooperação de defesa 2004-2010

Ao longo do tempo, foram desenvolvidos diversos projetos para fomentar a cooperação de defesa essencial para testar a interoperabilidade em ambiente multinacional, fomentar o conhecimento mútuo, gerar entendimentos partilhados face aos desafios e ameaças comuns no MedOc (MDN, 2014, p. 7).

O Centro Virtual de Tráfego Marítimo Regional foi lançado em 2007 por iniciativa da Itália e consiste num sistema não classificado de partilha de dados para o conhecimento situacional no espaço marítimo. Funciona como ferramenta de apoio à decisão e permite controlar o tráfego marítimo. Tem sido uma ferramenta muito útil para os Estados e é utilizado durante os exercícios SEABORDER (DSRI/DGPDN, 2017, pp. 4-5).

O Centro de Formação em Desminagem Humanitária (CFCH) foi lançado em 2007 por iniciativa da Líbia. Porém, a primeira reunião de peritos só aconteceu em 2010. Este projeto não foi até hoje implementado (DSRI/DGPDN, 2017, p. 5).

O Colégio 5+5 Defesa foi lançado em 2008 por iniciativa da França com o objetivo de serem ministrados módulos de formação (nível júnior, intermédio e alto) (DSRI/DGPDN, 2017, p. 4).

O Centro Euro-Magrebino de Investigação e Estudos Estratégicos (CEMRES) foi criado por proposta da Tunísia em 2009 com o objetivo de desenvolver estudos de índole académica ligados às questões de defesa (DSRI/DGPDN, 2017, p. 5).

A Rede de Pontos de Contacto foi lançada pela Argélia e Espanha em 2009, é um projeto no âmbito da Proteção Civil para a gestão de crises em caso de catástrofes (DSRI/DGPDN, 2017, p. 5).

O Centro de Formação de Busca e Salvamento foi proposto por Malta em 2010 para fomentar a cooperação no domínio da busca e salvamento. Este projeto não gerou consenso e encontra-se sem avanços significativos (DSRI/DGPDN, 2017, p. 8).

O Website da I5+5D foi proposto por Malta em 2010, a que mais tarde se juntaram para a liderança do projeto Portugal e Argélia. Só em 2013 é que foi implementado (DSRI/DGPDN, 2017, p. 6).

Finalmente, considerando os principais marcos, atividades, exercícios e projetos de cooperação valida-se a Hip. 1.2 e considera-se totalmente respondida a QD1.

3. O arco sul do MedOc: dos protestos generalizados à crise e conflito interno

3.1. As Primaveras Árabes no MedOc

Em 2010, emergiu na Tunísia e propagou-se pelo NA e MO, uma onda de protestos populares denominados PA³⁰ contra regimes autocráticos, fruto de problemas sociais, económicos e políticos. Estes eventos originaram profundas transformações no Magrebe que têm contribuído para a natureza VICA do ambiente estratégico (Siegle, et al., 2011, pp. 3-8).

Se os protestos na Tunísia e no Egipto pareciam demonstrar maior probabilidade de sucesso na transição democrática, as crises persistentes na Líbia, no Iémen e na Síria cfr. Figura 4, aludem à dificuldade na transição (Joffé, 2011; Haynes, 2015, p. 393; Sousa, 2014, pp. 14-17), incapacidade de promover a paz e contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico.

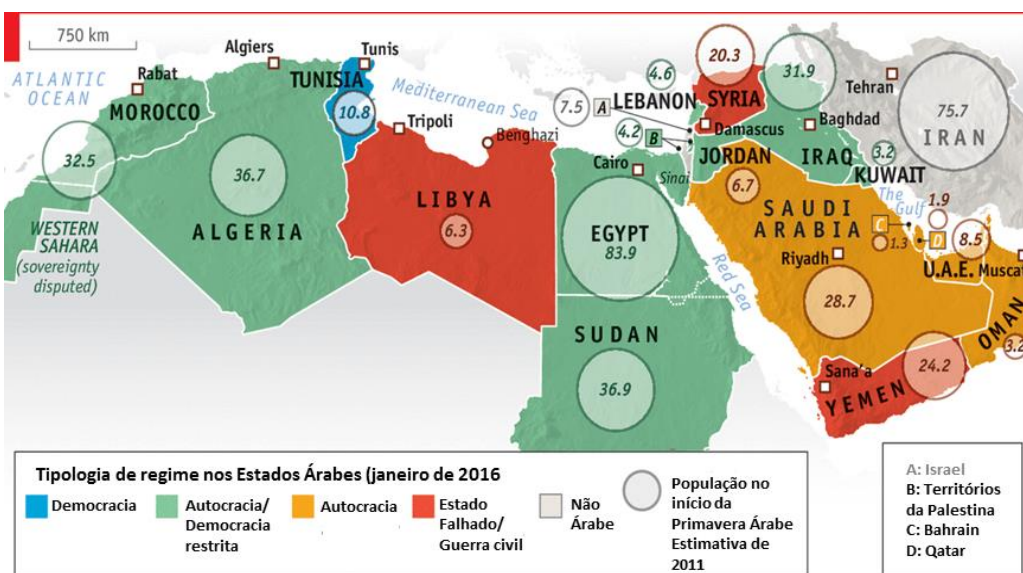


Figura 4 – Evolução da transição política decorrente das Primaveras Árabes

Fonte: (The economist, 2016)

Na Tunísia, a imolação de Mohammad Bouazizi em dezembro de 2010, chamou a atenção para os problemas que os jovens enfrentavam. Os protestos, conduzidos na sua maioria por jovens desempregados, só reduziram com o afastamento de Ben Ali (Siegle, et al., 2011, p. 44).

Na Mauritânia, os protestos tiveram um efeito de espelho da Tunísia. Yacoub Dahoud imolou-se junto aos portões do palácio presidencial (Nashashibi, 2012) após a

³⁰ Com maior impacto na Tunísia, no Egipto, na Líbia, no Iémen e na Síria (Haynes, 2015, p. 393).



queda do regime tunisino. Seguiram-se vários protestos (Siegle, et al., 2011, p. 9) de forma pacífica. Não estava em causa apenas a transição democrática, mas também a escravidão praticada numa sociedade multiétnica motivou os protestos (Dörrie, 2012). O regime respondeu com repressão e promessas de reformas (Nashashibi, 2012).

Em Marrocos as PA não tiveram grande expressão. Ainda assim, Mohammed VI concretizou algumas reformas políticas para evitar a perda do poder (Siegle, et al., 2011; Vasconcelos, 2013, p. 75). Aumentou os salários e procedeu à revisão da constituição. O grande problema de Marrocos continua a ser os constrangimentos nas suas relações com a Argélia e a questão do Saara Ocidental (Sousa, 2014, p. 19).

Na Argélia, Bouteflika procurou controlar os protestos com um conjunto de medidas para satisfazer as exigências daqueles que protestaram e foram evitadas grandes transformações. A ameaça terrorista na Argélia justifica medidas para mitigar a ameaça e o regime sobrevive (Sousa, 2014, pp. 19-20).

Na Líbia, foi derrubado o regime autocrático de Kadhafi. Os protestos foram mais intensos e Kadhafi respondeu com forte repressão policial e militar (Pureza, 2013, p. 93). Os confrontos atingiram um nível de intensidade de violência mínimo para serem considerados conflito armado interno (Pereira, 2013, p. 104). Face a esta realidade, o CSNU aprovou duas resoluções³¹ considerando que a situação na Líbia, em 2011, configurava uma ameaça à paz internacional e impunha-se a tomada de medidas para restabelecer a paz e segurança internacionais. A comunidade internacional desencadeou uma estratégia coerciva para proteger os cidadãos líbios da violência e persuadir o regime de Kadhafi a uma mudança de comportamento (CSNU, 2011a; ONU, 1945).

As PA iniciaram um longo percurso de transformações sociais e políticas bastantes complexas, cujos efeitos se podem fazer sentir durante uns largos anos. Essas transformações no arco sul do MedOc permitiram que atores não estatais que, antes viviam na clandestinidade, emergissem no tabuleiro do jogo político da luta pelo poder. Verificaram-se duas guerras civis³², o aumento das tensões étnicas e sectárias e ao realinhamento das forças políticas no Magrebe. Após as PA, a Líbia surge como o Estado do NA mais instável e com um conflito prolongado (Raleigh & Dowd, 2013, p. 6).

Na Líbia e também na Tunísia, a transição democrática e a estabilidade interna está longe de ser atingida cfr. se apresenta na Figura 5.

³¹ Resolução 1970 e 1973.

³² Uma no NA – Líbia. Uma no MO – Síria.



Figura 5 – Evolução da situação de segurança na Tunísia e Líbia

Fonte: (The economist, 2016)

As milícias armadas, o terrorismo associado à proliferação de ADM, o crime transnacional organizado são ainda uma enorme preocupação que aumentam a instabilidade no ambiente estratégico no MedOc. A monarquia de Marrocos por meio de introdução de reformas políticas e económicas, mais ou menos visíveis, manteve-se no poder. A Argélia, por meio de concessões económicas também neutralizou os protestos (Jerónimo, 2013, pp. 7-12; Aras & Falk, 2016). Na Mauritânia a combinação entre repressão e promessas de reformas permitiram controlar os protestos (Nashashibi, 2012).

3.2. A crise da Líbia

Perante a ação repressiva de Kadhafi, o CSNU decidiu atuar ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas (CSNU, 2011a). EUA, Inglaterra e França iniciaram, a 19 de março de 2011, operações militares³³ com vista à implementação de uma zona de exclusão aérea e embargo de armas. Em 31 de março, a OTAN passou a comandar todas as operações³⁴ aéreas e marítimas na Líbia (Gertler, 2011).

Em setembro, o CSNU aprovou uma resolução a fim de implementar uma missão diplomática³⁵ de apoio dos esforços líbios à reconstrução pós-conflito (CSNU, 2011b).

³³ EUA – Operação *Odyssey Dawn*; Inglaterra – Operação *Ellamy*; França – Operação *Harmattan*.

³⁴ Operação *Unified Protector*. Participaram Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Jordânia, Holanda, Noruega, Qatar, Espanha, Suécia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Inglaterra e EUA.

³⁵ *United Nations Support Mission in Libya* (UNSMIL).



A 20 de outubro, Kadhafi é capturado em Sirte e morto pelos rebeldes (Jornal de Notícias, 2011) e a OTAN, no dia seguinte decidiu terminar as operações, o que viria a acontecer a 31 de outubro de 2011 (OTAN, 2011).

Seis anos depois, a Líbia está mergulhada numa situação grave de instabilidade política e de segurança o que vulnerabiliza a sua população e contamina a região do MedOc. Segundo o Índice dos Estados Frágeis de 2016 cfr. Figura 6, a Líbia apresenta uma situação de fragilidade preocupante nos domínios político-militar e socioeconómico (Fund For Peace, 2016a).

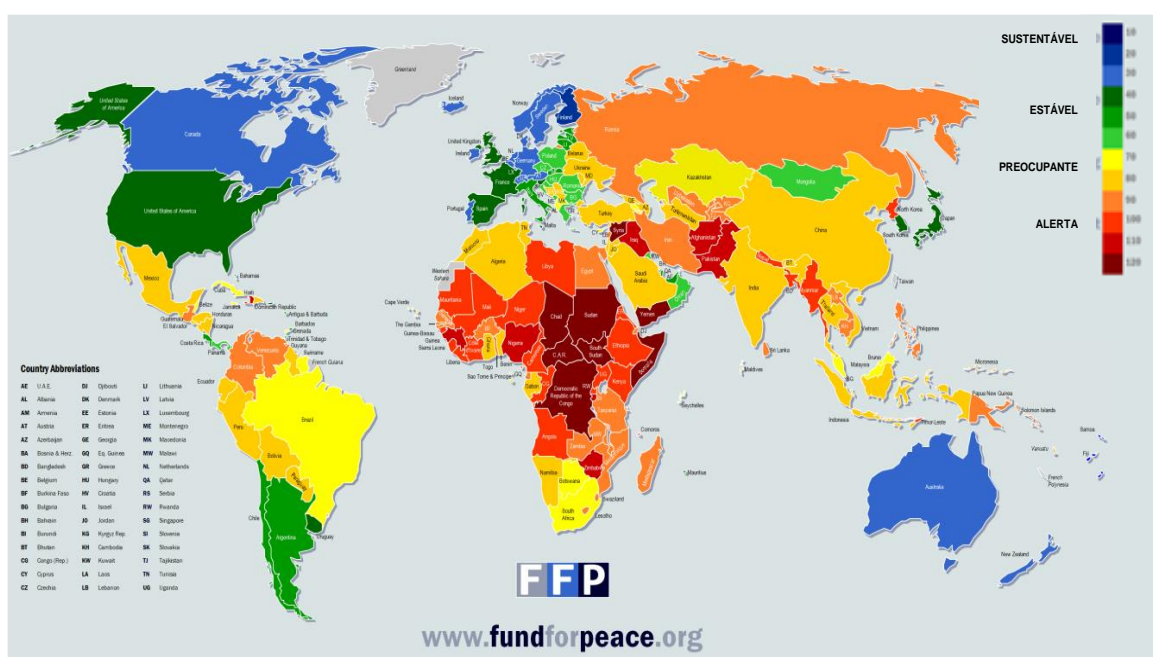


Figura 6 – Índice dos Estados Frágeis 2016

Fonte: (Fund For Peace, 2016b)

As iniciativas de apoio externo por parte da ONU³⁶ e da UE³⁷ têm demonstrado poucos resultados para a estabilidade nacional e regional. Em 2014, a situação de segurança na Líbia agravou-se face à divisão política interna e à implantação do Estado Islâmico (EI) com capacidade de controlar território que lhe permitisse controlar recursos fundamentais para gerar a sua economia de guerra (Chauzal & Zavagli, 2016, p. 5).

Atualmente, a Líbia continua sem um governo único, capaz de controlar o território, impor a lei e a ordem interna, providenciar bem-estar e segurança aos cidadãos. Em 2015, vários atores estatais e não estatais controlavam partes do território cfr. Figura 7.

³⁶ UNSMIL.

³⁷ EU Border Assistance Mission (EUBAM).

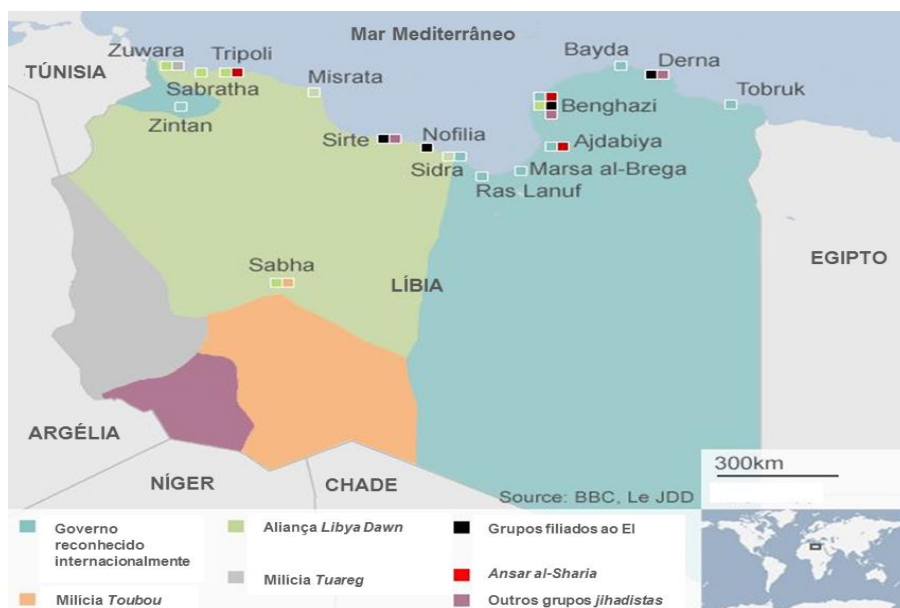


Figura 7 – Mapa da Líbia: controle de território por atores estatais e não estatais

Fonte: (BBC, 2016)

Apesar do Acordo Político Líbio (APL), assinado em dezembro de 2015 que originou o Governo de Acordo Nacional (GAN), a guerra pelo poder continua entre os dois governos rivais apoiados por elementos das Forças Armadas Líbias (FAL) e por milícias armadas. De um lado a Câmara dos Representantes (CdR)³⁸ com sede em Tobruk é apoiada do ponto de vista militar pelas FAL comandadas pelo General Haftar. Do outro lado, o Congresso Geral Nacional (CGN) com sede em Trípoli é apoiado por uma coligação de milícias islâmicas e jihadistas, onde a *Benghazi Revolutionares Shura Council*³⁹ é uma das principais milícias. Os confrontos ocorreram majoritariamente em Sirte, Bengasi, Derna e Adjabiya. Em 2016, o EI controlava território, nomeadamente Sirte e Bengasi. O controle das infraestruturas portuárias de petróleo de Ras Lanuf, al-Sidra e Zueitina só foi recuperado pelas FAL em setembro de 2016. A violência entre as diversas tribos armadas no sul originou um conflito marcado por combates com armamento pesado (HIIK, 2017, p. 168).

Os múltiplos centros de poder, as cerca de 2.000 milícias armadas, o EI e outros grupos jihadistas procuram controlar, cfr. Figura 8, infraestruturas petrolíferas e de gás natural para financiar as suas atividades bélicas.

³⁸ Governo reconhecido internacionalmente.

³⁹ Inclui diversos grupos armados, nomeadamente *Ansar al-Sharia, the Eastern Libya Shield, February 17th Martyrs Brigade, Rafallah al-Sahati Brigade, and Al-Zintan Martyrs* (Global Security, 2017).

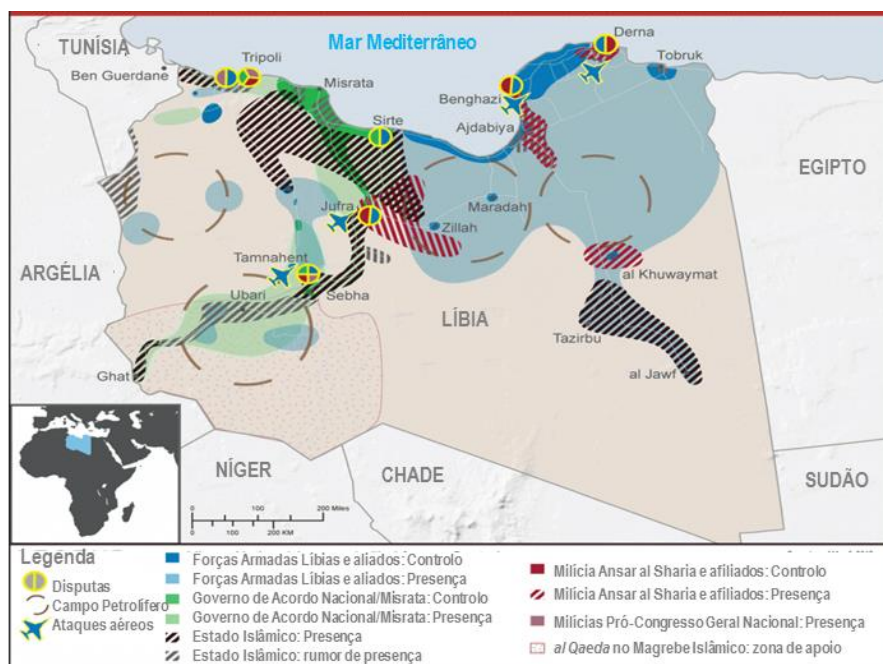


Figura 8 – Forças em confronto na Líbia (Maio 2017)

Fonte: (Ristori, 2017)

As redes de crime transnacional organizado cfr. Figura 9, expandiram as suas atividades ao tráfico humano, armas e droga⁴⁰ que lhes permite gerar economias de guerra. Esta realidade mina o processo de paz na Líbia, potencia a proliferação de ameaças e consequentemente contamina a região do MedOc, contribuindo para a natureza VICA do ambiente estratégico (Minda & Sasnal, 2016, pp. 1-2).

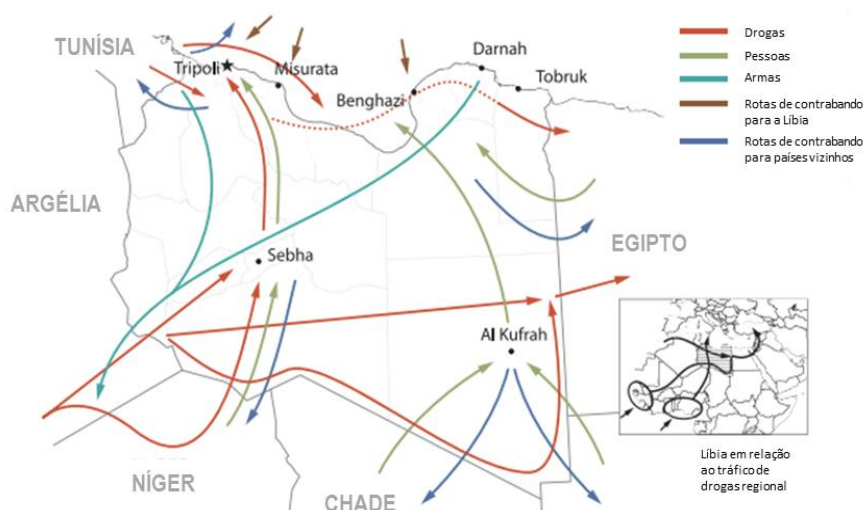


Figura 9 – Rotas principais do crime transnacional organizado

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 20)

⁴⁰ Para maior detalhe ver Figuras 19, 20, 21, 22, 23, 24 do Anexo B.

A Líbia tornou-se num centro privilegiado de importação e exportação de migração forçada de África Subsariana e de África Ocidental que procuram chegar a zonas de paz e estabilidade na Europa cfr. Figura 10.

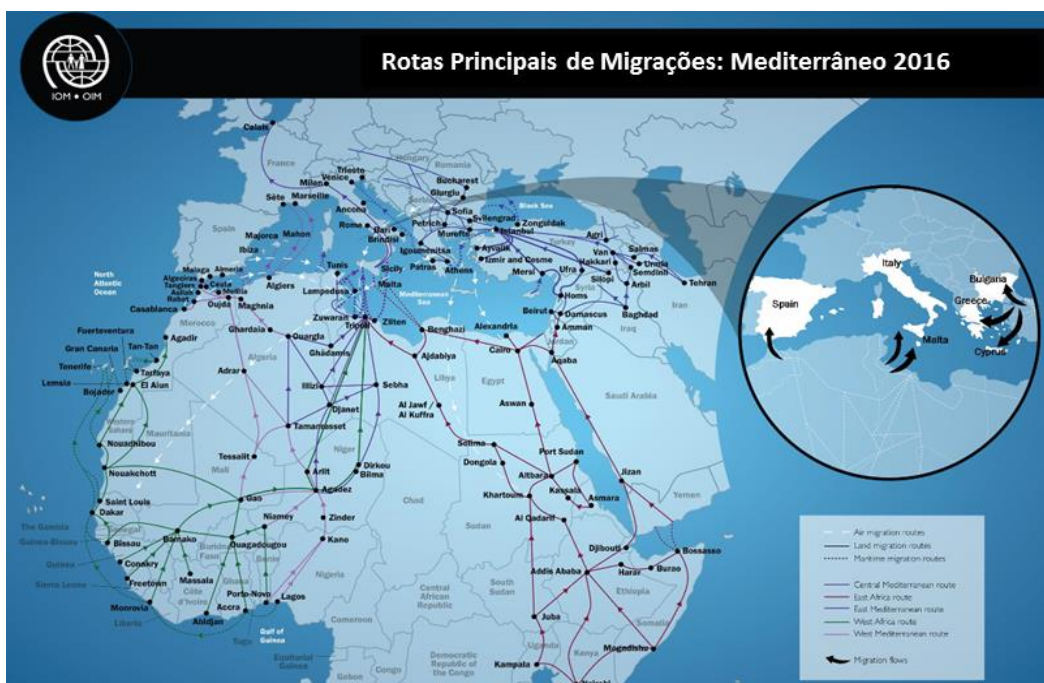


Figura 10 – Principais rotas das migrações forçadas no Mediterrâneo

Fonte: (Organização Internacional para as migrações, 2016)

No domínio do terrorismo, a Líbia representa um ponto estratégico importante para o EI. A situação de fragilidade interna permite a implantação de campos de treino. A proximidade com a Europa facilita a introdução de combatentes no flanco sul da Europa para posteriormente executar ataques (Minda & Sasnal, 2016, pp. 1-2; Loveluck, 2014).

Segundo o *Heidelberg Institute for International Conflict Research* (HIIK), existem três tipos de conflitos⁴¹ na Líbia cfr. Tabela 2.

Tabela 2 – Conflitos na Líbia

Tipo	Data	Intensidade	Objetivo
Não violento	Desde 2012	-----	Autonomia da região de Cirenaica rica em petróleo
Crise violenta de predominância subestatal, inter-tribal	Desde 2012	3	Controlo de recursos naturais
Guerra	Desde 2011	5	Controlo do poder interno

Fonte: (HIIK, 2017, p. 170)

⁴¹ Ver Figuras 25, 26 do Anexo C.



Perante tal situação, o eurodeputado italiano e presidente da delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países do Magrebe, Pier Panzeri, alertou que a ajuda internacional é fundamental no apoio aos esforços de paz na Líbia, para evitar um agravamento da situação nacional e regional. Na sua ótica, a UE deve também procurar ajudar a estabilizar os Estados vizinhos da Líbia nomeadamente, o Mali e o Niger na tentativa de eliminar as causas profundas dos conflitos. Segundo Panzeri, existem atores⁴² com objetivos e interesses divergentes e que alimentam os conflitos na Líbia e na Síria. A Europa deve procurar intervir junto destes Estados, dado que, se os problemas que alimentam a crise na Líbia forem ignorados, as migrações descontroladas e o terrorismo representarão dois grandes desafios para a UE (Parlamento Europeu, 2016).

Em 2017, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Líbia, Martin Klover, confirmou perante o CSNU que a Líbia, é um Estado mergulhado numa situação grave de instabilidade política e de segurança. Há mais de um ano que se procura implementar o APL e poucos progressos foram atingidos para restabelecer a autoridade estatal. Apenas no plano da produção de petróleo se vislumbram melhorias⁴³ que poderá ajudar as instituições estatais a providenciar os serviços básicos à população, até agora deficitários (Klover, 2017).

No domínio da segurança e defesa, o EI apesar de não controlar território em Sirte e Bengasi, continua a ser uma ameaça presente para a Líbia e para a região do MedOc. Adicionalmente, as milícias que não foram desarmadas após a queda do regime de Kadhafi e a proliferação de armas continuam também a ser um problema (Klover, 2017).

As Forças Armadas e a Polícia estão enfraquecidas e não têm uma estrutura coerente, forte e de comando unificado capaz de lidar com as milícias e a ameaça terrorista. Não têm capacidade para controlar as fronteiras nacionais o que, conjugado com o vazio de segurança, facilita as atividades dos grupos terroristas e dos grupos de crime transnacional organizado, constituindo uma preocupação séria para os seus vizinhos do NA e também para a Europa (Klover, 2017).

3.3. Impacto no ambiente estratégico

O Estado continua a ser o ator principal com influência no ambiente estratégico (Boniface, 2016, p. 33). Contudo, a capacidade do Estado influenciar eventos e pessoas está a ser desafiada por atores não estatais, por Estados frágeis e por regiões ingovernáveis

⁴² Qatar, Arábia Saudita, Egito e Turquia.

⁴³ Cerca de 700.000 barris/dia em 2017 (Klover, 2017). Média de 2016 – 390.000 barris/dia (Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2017).



que, em conjunto despoletam ameaças transnacionais como o terrorismo, a proliferação de ADM e o crime transnacional organizado (Stolberg, 2006, p. 3).

Assim, julga-se importante avaliar as consequências das PA para os Estados enquanto unidades do SI e, para o MedOc enquanto ambiente estratégico regional onde se vislumbram interesses comuns fundamentais para as relações de cooperação de segurança e defesa.

As PA resultaram num conjunto de transformações políticas no Magrebe, sobretudo na Tunísia e na Líbia. Geraram um vazio de segurança e contribuíram para a natureza VICA do ambiente estratégico proporcionado pela fragilização estatal que tem sido explorado por atores não estatais associados ao terrorismo e ao crime transnacional organizado de tráfico de pessoas, armas e droga (Huber, 2014, p. 101).

Segundo Xavier de Sousa (2016), o grande perigo nas questões de segurança e defesa é a capacidade potenciadora e contaminante de um evento. Os eventos decorrentes das PA e da crise da Líbia potenciaram as ameaças e os seus resultados contaminaram não só a Norte do MedOc como todo o Magrebe. O sentimento de segurança na Europa não está hoje tão forte quanto há alguns anos atrás. As relações transversais no Magrebe foram afetadas. A região do MedOc está atualmente transformada numa autoestrada sem portagem nas direções horizontal e vertical, com centro de gravidade na Líbia. As migrações desreguladas, o tráfico de armas, de pessoas e droga, o terrorismo associado às ADM são as mercadorias transportadas por atores não estatais que fomentam economias de guerra, minam o papel do Estado na sua capacidade de providenciar segurança e bem-estar aos cidadãos e contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico regional e internacional. Apesar das migrações não se constituírem uma ameaça para o equilíbrio do ambiente estratégico, aquilo que elas arrastam consigo⁴⁴ é que mina a estabilidade.

Ainda segundo Xavier de Sousa (2016), a Líbia apresenta atualmente sintomas de um Estado frágil⁴⁵ em virtude da polarização interna de interesses dos dois governos rivais que mina a legitimidade do Estado e coloca desafios à Europa e aos seus vizinhos do Magrebe. O insucesso atual da Líbia deve-se sobretudo à incapacidade de Kadhafi garantir a união nacional e preparar as estruturas nacionais, bem como à falta de colaboração da Europa na reconstrução pós-conflito após o término da operação *Unified Protector* liderada pela OTAN, que adotou uma estratégia de saída rápida sem que a Líbia estivesse estabilizada.

⁴⁴ Perceção e sentimento de insegurança. Economia cinzenta que pode conduzir à debilidade do Estado e fragilizar a capacidade do Estado exercer o seu poder (Sousa, 2016).

⁴⁵ Ver definição no Apêndice A.



As transformações ditadas pelas PA no arco sul do MedOc traduzem um cenário de grande instabilidade da ordem interna e regional, que potencia as ameaças e incrementa o sentimento de vulnerabilidade das populações no MedOc, quer a Norte, quer a Sul (Jerónimo, 2013, pp. 7-12; Aras & Falk, 2016; El-Katiri, 2016). Vislumbra-se aqui a capacidade potenciadora e contaminante de um evento nas questões de segurança e defesa defendida por Xavier de Sousa.

Por exemplo, face à presença do EI e outros grupos terroristas filiados à *al-Qaeda* no Magrebe, a Tunísia incrementou a segurança na fronteira⁴⁶ com a Líbia para evitar a entrada de elementos do EI no seu território e controlar as atividades ilegais⁴⁷. Junto à fronteira têm ocorrido combates entre as Forças Armadas da Tunísia e elementos ligados ao EI (HIIK, 2017, pp. 195-196; Chauzal & Zavagli, 2016, pp. 22-28).

O sul da Líbia tem sido terreno fértil para grupos jihadistas estabelecerem campos de treino e bases a partir das quais desenvolvem as suas atividades de tráfico transnacional de armas e infiltrar operacionais a operar no Níger, no Mali ou noutras regiões do Sahel. O vazio de poder na Líbia permite a grupos jihadistas controlar terreno importante para se protegerem de ações militares contra a sua ação no Mali, Tunísia e Argélia. Por exemplo, quando a França lançou a operação Serval no Mali em 2013, muitos grupos jihadistas procuram a Líbia para se proteger (Gartenstein-Ross, et al., 2015, p. 17).

Desde 2014, a Líbia também é palco da influência de atores externos. O Egipto, os Emirados Árabes Unidos (EAU) e a Rússia apoiam a CdR, dado a proximidade geográfica e o inimigo comum, a Irmandade Muçulmana. O Egipto tem forte interesse em garantir o controlo das suas fronteiras com a Líbia onde foi confirmado a existência de uma rota de tráfico de armas e droga. A Turquia, o Qatar e o Sudão apoiam o CGN com ligações à Irmandade Muçulmana. A Turquia tem um especial interesse na Líbia em termos económicos, dado ser o seu segundo mercado de exportação em África. Quanto à rivalidade entre EAU e Qatar, a sua atuação na Líbia está ligada a questões políticas sensíveis às monarquias do MO (Economist Intelligence Unit, 2014; Cafiero & Wagner, 2015).

O arco Sul do Mediterrâneo está atualmente mergulhado numa miríade complexa de conflitos, pelo que há a necessidade de ser reconhecido como uma zona de elevada instabilidade. Este novo arco de crises, definido desde a Ucrânia à Líbia cfr. Figura 11⁴⁸

⁴⁶ Colocou Forças de Segurança e Forças Armadas a executar patrulhas e checkpoints.

⁴⁷ Tráfico de armas, droga e pessoas (Chauzal & Zavagli, 2016, pp. 16-17).

⁴⁸ Ver também a Figura 27 do Anexo D.

(Branco, 2016, pp. 151-152) expõe a Europa a ameaças e desafios que favorecem a instabilidade e contribuem para a natureza VICA do ambiente estratégico, nomeadamente: (i) o terrorismo; (ii) os fluxos massivos de migrações descontroladas; (iii) o crime transnacional organizado; (iv) fragilidade estatal; (v) ação de atores externos (Gartenstein-Ross, et al., 2015, pp. 8; 34-51).

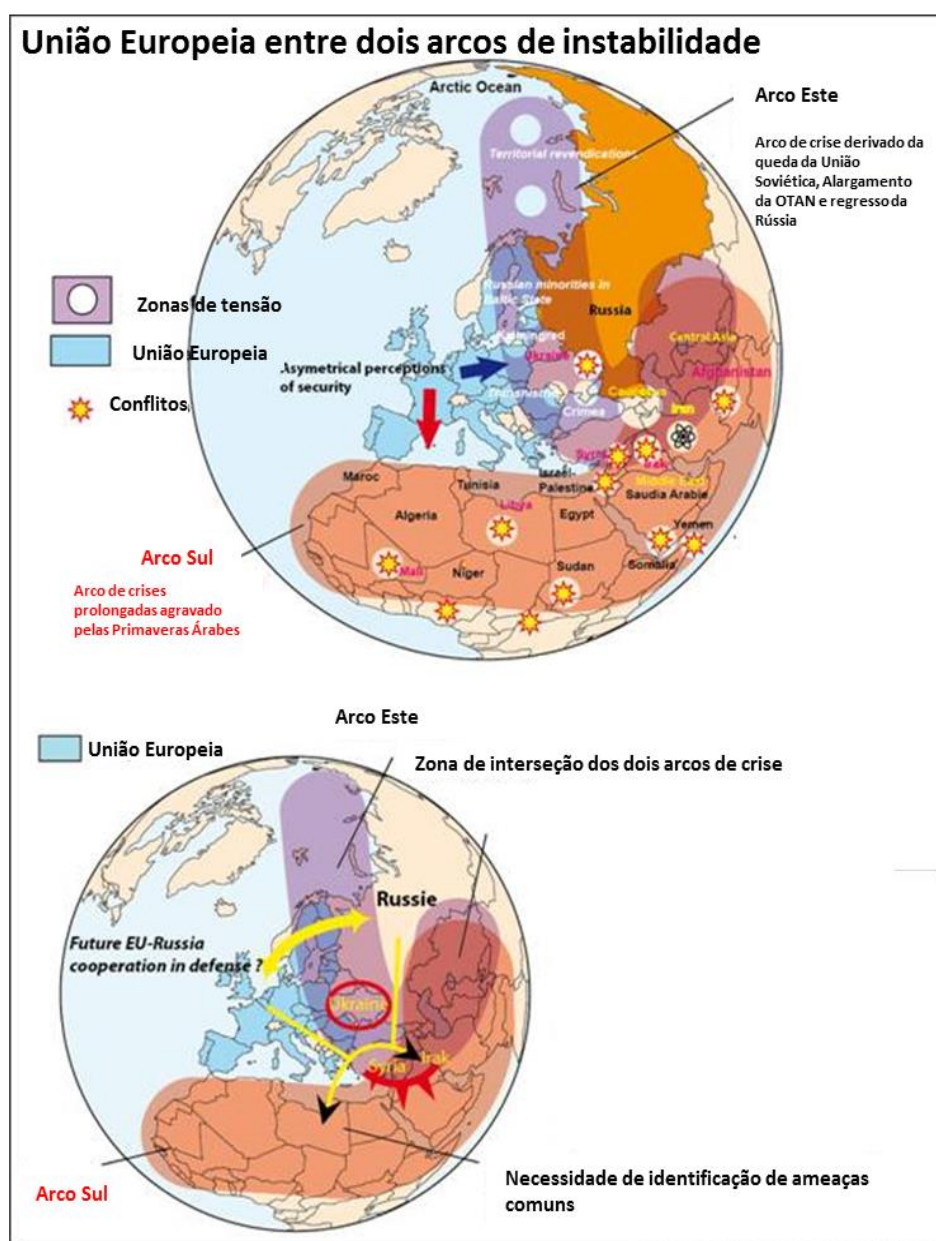


Figura 11 – Arcos de instabilidade Leste e Sul

Fonte: (Thomann-mars, 2015)

Um sinal claro de que a tal situação configura uma preocupação séria para os Estados da I5+5D, a qual não deve ser ignorada materializou-se em Tunes numa reunião



extraordinária dos Ministros da Defesa onde se discutiu a instabilidade⁴⁹ do ambiente estratégico regional. Salienta-se o consenso de que a situação da Líbia configura "uma crise humanitária e de segurança sem precedentes, que afeta de igual modo os países do Magrebe e da Europa, ameaçando diretamente a estabilidade no MedOc e a segurança" (MDN, 2015).

Após a análise às PA, à crise da Líbia e ao impacto dos eventos no MedOc pode-se afirmar que as transformações potenciaram as ameaças e contaminaram o MedOc pelo que se valida a Hip. 2 e se considera respondida a QD2.

⁴⁹ As intervenções dos Ministros da Defesa centraram-se na ameaça terrorista, enquanto inimigo comum à estabilidade no MedOc, no flagelo da imigração irregular no MedOc e na situação na Líbia (MDN, 2015).



4. Análise estratégica e perspectivas de evolução da cooperação

4.1. Cooperação pós-Primaveras Árabes: passado recente e presente

No período pós-PA, a I5+5D continuou a ser uma plataforma privilegiada para o diálogo intercultural e consolidação da confiança entre Estados.

De acordo com Sardinha (2017), que exerceu funções de Presidente do CDir da I5+5D em 2013, as PA não tiveram impacto significativo no funcionamento, desenvolvimento do Plano de Atividades Anual e desenvolvimento de projetos de cooperação. Apenas a Líbia viu limitada alguma da sua capacidade de decisão e de desenvolver o projeto por si proposto face à necessidade de ultrapassar a crise interna. Gomes (2017) que desempenha funções na DGPDN, afirma que não existiram alterações na forma de cooperar através da I5+5D no pós-PA. Tem a mesma visão de Sardinha quanto ao impacto diminuto das PA na I5+5D. Acrescenta que as consequências das PA despoletaram um conjunto de estudos no CEMRES sobre as ameaças e desafios no MedOc.

Considerando a Figura 3, verifica-se que, o número de atividades de cooperação entre 2005 e 2010 foi crescente. Em 2011 e 2012 existiu um ligeiro decréscimo. Em 2013, voltou a existir um aumento, registando-se o maior número de atividades num ano, desde a génese da I5+5D (MDN, 2013, p. 99). Em 2015, realizou-se o exercício da série *SEABORDER* de maiores dimensões e que envolveu maior número de militares e meios (DSRI/DGPDN, 2017, p. 7).

Face às PA e à crise da Líbia, apenas o projeto CFCH que não tinha conhecido grandes desenvolvimentos até 2010, ficou estagnado até hoje (DSRI/DGPDN, 2017, p. 5).

A partir de 2011 foram lançados novos projetos. O Centro de Coordenação e Planeamento Operacional foi lançado em 2011 pela França para ser implementada uma estrutura operacional com capacidade de planeamento e coordenação do emprego de meios militares dos Estados-Membro da I5+5D em situação de catástrofe, após um ou mais Estados solicitarem ajuda (DSRI/DGPDN, 2017, p. 6).

O projeto de Poluição Marítima Acidental foi lançado em 2012 por Marrocos para efetuar a gestão de crises ambientais marítimas (DSRI/DGPDN, 2017, p. 8).

O Mecanismo de Coordenação Naval foi lançado em 2012 por Espanha para providenciar um mecanismo de coordenação, racionalização e integração de todas as atividades marítimas que decorram no quadro da I5+5D.



O projeto das Forças Especiais foi lançado em 2015 pela Itália para partilha de experiências, num quadro de luta contra o terrorismo, cujo primeiro exercício está a ser planeado para execução em 2017 (DSRI/DGPDN, 2017, p. 8).

Estes projetos evidenciam uma tendência de evolução de cooperação em dois aspetos fundamentais: (i) segurança cooperativa; (ii) gestão de crises.

4.2. **Tendências e incertezas 2030 para o Mediterrâneo**

Antes de se analisarem os fatores associados à mudança⁵⁰ mostrar-se-á a importância geoestratégica da bacia do MedOc, a par da evolução das questões de segurança e defesa nos últimos 30 anos.

A bacia do MedOc é central para os Estados do Sul da UE e do NA em termos económicos pela riqueza dos recursos naturais que possui. É uma área que contempla um *choke point* que é preciso controlar e onde passam rotas comerciais fundamentais do mercado global, o qual necessita de linhas de comunicação seguras, fluídas e desimpedidas. Finalmente, os Estados Norte-Sul do MedOc têm interesses partilhados no âmbito da segurança e defesa com outros poderes globais⁵¹ e emergentes⁵² (Engelke, et al., 2017, p. 4), fator demonstrativo da importância regional e internacional do MedOc.

Quanto às questões de segurança e defesa, elas foram sendo adaptadas ao longo dos tempos, onde se vislumbram três marcos importantes: (i) fim da GF; (ii) atentados de 11/9; (iii) PA.

O fim da GF permitiu a aproximação Norte-Sul. Emergiram novas formas de cooperação para lidar com as ameaças percecionadas, cujas soluções requeriam partilha de entendimentos e de custos. A Europa preparou-se para conduzir operações de resposta a crises através da EUROMARFOR e EUROFOR.

Na viragem do milénio, após os atentados de 11/9, a ameaça terrorista associada à proliferação de ADM vieram alterar a dinâmica do ambiente estratégico. O terrorismo passou a estar no topo das prioridades das preocupações de segurança. No MedOc foi desencadeada a OAE para garantir a segurança na região.

Após as PA, o NA e MO ficaram associados a uma região caracterizada pela incerteza e conflitos com impacto negativo no ambiente estratégico. O Mediterrâneo está atualmente associado a uma fronteira que divide o caos generalizado a Sul e o Norte enquanto espaço

⁵⁰ Tendências e incertezas. Ver definições no Apêndice A.

⁵¹ EUA.

⁵² Rússia e China.

estável e desenvolvido (Engelke, et al., 2017, p. 4; United Kingdom Ministry of Defence, 2014, p. 125).

Face a esta realidade, que cenários se podem esperar em 2030 de acordo com as tendências e incertezas?

Segundo um relatório do *think tank* norte-americano *Atlantic Council*, o Mediterrâneo está associado às seguintes tendências e incertezas cfr. Figura 12. Dependendo da forma como se manifestam, as tendências e as incertezas podem tanto ser boas como más, podem conduzir à estabilidade ou instabilidade no MedOc.



Figura 12 – Fatores associados à mudança no Mediterrâneo

Fonte: (Engelke, et al., 2017)

As tendências demográficas apontam para um crescimento assimétrico rápido nos próximos anos e o Mediterrâneo irá refletir a tendência de três continentes: (i) África; (ii) Ásia; (iii) Europa. Assimetria demográfica significa que à Europa estão associados baixos índices de natalidade e o envelhecimento da população. O NA e MO está associado a um crescimento populacional rápido e aumento da população jovem. Para a Europa esta situação poderá ter implicações económicas negativas. Para o NA e MO os trabalhadores procurarão oportunidades económicas em qualquer parte do mundo, caso as suas economias nacionais não lhes providenciem oportunidades. Na região subsariana, as tendências migratórias na procura de melhores condições de vida mantêm-se. Assim, é expectável que a pressão migratória manter-se-á até 2030 (Engelke, et al., 2017, pp. 6-7; United Kingdom Ministry of Defence, 2014, pp. 3-5).



A procura por recursos naturais⁵³ aumentará. Esperam-se períodos de secas mais frequentes, inundações e outros desastres naturais resultante das alterações climáticas com implicações na disponibilidade de recursos naturais. A região do Mediterrâneo é vulnerável neste campo. O Sul do Mediterrâneo é uma região árida e com escassez de água doce. Isto tem implicação direta na produção de alimentos, representa uma vulnerabilidade e um potencial motivo de conflito (National Intelligence Council, 2012, p. iv; United Kingdom Ministry of Defence, 2014, p. 21). Mas nem tudo é negativo. O Sul da bacia Mediterrânea é uma região abundante em recursos energéticos. No campo das energias renováveis, destaca-se o investimento feito por Marrocos e Argélia, o que faz antever uma descida de preços (Engelke, et al., 2017, pp. 7-9).

O *empowerment*⁵⁴ das pessoas poderá resultar numa mudança positiva⁵⁵ e/ou negativa⁵⁶ (National Intelligence Council, 2012, p. 9). Este fator não terá efeito uniforme entre Norte-Sul e esta dinâmica poderá contribuir para a fragmentação das sociedades e para o aumento do poder de atores mal-intencionados (Engelke, et al., 2017, pp. 9-10).

Os fluxos de trocas comerciais devem continuar a aumentar nos próximos anos, pois o Mediterrâneo contém importantes rotas do comércio mundial com importância para a Europa. A China está a investir em infraestruturas portuárias no Mediterrâneo que lhes permita ter acesso a mercados. Ao mesmo tempo, o Mediterrâneo vai estar sujeito aos fluxos ilegais⁵⁷. Neste domínio, as redes de crime transnacional organizado beneficiam da instabilidade e da porosidade das fronteiras (Engelke, et al., 2017, p. 10).

O papel da geopolítica é o maior fator de incerteza até 2030. Qual será o papel dos EUA, Rússia e China no Mediterrâneo? Qual será o papel dos poderes regionais⁵⁸? Como serão as relações entre Turquia, Chipre e Grécia? Quanto à Europa, espera-se que tenha um papel de relevo no Mediterrâneo, porém a natureza desse papel vai sofrer adaptações em função da Estratégia Global Europeia (Engelke, et al., 2017, p. 11).

A governação nos próximos anos será mais complicada. A Sul do Mediterrâneo, merece atenção a influência de atores não estatais que desafiam a identidade nacional (National Intelligence Council, 2012, p. 60). Por exemplo, o vazio de poder na Líbia permite que atores como EI imponham a sua própria identidade às populações. O

⁵³ Comida, água e energia.

⁵⁴ Aumento da riqueza, educação, esperança média de vida e acesso a novas tecnologias.

⁵⁵ Redução da pobreza.

⁵⁶ Aumento do terrorismo, atividades criminosas, ciber ataques.

⁵⁷ Armas ligeiras, pessoas, droga.

⁵⁸ Turquia, Egipto, Argélia.

radicalismo, a narrativa anti modernista e as lutas sectárias têm sido parte de uma guerra que procura moldar identidades no NA e MO. A Norte, há igualmente um desafio à identidade Europeia. A erosão das instituições, o crescimento da xenofobia, dos populismos, do nacionalismo e o *Brexit* demonstram os desafios a que a Europa estará sujeita nos próximos anos (Engelke, et al., 2017, p. 12).

Finalmente, a incerteza quanto ao futuro económico. A crise persistente associada aos conflitos tem deixado as economias na bacia do MedOc próximo das linhas vermelhas. As grandes questões aqui são: Qual será a severidade e se a turbulência observada levará à recessão das economias no Mediterrâneo? (Engelke, et al., 2017, pp. 12-14).

4.3. Cenários 2030 para o Mediterrâneo

Com base nas tendências e nas incertezas, o *Atlantic Council* identificou quatro cenários⁵⁹ plausíveis para o Mediterrâneo entre 2017 e 2030, conforme se apresentam:

O Cenário 1 – *Erosion*,

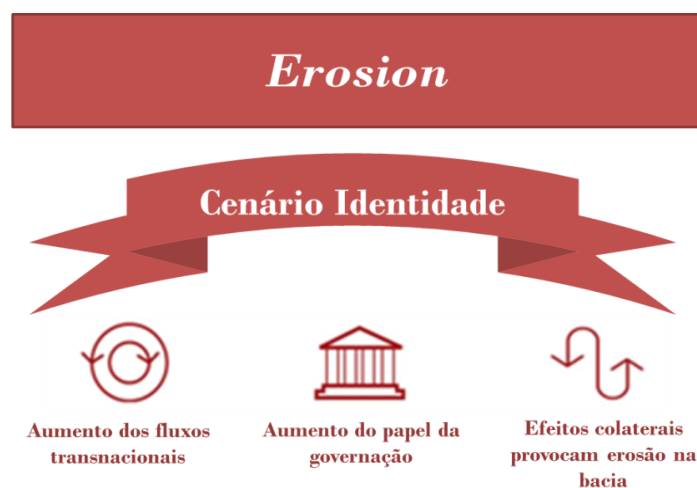


Figura 13 – Cenário *Erosion*

Fonte: (Engelke, et al., 2017)

⁵⁹ Ver descrição dos cenários no Apêndice C.

Cenário 2 – *Drawbridges*,



Figura 14 – Cenário *Drawbridges*

Fonte: (Engelke, et al., 2017)

Cenário 3 - *Powerplay*,

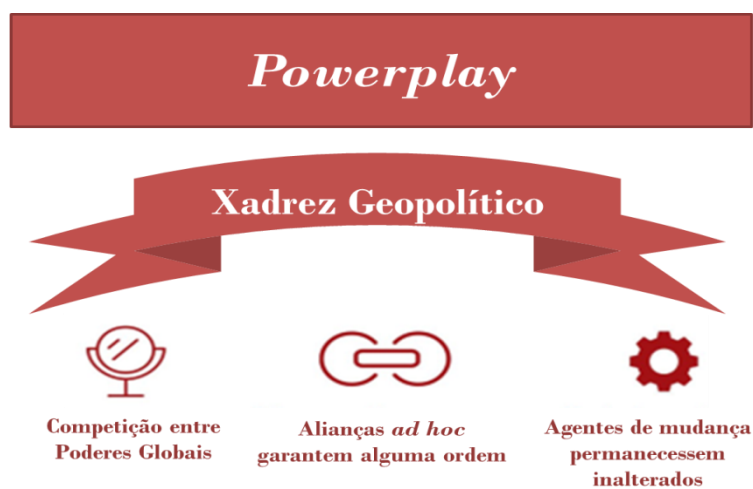
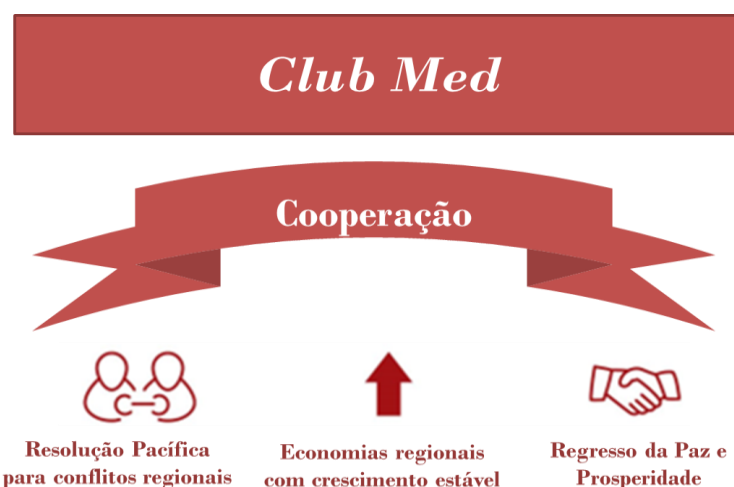


Figura 15 – Cenário *Powerplay*

Fonte: (Engelke, et al., 2017)

Cenário 4 - *Club Med*Figura 16 – Cenário *Club Med*

Fonte: (Engelke, et al., 2017)

4.4. Recomendações: cooperação multilateral de defesa 2017-2030

Face à realidade atual no MedOc e aos cenários 2030, surgem duas questões: fará sentido a cooperação no quadro da I5+5D? Como evoluirá a cooperação face às tendências 2030? Face ao estudo elaborado e à análise do ambiente interno e externo cfr. Figura 17, a resposta à primeira questão é afirmativa e de seguida apresentam-se os motivos.

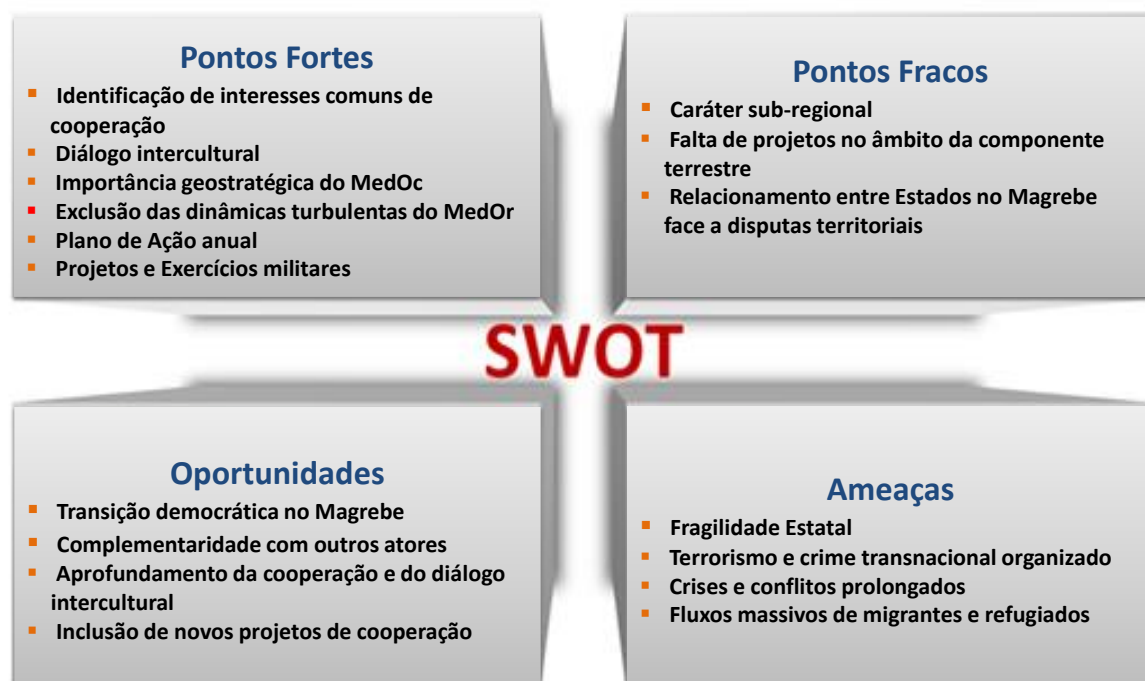


Figura 17 – Análise SWOT

Fonte: (autor, 2017)



Primeiro, atendendo ao Arco Sul de crises vislumbra-se o motivo associado à génese das iniciativas de cooperação no Mediterrâneo. A perceção de ameaças vindas de sul continua a ser um facto que requer a partilha de esforços e responsabilidades na procura de soluções e compromissos de longo prazo. As PA e a crise da Líbia despoletaram novas preocupações para políticos e estratégias dos EUA e da Europa face à instabilidade política e à presença de atores não estatais que minam a estabilidade regional e contribuem para a fragilidade estatal. A ordem internacional está a ser moldada por novos desafios. Neste contexto, é importante que se combinem vários instrumentos de poder⁶⁰ numa estratégia que garanta a estabilidade regional no MedOc (Chivvis & Fishman, 2017).

Segundo, o MedOc enquanto região bem delimitada distancia-se das dinâmicas mais complexas do MedOr, onde as potências continuam a jogar a sua influência no xadrez geopolítico. O caso da Síria é demonstrativo do que atrás se disse.

Terceiro, a I5+5D manteve a sua agenda de cooperação depois das PA o que, *de per si*, demonstra a vontade dos Estados-Membro consolidarem a confiança e o diálogo entre diferentes culturas.

Quarto, sublinham-se as afirmações de Azeredo Lopes⁶¹ (2015) “As ameaças que afetam a nossa região constituem desafios comuns que exigem uma reflexão também ela comum e uma ação concertada dos dez países do MedOc”. Os exercícios militares são “certamente a expressão mais visível do reforço da confiança entre as nossas Forças Armadas, contribuindo para a sua interoperabilidade e constitui uma boa razão para mantermos como objetivo o reforço deste tipo de iniciativas”. Estas afirmações demonstram a vontade política de consolidar a cooperação Norte-Sul através da I5+5D.

Quanto à resposta à segunda questão, a evolução da cooperação até 2030 dependerá de um conjunto de fatores dos quais se destaca: (i) identificação de interesses comuns de cooperação; (ii) capacidade de gerar consensos; (iii) grau de empenho dos Estados-Membro da I5+5D no cumprimento dos acordos e metas estabelecidas no seio da Iniciativa, através do Plano de Ação anual; (iv) capacidade dos Estados optarem por estratégias de ganhos mútuos a longo prazo, em detrimento de estratégias de lógica de autoajuda e jogo de soma nula; (v) resolução da crise da Líbia.

Segundo Xavier de Sousa (2016) a plataforma I5+5D tem espaço para evoluir, pois conta apenas com treze anos de existência. Para que essa evolução seja possível é

⁶⁰ Nomeadamente diplomático, económico e militar.

⁶¹ Ministro da Defesa Nacional.



necessário que os Estados Europeus tenham um papel mais ativo, sobretudo na reconstrução pós-conflito da Líbia. Os Estados do Magrebe ultrapassem as suas divergências no que respeita a reivindicações territoriais e controlem de forma efetiva as suas longas fronteiras. Na sua ótica, a consolidação da I5+5D passa: (i) pelo aprofundamento das relações multilaterais existentes; (ii) inclusão de um projeto para a criação de uma força naval combinada com comando rotativo, para patrulhamento do MedOc; (iii) inclusão de um projeto de formação técnica de quadros superiores; (iv) execução regular de planeamento e execução de exercícios táticos e operacionais de forças conjuntas e combinadas. Estas medidas são importantes para incrementar a confiança no MedOc e contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico, até 2030.

Carlos Branco (2017) considera que a I5+5D deve continuar a manter-se até 2030 como uma iniciativa que favoreça as CBMs permitindo: (i) o conhecimento mútuo entre os seus membros; (ii) o reforço do entendimento e a confiança; (iii) desenvolver a cooperação multilateral no MedOc; (iv) criar e manter um clima de franca colaboração entre os dez Estados que a integram, para que se encontrem através do diálogo, soluções para problemas comuns na área da segurança e da defesa. No seu entender é importante aprofundar a cooperação nas atuais áreas de interesse comum de cooperação em detrimento do alargamento a outras áreas. Neste âmbito revela-se essencial que até 2030 os projetos em curso sejam plenamente concretizados, dando-lhes sentido e identificando novas atividades no âmbito das suas missões que pudessem ser úteis para todos atendendo aos interesses nacionais.

A estas duas visões, que apontam possíveis caminhos, acrescenta-se uma visão enraizada na realidade pós-PA e nos cenários 2030.

Considerando esta realidade, o período 2011-2030 caracteriza-se de forma geral por instabilidade e insegurança, contribuindo para a natureza VICA do ambiente estratégico. Neste contexto, as PA e a crise da Líbia oferecem uma oportunidade de se repensar a cooperação no quadro da I5+5D. Aprofundar e consolidar este quadro de cooperação é essencial para a construção de pontes que promovam a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc onde se propagam ameaças e riscos transnacionais. As soluções conjuntas têm maior probabilidade de sucesso, aumentam a confiança e a solidez das relações entre Estados (Vasconcelos, 2013, p. 76).

No caminho de consolidação institucional, é fundamental manter a consciência de que existem outros atores Estatais e OIs com interesses, capacidade de influência e atuação



no Mediterrâneo. Assim, qualquer iniciativa de cooperação no MedOc só faz sentido, reconhecendo o seu caráter sub-regional e em complemento com outros atores⁶². Por exemplo, os EUA mantêm um interesse estratégico no processo de paz e estabilidade da Líbia. Mantêm o seu apoio à transição democrática em estreita cooperação com a ONU e outros parceiros internacionais (United States Africa Command, 2017a). Além de apoiarem militarmente o GAN⁶³ no combate ao EI, mantêm estreita cooperação na obtenção de informações (United States Africa Command, 2017b). A UE está interessada em promover a sua própria segurança, a resiliência estatal e societal a sul, desenvolver uma abordagem integrada dos conflitos, bem como promover a ordem mundial assente no direito internacional, nos direitos humanos e desenvolvimento sustentável, a par das ordens regionais de cooperação (UE, 2016, pp. 5-8).

O aprofundamento e a consolidação das relações no quadro da I5+5D estão dependentes da evolução da crise da Líbia. A Líbia representa hoje, um caso complexo de reconstrução pós-conflito. Se a atual situação for ignorada, existe a probabilidade de se tornar num caso semelhante à Somália com implicações sérias no ambiente estratégico regional. Assim, entende-se que é necessário desencadear o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)⁶⁴ das milícias armadas e a Reforma do Setor de Segurança (RSS)⁶⁵ para permitir o fortalecimento das instituições estatais líbias, a par do contributo para a estabilidade do ambiente estratégico regional (Faleg, 2016).

Perante este desafio, vislumbra-se a necessidade de uma abordagem multidimensional que necessariamente deve envolver vários atores estatais, organizações regionais e internacionais. A Líbia, revelando-se um caso complexo de reconstrução pós-conflito, tem o potencial para ser um modelo efetivo de multilateralismo, se os diversos atores com interesse e capacidade de conduzir o processo forem capazes de coordenar e dividir esforços que naturalmente estão associados a custos. Vivemos hoje, um período de crise financeira, sobretudo no sul da Europa, pelo que, a partilha de responsabilidades é importante para o sucesso de qualquer ação ao nível da política externa do Estado.

No quadro da I5+5D, tal só será possível, se: (i) a Líbia reconhecer junto dos seus parceiros a necessidade de ajuda na reforma das suas Forças Armadas; (ii) os parceiros

⁶² Nomeadamente EUA, OTAN e Europa.

⁶³ Operação *Odyssey Lightning*.

⁶⁴ Ver definição no Apêndice A.

⁶⁵ Ver definição no Apêndice A. Na Figura 28 do Anexo E apresenta-se o modelo de RSS da ONU.



responderem positivamente à solicitação, definindo como interesse comum o desenvolvimento humano e a capacitação institucional.

Para que a cooperação tenha sentido no tempo, é fundamental redefinir os interesses comuns de cooperação ao longo do tempo em função das alterações na dinâmica do ambiente estratégico por forma a, mitigar as ameaças e providenciar estabilidade do ambiente estratégico. Depois de redefinidos os interesses comuns de cooperação, é necessário reajustar os projetos existentes, incluir novos projetos, adiar a concretização de projetos existentes e eventualmente excluir projetos. Desta forma, na Figura 18, apresentam-se as recomendações para a evolução da cooperação no quadro da I5+5D até 2030.

Recomenda-se que se priorize as atividades, os projetos de cooperação em função da importância atribuída e do grau de urgência de modo a que os Estados-Membro da I5+5D possam contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico.

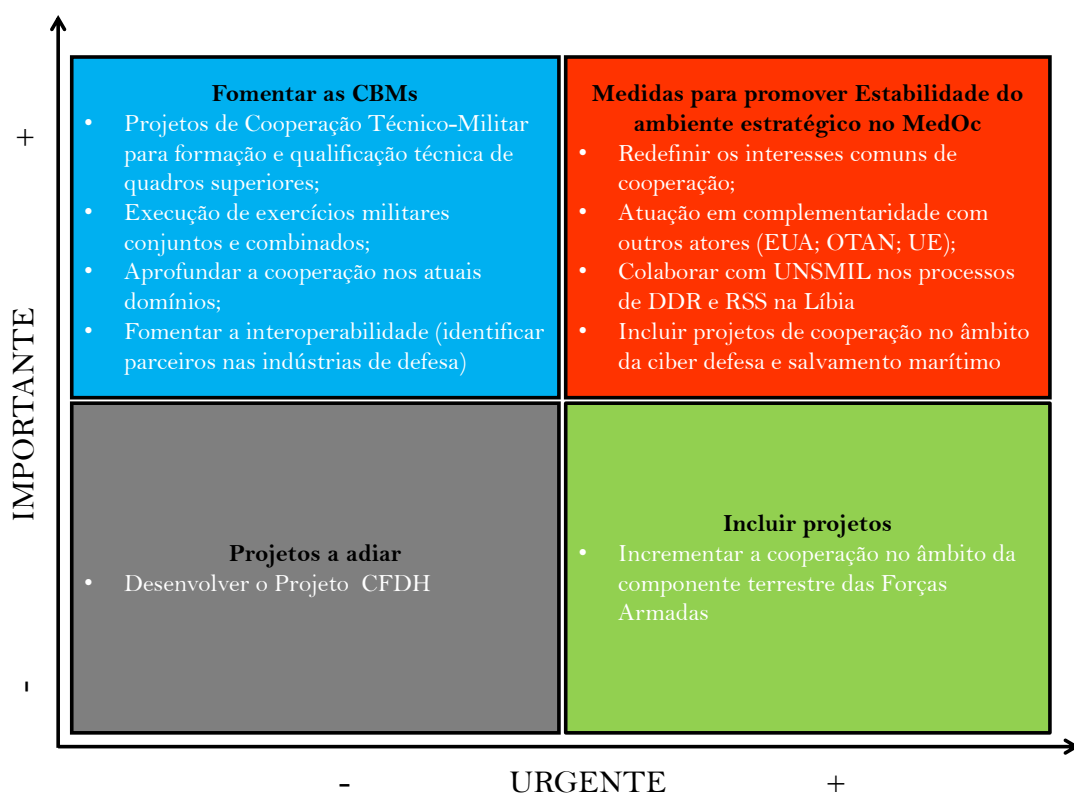


Figura 18 – Matriz de avaliação Eisenhower

Fonte: (autor, 2017)

Finalmente, resultado do que se expôs ao longo deste capítulo, valida-se a Hip. 3 e considera-se respondida a QD3.



Conclusões

A presente investigação foi elaborada considerando a problemática da génese, evolução recente e tendências no domínio da cooperação multilateral no quadro da I5+5D. Para tal, definiu-se a seguinte QC: De que forma é que a cooperação dos Estados-Membro da I5+5D se adaptou e adapta à dinâmica evolutiva do ambiente estratégico no MedOc desde 1990 até 2030?

Inicialmente, através de leituras preliminares, definiu-se o estado da arte no âmbito concetual assente nas relações de conflito e cooperação entre Estados. Estas leituras revelaram-se fundamentais para identificar os conceitos estruturantes que sustentam a investigação, bem como enquadrar a investigação em estudos elaborados por outros autores relativamente ao objeto de estudo. Em complemento, foram realizadas entrevistas exploratórias no MNE, na DGPDN e no IDN a militares e civis ligados à I5+5D.

Posteriormente, explicitaram-se os conceitos de cooperação, crise, conflito e ambiente estratégico, formularam-se as hipóteses e a relação entre conceitos. Adicionou-se um glossário (Apêndice A) com outros conceitos que se consideram pertinentes para a investigação e se entende que clarificam a análise e avaliação do problema de estudo.

Seguiu-se o raciocínio hipotético-dedutivo conjugado com uma estratégia qualitativa que permitiu avaliar a cooperação entre os Estados-membro do D5+5 no domínio da segurança e defesa.

O desenho de pesquisa foi o estudo de caso. Dado que a bacia Mediterrânea revela diferentes realidades a Norte e a Sul definiram-se variações na amostra da seguinte forma: Estados, enquanto unidades do sistema; cinco Estados Europeus; cinco Estados do Magrebe; conjunto dos Estados-Membro da I5+5D.

Após definida a problemática, selecionaram-se como instrumentos de recolha de dados, as fontes primárias e estudos bibliográficos conforme se enunciou no capítulo 1 e procedeu-se à realização de entrevistas que permitiram avaliar o ambiente estratégico no MedOc e a evolução da cooperação no quadro da I5+5D.

Finalmente, em função dos dados obtidos procedeu-se à análise e avaliação de resultados.

Neste domínio, no segundo capítulo analisou-se a origem e evolução da I5+5D e verificou-se que o ambiente estratégico que contempla a Europa, o Magrebe e o MedOc, revela uma tendência de homogeneidade a Norte, a Sul. O MedOc configura um espaço geográfico comum bem delimitado e onde as tensões não são significativas, quando



comparadas com as dinâmicas do MedOr. O MedOc pode ser encarado de duas formas distintas. Como ponto de união entre três continentes e diferentes culturas ou, como fronteira Norte-Sul, onde se manifestam realidades distintas e através da qual se podem propagar ameaças.

Quanto à dinâmica do ambiente estratégico e quanto ao pensamento estratégico na forma de avaliar as ameaças, com especial incidência no espaço Europeu, MedOc e Magrebe apontam-se alguns marcos significativos desde o período da GF até 2010 que sedimentaram o terrorismo no topo das ameaças: (i) o fim da GF; (ii) os atentados de 11/9; (iii) os atentados terroristas na Europa em 2004 e 2005. No pós-GF a ameaça militar clássica perdeu fulgor e, abriu espaço para a inclusão na agenda de segurança de outras fontes de insegurança que também podem ter impacto negativo no ambiente estratégico, como os desequilíbrios demográficos, as migrações descontroladas, a escassez de recursos, o tráfico de armas, o terrorismo, o radicalismo, o crime transnacional organizado. Neste contexto, o ambiente estratégico no MedOc incorporou um conjunto de ameaças militares e não-militares.

A noção de ameaça vinda do Sul proporcionou a génese de iniciativas de cooperação Norte-Sul no Mediterrâneo. Face à importância estratégica do MedOc para os Estados Norte-Sul, era fundamental consolidar a solidariedade entre as duas margens para lidar com problemas comuns. Dado a incapacidade do Processo de Barcelona produzir soluções credíveis, enquanto iniciativa mais alargada no Mediterrâneo, a França, propôs a criação de uma parceria mais restrita. O objetivo era revitalizar a cooperação Euro-Mediterrânea. Em dezembro de 2004 é criada a I5+5D, entre um número limitado de Estados, numa área geográfica limitada ao MedOc que não conhecia grandes tensões. Foram identificados interesses comuns para alimentar a cooperação de forma gradual.

Delineou-se um Plano de Ação anual para promover e coordenar as atividades de cooperação. Desta forma procurou-se uma solução de segurança cooperativa para responder a ameaças e perigos comuns.

Ao longo do tempo, foram desenvolvidos diversos projetos com o objetivo de incrementar a cooperação multilateral de defesa fundamental para a interoperabilidade em ambiente multinacional, fomentar o conhecimento mútuo e gerar entendimentos partilhados.

Desta reflexão, confirmaram-se as hipóteses Hip. 1.1: A cooperação surgiu de uma escolha racional dos Estados do MedOc em função da perceção de ameaças vindas do Sul



e da identificação de interesses comuns no domínio da segurança e defesa; Hip. 1.2: A cooperação evoluiu da necessidade de reforçar os mecanismos de comunicação Norte-Sul para obtenção de ganhos mútuos a longo prazo. A confirmação destas hipóteses permitiu responder à QD1: Como surgiu e evoluiu a cooperação entre os Estados-Membro do D5+5, no domínio da segurança e defesa desde 1990 a 2010?

Considera-se que o OE1 foi atingido.

No terceiro capítulo, avaliou-se o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico no MedOc. Destaca-se o efeito dominó que os eventos demonstraram no NA e MO com início na Tunísia e que ditaram um conjunto de transformações sociais e políticas muito complexo, cujos efeitos se podem fazer sentir durante largos anos.

A transição democrática e a estabilidade na Líbia e na Tunísia está longe de ser atingida. Atores não estatais desafiam o poder do Estado e causam instabilidade no ambiente estratégico, colocando em causa o papel do Estado. As milícias armadas, o terrorismo associado à proliferação de ADM, o crime transnacional organizado são ainda uma enorme preocupação que aumentam a instabilidade no ambiente estratégico.

As crises prolongadas no tempo, na Líbia, Iémen e na Síria denotam que as transições democráticas não são rápidas e pacíficas, bem como potenciam ameaças e têm um efeito contaminante na região do MedOc.

A Líbia está atualmente mergulhada numa grave crise motivada pela luta de poder interno e pela presença de milícias armadas. As iniciativas de apoio externo por parte da ONU e da UE não têm produzido os resultados desejados. Esta crise potencia as ameaças e contamina a região do MedOc. As Forças Armadas e a Polícia não têm uma estrutura coerente, forte e de comando unificado capaz de lidar com as milícias e a ameaça terrorista. Esta realidade facilita as atividades dos grupos terroristas e dos grupos de crime transnacional organizado, constituindo uma preocupação séria para os seus vizinhos do NA e também para a Europa.

As PA geraram um vazio de segurança e contribuíram para a natureza VICA do ambiente estratégico proporcionado pela fragilidade estatal explorada por atores ligados ao terrorismo e ao crime transnacional organizado.

Desta reflexão confirmou-se a Hip. 2: A crise da Líbia e os conflitos internos resultantes das transformações inerentes às PA potenciaram as ameaças e contaminaram a região inerente ao ambiente estratégico da I5+5D. A confirmação desta hipótese permitiu



responder à QD2: Qual o impacto das PA e da crise da Líbia no ambiente estratégico da I5+5D entre 2011 a 2016?

Considera-se que o OE2 foi atingido.

No quarto capítulo avaliou-se a cooperação no quadro da I5+5D no período pós-PA, os fatores associados à mudança e os cenários plausíveis 2030 e as tendências de cooperação.

Observou-se que a I5+5D continuou a ser uma plataforma privilegiada para o diálogo intercultural e consolidação da confiança entre Estados bem como, manteve a capacidade de desenvolver os seus projetos e exercícios militares. Apenas o projeto CFCH que não tinha conhecido grandes desenvolvimentos até 2010, ficou estagnado até hoje.

Os projetos de cooperação no quadro da I5+5D evidenciam uma tendência de evolução de cooperação em dois aspetos fundamentais: (i) segurança cooperativa; (ii) gestão de crises.

No que respeita aos agentes de mudança, as tendências demográficas são o fator mais previsível de mudança no futuro e o Mediterrâneo irá refletir as tendências de três continentes. O papel da geopolítica é o maior fator de incerteza até 2030.

Face aos agentes de mudança identificaram-se quatro cenários perante os quais se conclui que até 2030, a bacia do MedOc será uma região com instabilidade e insegurança.

Neste quadro continua a fazer sentido a cooperação multilateral de defesa através da I5+5D na procura de soluções comuns que contribuam para a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc.

Quanto à evolução da cooperação existem diversas visões com pontos convergentes e pontos distintos.

Atendendo à realidade atual do ambiente estratégico no MedOc, as PA e a crise da Líbia oferecem uma oportunidade de se repensar a cooperação através da I5+5D. Aprofundar e consolidar este quadro de cooperação é essencial para se gerarem entendimentos partilhados que contribuam para a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc onde se propagam ameaças e riscos transnacionais.

No caminho da consolidação da instituição é essencial manter a consciência do seu caráter sub-regional e de complementaridade com outros atores. A evolução da consolidação da I5+5D está dependente da evolução da crise da Líbia.

Para que a cooperação possa evoluir e fazer sentido ao longo do tempo é importante que face às alterações na dinâmica do ambiente estratégico se redefinam os interesses



comuns de cooperação, se reajustem os projetos existentes e se avalie a inclusão/exclusão de projetos. Desta forma, recomenda-se que a evolução da cooperação de defesa até 2030, através da I5+5D, considere a priorização das atividades e projetos de cooperação segundo uma matriz de avaliação em função da importância e urgência para que os Estados no espaço 5+5 possam contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico.

Desta reflexão, confirmou-se a Hip. 3: Face aos cenários 2030, a I5+5D aprofunda e consolida a cooperação para garantir a estabilidade do ambiente estratégico no MedOc. A confirmação desta hipótese permitiu responder à QD3: Como evoluirá a cooperação da I5+5D desde 2017 até 2030 face às tendências 2030?

Considera-se que o OE3 foi atingido.

Conclui-se então que, a cooperação entre os Estados-Membro da I5+5D procurou e procura adaptar-se à dinâmica evolutiva do ambiente estratégico no MedOc através da identificação de interesses comuns de cooperação, do desenvolvimento de atividades e projetos de cooperação, de execução de exercícios militares combinados que permitam o diálogo intercultural e o incremento da confiança nas estruturas político-militares. Este racional é essencial para contribuir para a estabilidade do ambiente estratégico regional. Assim respondemos à QC: De que forma é que a cooperação dos Estados-Membro da I5+5D se adaptou e adapta à dinâmica evolutiva do ambiente estratégico no MedOc desde 1990 até 2030?

Considera-se que o OG foi atingido.

Ao nível concetual, contribuiu-se com uma avaliação do impacto das crises e dos conflitos na estabilidade do ambiente estratégico e na cooperação internacional entre Estados no âmbito da segurança e defesa, na região do MedOc. Ao nível empírico, contribuiu-se para a compreensão da origem e evolução da I5+5D. Para a compreensão das transformações ditadas pelas PA no ambiente estratégico do MedOc, bem como para a capacidade de adaptação da cooperação no quadro da I5+5D desde a sua génese até 2030.

Recomenda-se que os Estados-Membro da I5+5D olhem para as transformações ditadas pelas PA como uma oportunidade de reformular os seus interesses comuns de cooperação definidos inicialmente em 2004, na reunião de Ministros da Defesa Nacional.

Considera-se importante que, essa reformulação tenha a virtude de orientar a cooperação prática no domínio da defesa. Deste modo os Estados da bacia do MedOc possam contribuir para o fortalecimento das instituições estatais nacionais e para a estabilidade do ambiente estratégico ao nível regional e internacional. Esta capacidade é



fundamental para a consolidação da I5+5D em particular e, para o D5+5 em geral enquanto fórum multilateral e multidimensional capaz de providenciar soluções credíveis.

Em virtude dos desafios e ameaças potenciados pela crise da Líbia, com efeito contaminador na região do MedOc recomenda-se que a Líbia no quadro da I5+5D demonstre aos seus parceiros a necessidade de executar os processos de DDR e RSS, onde o pilar da Defesa é um pilar basilar na construção do Estado Líbio. Aos Estados-Membro da I5+5D recomenda-se que efetuem um estudo sobre a situação atual das Forças Armadas da Líbia e desenvolvam um quadro de ação que orientem os processos de DDR e RSS, no pilar da Defesa.

Apesar da investigação, no que respeita à análise do objeto de estudo, ter uma natureza holística julga-se existir espaço para outras linhas de investigação, no quadro da cooperação multilateral de defesa e de complementaridade com outros atores. Neste domínio, propõe-se uma linha de investigação subordinada ao tema “Diálogos de Cooperação no âmbito da Segurança e Defesa”. Nesta linha de investigação, propõe-se que seja efetuado um estudo comparativo entre os diálogos proporcionados pela OSCE, OTAN, UE e a I5+5D. Uma segunda linha de investigação subordinada ao tema “Reforma do Setor de Segurança na Líbia: o pilar da Defesa”. Nesta linha de investigação, propõe-se que seja efetuado um estudo em que se considera a situação atual na Líbia e se analisa de que forma a I5+5D pode colaborar na RSS. Uma terceira linha de investigação subordinada ao tema “Interoperabilidade no quadro da I5+5D”. Nesta linha de investigação, propõe-se que seja efetuado um estudo que permita compreender quais as oportunidades e os desafios inerentes a uma eventual atuação conjunta e combinada no quadro da I5+5D.



Bibliografia

- Alberca, M. J. I., 2014. *2014 año de la presidencia española de la Iniciativa 5+5 Defensa*. [Em linha] Disponível em: www.iece.es [Acedido em 09 dez. 2016].
- Aras, B. & Falk, R., 2016. Five years after the Arab Spring: a critical evaluation. *Third World Quarterly*, 37(12), pp. 2252-2258.
- Axelrod, R. & Keohane, R., 1985. Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions. *World Politics*, 38(1), pp. 226-254.
- Balfour, R., 2004. *Rethinking the Euro-Mediterranean political and security dialogue*. [Em linha] Disponível em: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/occ52.pdf> [Acedido em 30 mar. 2017].
- Barrento, A., 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História.
- Baylis, J., 2002. Arms Control and Disarmament. Em: J. Baylis, J. Wirtz & C. S. Gray, edits. *Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 183-207.
- BBC, 2016. *Guide to key Libyan militias*. [Em linha] Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-19744533> [Acedido em 20 abr. 2017].
- Bilgin, P., 2003. Individual and Societal Dimensions of Security. *International Studies Review*, Volume 5, pp. 203-222.
- Boniface, P., 1997. *Dicionário das Relações Internacionais*. 1ª ed. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Boniface, P., 2016. *Compreender o Mundo: As relações internacionais para todos*. Lisboa: Edições Texto e Gráfica, Lda..
- Booth, K., 2014. Global Security. Em: M. Kaldor & I. Rangelov, edits. *The Handbook of Global Security Policy*. Oxford: John Wiley & Sons Ltd, pp. 11-30.
- Branco, C., 2017. *Perspetivas de Cooperação no quadro da Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista] (10 mai. 2017).
- Branco, C. M. M., 2016. Os Desafios da Transformação. A OTAN e o Novo Arco de Crises. *Revista Militar N.º 2569/2570*, fev./mar., pp. 151-161.
- Bunzan, B. & Waever, O., 2003. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bunzan, B., Waever, O. & de Wilde, J., 1998. *Security: A New Framework for Analysis*. London: Lynne Rienner Publishers, Inc.



- Cafiero, G. & Wagner, D., 2015. *How the Gulf Arab Rivalry Tore Libya Apart*. [Em linha] Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/how-the-gulf-arab-rivalry-tore-libya-apart-14580?page=show> [Acedido em 20 abr. 2017].
- Central Intelligence Agency, 2017. *The World Factbook*. [Em linha] Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/appendix/appendix-f.html> [Acedido em 06 jun. 2017].
- Chauzal, G. & Zavagli, S., 2016. *Post-revolutionary Discontent and F(r)actionalisation in the Maghreb: Managing the Tunisia-Libya*, Haia: Netherlands Institute of International Relations "Clingendael".
- Chivvis, C. S. & Fishman, B., 2017. *Regional foreign policy dynamics and their implications for the Mediterranean Region*. [Em linha] Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE223.html> [Acedido em 08 mai. 2017].
- Comissão Europeia, 2008. *Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo. A Comissão adopta propostas para intensificar a parceria entre UE e os seus vizinhos mediterrânicos*. [Em linha] Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-08-774_pt.htm [Acedido em 30 mar. 2017].
- Comissão Europeia, 2012. *Supporting closer cooperation and regional integration in the Maghreb: Algeria, Libya, Mauritania, Morocco and Tunisia*. [Em linha] Disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/docs/mideast/docs/2012_joint_communication_maghr eb_en.pdf [Acedido em 15 mar. 2017].
- Conant, E., Chwastyk, M. & Williams, R., 2015. *The World's Congested Human Migration Routes in 5 Maps*. [Em linha] Disponível em: <http://news.nationalgeographic.com/2015/09/150919-data-points-refugees-migrants-maps-human-migrations-syria-world/> [Acedido em 19 abr. 2017].
- Conde, J. M. R., 2008. *O Diálogo União Europeia - Magrebe*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Coustillière, J.-F., 2006. *L'INITIATIVE « 5+5 SÉCURITÉ ET DÉFENSE »*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jfcconseilmed.fr/files/06-12-04---L-initiative-5-5-securite-et-defense.pdf> [Acedido em 30 mar. 2017].
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Alto Estudos Militares.



- CSNU, 2011a. *Resolution 1973 (2011)*. [Em linha] Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011)) [Acedido em 11 de abril de 2017].
- CSNU, 2011b. *Resolution 2009 (2011)*. [Em linha] Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/Portals/unsmil/Documents/SRES2009.pdf> [Acedido em 11 de abril de 2017].
- Deutsch, K. W. & Singer, J. D., 1964. Multipolar Power Systems and International Stability. *World Politics*, 16(3), pp. 390-406.
- DGPDN, s.d.. *Iniciativa 5+5*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Direção-Geral de Política Externa, 2017. *Diálogo 5+5 - Cooperação Setorial*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Dörrie, P., 2012. *The Arab Spring you haven't heard about — in Mauritania*. [Em linha] Disponível em: <https://wagingnonviolence.org/feature/the-arab-spring-you-havent-heard-about-in-mauritania/> [Acedido em 26 abr. 2017].
- DSRI/DGPDN, 2017. *Iniciativa 5+5 Defesa*. Lisboa: s.n.
- Economist Intelligence Unit, 2014. *As rivalidades regionais aprofundam a divisão na Líbia*. [Em linha] Disponível em: <http://country.eiu.com/article.aspx%3Farticleid%3D1112450895%26Country%3DLibya%26topic%3DPolitics&prev=search> [Acedido em 20 abr. 2017].
- El-Katiri, M., 2016. *The Quest for Military Cooperation in North Africa: Prospects and Challenges*. Carlisle: Strategic Studies Institute of US Army War College.
- Endicott, J. G., s.d.. *Raid on Libya*. s.l.:s.n.
- Engelke, P., Aronsson, L. & Nordenman, . M., 2017. *Mediterranean Futures 2030: Toward A Transatlantic Security Strategy*. [Em linha] Disponível em: [http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Mediterranean Futures 2030 web_0201.pdf](http://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Mediterranean_Futures_2030_web_0201.pdf) [Acedido em 08 mai. 2017].
- EUROMARFOR, 2015. *History*. [Em linha] Disponível em: <https://www.euromarfor.org/overview/3> [Acedido em 29 mar. 2017].
- Faleg, G., 2016. *A stable Libya would close the door to Daesh*. [Em linha] Disponível em: <https://www.ceps.eu/system/files/CEPS%20PB340%20Stabilise%20Libya%20G%20Faleg.pdf> [Acedido em 20 abr. 2017].
- FMO, 2016. *What is forced migration*. [Em linha] Disponível em: <http://www.forcedmigration.org/about/whatisfm> [Acedido em 10 dez. 2016].



- Ford, G. R., 1976. *First Semiannual Report by the President to the Commission on Security and Cooperation in Europe*. [Em linha] Disponível em: <https://www.csce.gov/sites/helsinkicommission.house.gov/files/First%20Semiannual%20Report%20on%20the%20Implementation%20of%20the%20Helsinki%20Final%20Act%20-%20US%20Department%20of%20State.pdf> [Acedido em 15 mar. 2017].
- Freitas, R. J., 2016. *Desenvolvimento de capacidades militares e competências aéreas no espaço do mediterrâneo: lacunas existentes e perspectivas de cooperação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Fund For Peace, 2016a. *Country Data & Trends: Líbia 2016*. [Em linha] Disponível em: <http://fsi.fundforpeace.org/2016-libya> [Acedido em 20 abr. 2017].
- Fund For Peace, 2016b. *Fragile States Index: Fragility in the World*. [Em linha] Disponível em: <http://fsi.fundforpeace.org/map/2016heatmap.png> [Acedido em 20 abr. 2017].
- García, J.-I., 2015. El Diálogo 5+5 y la Iniciativa 5+5 de Defensa. *Revista UNISCI*, Volume 39, pp. 273-287.
- Gartenstein-Ross, D., Barr, N., Willcoxon, W. & Basuni, N., 2015. *The Crisis in North Africa: Implications for Europe and Options for EU Policymakers*, Haia: Netherlands Institute of International relations "Clingendael".
- Gertler, J., 2011. *Operation Odyssey Dawn (Libya): Background and Issues for Congress*. [Em linha] Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/natsec/R41725.pdf> [Acedido em 12 de abril de 2017].
- Glasser, C. L., 2010. Realism. Em: A. Collins, ed. *Contemporary Security Studies*. Second ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 15-33.
- Global Security, 2017. *Libya Shura Council*. [Em linha] Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/libya-shura-council.htm> [Acedido em 19 abr. 2017].
- Gomes, M. E. M., 2017. *O Impacto das Primaveras Árabes na Iniciativa 5+5 Defesa* [Entrevista] (31 mai. 2017).
- Governo de Portugal, 2013. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Em linha] Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/04/06700/0198101995.pdf> [Acedido em 29 nov. 2016].



- Grimm, S., Lemay-Hébert, N. & Nay, O., 2014. 'Fragile States': introducing a political concept. *Third World Quarterly*, 35(2), pp. 197-209.
- Haless, M. L. O., 2003. *Immigration: Stability and Security in the mediterranean region*. Rome: NATO Defense College.
- Haqhaqi, J., 2004. Small Arms and Regional Security in the Western Mediterranean: Reflections on European Views. *Mediterranean Quarterly*, 15(3), pp. 55-75.
- Haynes, J., 2015. The Arab Spring and Democracy: Problems and prospects. Em: P. Hough, S. Malik, A. Moran & B. Pilbeam, edits. *International Security Studies: Theory and Practice*. Abingdon: Routledge, pp. 393-400.
- HIK, 2017. *Conflict Barometer 2016*. [Em linha] Disponível em: https://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/pdf/ConflictBarometer_2016.pdf [Acedido em 19 abr. 2017].
- Huber, D., 2014. *A Primavera Árabe e os desafios à parceria Euro-Mediterrânea. Como promover democracia em uma região em transformação?*. [Em linha] Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/13583-1442-5-30.pdf> [Acedido em 04 mai. 2017].
- I5+5D, 2004. *Declaração de Intenções dos Ministros da Defesa*. Paris: s.n.
- IOM, 2016. *Key Migration Terms*. [Em linha] Disponível em: <https://www.iom.int/key-migration-terms> [Acedido em 09 dez. 2016].
- Jerónimo, P., 2013. Introdução. Em: P. Jerónimo, ed. *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, pp. 7-15.
- Jervis, R., 1999. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. *International Security*, 24(1), pp. 42-63.
- Joffé, G., 2011. *A Primavera Árabe no Norte de África: Origens e Perspetivas de Futuro*. [Em linha] Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-91992011000200006&script=sci_arttext&tlng=es [Acedido em 25 nov. 2016].
- Jornal de Notícias, 2011. *Versões contraditórias levantam dúvidas sobre como morreu Kadafi*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/interior/versoes-contraditorias-levantam-duvidas-sobre-como-morreu-kadafi-2070199.html> [Acedido em 12 de abril de 2017].
- Jornal de Notícias, 2017. *Os atentados na Europa desde 2004*. [Em linha] Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/interior/cronologia-atentados-na-europa-atribuidos-aos-movimentos-islamitas-5089588.html> [Acedido em 31 mar. 2017].



- Kay, S., 2012. *Global Security in the Twenty-First Century: The Quest for Power and the Search for Peace*. Second ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Keohane, R. O. & Martin, L. L., 1995. The Promise of Institutional Theory. *International Security*, 20(1), pp. 39-51.
- Klober, M., 2017. *Statement of SRSB Martin Kobler to the Security Council - 2017: The Year of Decisions*. [Em linha] Disponível em: <https://unsmil.unmissions.org/Portals/unsmil/Documents/SRSB-briefing-UNSC-20170208.pdf> [Acedido em 05 abr. 2017].
- Lamy, S. L., 2001. Neo-Realism and Neo-Liberalism. Em: J. Baylis & S. Smith, eds. *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. Second ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 182-199.
- Lopes, J. A. A., 2015. *AZEREDO LOPES AFIRMA NECESSIDADE DE REFORÇAR COOPERAÇÃO MULTILATERAL PARA ENFRENTAR AMEAÇAS NO MEDITERRÂNEO*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mdn/noticias/20151210-mdn-mediterraneo.aspx> [Acedido em 29 mai. 2017].
- Loveluck, L., 2014. *Islamic State has training camps in Libya, warns US commander*. [Em linha] Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/islamic-state/11272216/Islamic-State-has-training-camps-in-Libya-warns-US-commander.html> [Acedido em 05 mai. 2017].
- Marcelino, P., 2012. A "Primavera Árabe" e o Fluxo de Refugiados para a União Europeia: Comunicação num Cenário de Crise. *Nação e Defesa*, pp. 61-82.
- Marizza, G., Di Labio, R., Girardelli, V. & García, J., 2002. *Current situation of co-operation and dialogue in the Mediterranean area: Intervenção da Itália*. Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, pp. 41-69.
- Martin, D. C. & Walcott, J., 1988. *Best Laid Plans*. New York: Harper & Row.
- McFarlane, R., 1985. *The Reagan Files*. [Em linha] Disponível em: <http://www.thereaganfiles.com/19860408-next-steps-re.pdf> [Acedido em 16 fev. 2017].
- MDN, 2013. *Anuário Estatístico da Defesa Nacional*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/20512593/anuario-estatistico-dn-2013.pdf> [Acedido em 25 novembro 2016].
- MDN, 2014. *5+5 Defesa: Presidência Portuguesa*. Lisboa: MDN.



- MDN, 2015. *Ministros da Defesa da Iniciativa 5+5 reuniram em Tunes*. [Em linha] Disponível em: <http://www.defesa.pt/Paginas/iniciativa55tunisia.aspx> [Acedido em 03 abr. 2017].
- Mearsheimer, J., 1995. The false promise of international institutions. *International Security*, 19(3), pp. 5-49.
- Minda, A. & Sasnal, P., 2016. The Crisis in Libya and the Rise of Jihadism and Migration. *Bulletin of Polish Institute of International Affairs*, 21(871), pp. 1-2.
- Montenegro, J. A. M., 2006. *A contenção do terrorismo transnacional e a segurança no Mediterrâneo*, Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Mourato, J. M. d. S., 2000. Prevenção de Conflitos no Mediterrâneo. Em: Instituto Diplomático, ed. *Prevenção de Conflitos na área do Mediterrâneo: conceitos e mecanismos*. Lisboa: s.n., pp. 147-159.
- Nashashibi, S., 2012. *Mauritania's 'overlooked' Arab spring*. [Em linha] Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2012/may/26/mauritania-overlooked-arab-spring> [Acedido em 26 abr. 2017].
- National Intelligence Council, 2012. *Global Trends 2030: Alternative Worlds*. [Em linha] Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org/images/files/global-trends-2030-nic-lo.pdf> [Acedido em 2 mai. 2017].
- Nogueira, J. P. & Messari, N., 2005. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. São Paulo: Elsevier Editora Ltda.
- Nunes, I. F., 1996. Os conflitos regionais e a segurança internacional. *Nação e Defesa*, Volume 80, pp. 149-172.
- Núñez, M. Á. R., 2012. *5+5 Initiative. Mediterranean Security: Shared Security*. [Em linha] Disponível em: www.ieee.es [Acedido em 21 nov. 2016].
- OCDE, 2016. *States of Fragility 2016: understanding violence*. [Em linha] Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/states-of-fragility-2016_9789264267213-en#page7 [Acedido em 20 abr. 2017].
- ONU, 1945. *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. [Em linha] Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf> [Acedido em 11 de abril de 2017].



- ONU, 2012. *United Nations SSR Perspective*. [Em linha] Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/publications/ssr/ssr_perspective_2012.pdf [Acedido em 20 mar. 2017].
- ONU, 2017. *What is DDR?*. [Em linha] Disponível em: http://www.unddr.org/what-is-ddr/introduction_1.aspx [Acedido em 20 abr. 2017].
- Organização Internacional para as migrações, 2016. *Abuse, Exploitation and Trafficking: IOM reveals data on the scale of the danger and risks that migrants face on the Mediterranean routes to Europe*. [Em linha] Disponível em: <http://unitedkingdom.iom.int/abuse-exploitation-and-trafficking-iom-reveals-data-scale-danger-and-risks-migrants-face> [Acedido em 19 abr. 2017].
- Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2017. *Annual Statistical Bulletin*. [Em linha] Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2017_13062017.pdf [Acedido em 02 jun. 2017].
- OSCE, 1975. *Conference on Security and Co-operation in Europe Final Act*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/helsinki-final-act?download=true> [Acedido em 15 mar. 2017].
- OSCE, 2017. *Mediterranean Partners for Cooperation*. [Em linha] Disponível em: <http://www.osce.org/partners-for-cooperation/mediterranean> [Acedido em 28 mar. 2017].
- OTAN, 2002. *Prague Summit Declaration*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nato.int/docu/pr/2002/p02-127e.htm> [Acedido em 21 mar. 2017].
- OTAN, 2003. *The Prague Summit and NATO's Transformation*. [Em linha] Disponível em: <http://www.nato.int/docu/rdr-gde-prg/rdr-gde-prg-eng.pdf> [Acedido em 21 mar. 2017].
- OTAN, 2011. *Operation UNIFIED PROTECTOR: Protection of Civilians and Civilian-Populated Areas & Enforcement of the No-Fly Zone*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2011_10/20111005_111005-factsheet_protection_civilians.pdf [Acedido em 12 de abril de 2017].
- OTAN, 2015. *Mediterranean Dialogue*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_60021.htm? [Acedido em 28 mar. 2017].
- OTAN, 2016. *Operation Active Endeavour (Archived)*. [Em linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_7932.htm [Acedido em 21 mar. 2017].



- Oye, K. A., 1985. Explaining Cooperation under Anarchy: Hypotheses and strategies. *World Politics*, 38(1), pp. 1-24.
- Parlamento Europeu, 2016. *Panzeri sobre a Líbia: Ajuda internacional essencial para evitar agravamento da situação*. [Em linha] Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/public/story/20160502STO25469/20160502STO25469_pt.pdf [Acedido em 18 abr. 2017].
- Pereira, M. d. A. d. V., 2013. Intervenção Humanitária e Intervenção Democrática: Recurso à Força para Garantir Direitos Fundamentais?. Em: P. Jerónimo, ed. *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina S.A., pp. 101-122.
- Pinto, M. d. C., 2000. A prevenção de conflitos no Mediterrâneo: situação atual. Em: I. Diplomático, ed. *A prevenção de conflitos na área do Mediterrâneo: conceitos e mecanismos*. Lisboa: s.n., pp. 114-120.
- Pureza, J. M., 2013. As ambiguidades da Responsabilidade de Proteger: o caso da Líbia. Em: P. Jerónimo, ed. *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina, S.A., pp. 79-100.
- Rabaçal, P., 2014. *Os Grandes Ditadores da História - tudo o que precisa saber*. Barcarena: Editorial Presença.
- Raleigh, C. & Dowd, C., 2013. *Conflict Trends Nº10: Real-Time Analysis of African Political Violence, January 2013*. Dublin: Armed Conflict Location and Event Data Project.
- Reis, B. & Carriço, A., 2014. *IDN Brief: CONFIDENCE BUILDING MEASURES FOR 5+5 DEFENSE INITIATIVE UNDER A 2020-2025 HORIZON*. [Em linha] Disponível em: http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_julho2014.pdf [Acedido em 09 dez. 2016].
- Ristori, C. M., 2017. *Fighting Forces in Libya: May 2017*. [Em linha] Disponível em: <https://www.criticalthreats.org/analysis/fighting-forces-in-libya-may-2017> [Acedido em 08 mai. 2017].
- Rodrigues, T. F. & Ferreira, S. d. S., 2011. *As Migrações como desafio de segurança para os países Mediterrânicos. Uma análise de longo-prazo das tendências demográficas (1950-2050)*. [Em linha] Disponível em: http://observare.autonoma.pt/conference/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Teresa_Rodrigues_Susana_Ferreira.pdf [Acedido em 30 mar. 2017].



- Sacchetti, A. E. F., 2006. *O Mediterrâneo: Geopolítica e Segurança Europeia*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha - Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia.
- Sardinha, P. M. M., 2017. *Comité Diretor durante a Presidência de Portugal na Iniciativa 5+5 Defesa 2013* [Entrevista] (6 abr. 2017).
- Schelling, T. C. & Halperin, M. H., 1961. *Strategy and Arms Control*. New York: Twentieth Century Fund.
- Selim, M. E.-S., 1999. Arab Perceptions of the European Union's Euro-Mediterranean Projects. Em: S. J. Blank, ed. *Mediterranean Security Into the Comig millenium*. Carlise: Strategic Studies Institute of US Army War College, pp. 143-158.
- Shaw, M. & Mangan, F., 2014. *Illicit Trafficking and Libya's Transition: Profits and Losses*, Washington: United States Institute of Peace.
- Siegle, J. et al., 2011. *África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era de Expectativas Democráticas*, Washington, D.C.: Centro de Estudos Estratégicos de África.
- Sousa, F. d. & Mendes, P. edits., 2014. *Dicionário de Relações Internacionais*. 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, F. X. F. d., 2014. *Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Sousa, F. X. F. d., 2016. *As Primaveras Árabes e a Crise da Líbia: consequências para o Mediterrâneo Ocidental* [Entrevista] (21 dez. 2016).
- Sousa, T. d., 2005. *O fracasso do Processo de Barcelona*. [Em linha] Disponível em: <https://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/o-fracasso-do-processo-de-barcelona-9205> [Acedido em 30 mar. 2017].
- Taylor, C., 2003. *NATO: The Prague Summit and Beyond*. [Em linha] Disponível em: <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/RP03-05> [Acedido em 21 mar. 2017].
- Terracini, G. M., 1999. *Security in the North African Region*, Brussels: NATO Parliamentary Assembly.
- The economist, 2016. *The Arab spring, five years on: Charting five years since the onset of the Arab spring*. [Em linha] Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/01/daily-chart-8> [Acedido em 19 mai. 2017].



- Thomann-mars, P.-E., 2015. *European Union squeezed between two arcs of tensions*. [Em linha] Disponível em: <http://www.eurocontinent.eu/2015/11/european-union-squeezed-between-two-arcs-of-tensions/> [Acedido em 05 mai. 2017].
- UE, 2013. *EU's response to the "Arab Spring": The State-of-Play after Two Years*. [Em linha] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/135292.pdf [Acedido em 15 mar. 2017].
- UE, 2016. *Estratégia global para a política externa e de segurança da União Europeia*. [Em linha] Disponível em: http://europa.eu/globalstrategy/sites/globalstrategy/files/eugs_pt_version.pdf [Acedido em 19 abr. 2017].
- União para o Mediterrâneo, 2017. *Member States*. [Em linha] Disponível em: <http://ufmsecretariat.org/ufm-countries/> [Acedido em 14 mar. 2017].
- United Kingdom Ministry of Defence, 2014. *Global Strategic Trends - Out to 2045*. [Em linha] Disponível em: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/348164/20140821_DCDC_GST_5_Web_Secured.pdf [Acedido em 30 mai. 2017].
- United States Africa Command, 2017a. *Libya*. [Em linha] Disponível em: <http://www.africom.mil/area-of-responsibility/north-africa/libya> [Acedido em 25 abr. 2017].
- United States Africa Command, 2017b. *Prime Minister of Libyan Government of National Accord visits AFRICOM*. [Em linha] Disponível em: <http://www.africom.mil/media-room/article/28794/prime-minister-of-libyan-government-of-national-accord-visits-africom> [Acedido em 25 abr. 2017].
- Vasconcelos, Á. d. ed., 2002. *A European Strategic Concept for the Mediterranean*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.
- Vasconcelos, P. C. B., 2013. A Primavera Árabe, a Europa e o Mediterrâneo. Em: P. Jerónimo, ed. *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, pp. 75-77.
- Vicente, J. P. N., 2013. Regresso ao Futuro: A Guerra Aérea na Líbia. *Janus*, 4(1), pp. 64-78.
- Yarger, H. R., 2006. *Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy*. Pennsylvania ed. s.l.:Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.



Zandee, D., Hoebeke, H., Merket, H. & Meijnders, M., 2015. *The EU as a security actor in Africa: In depth study Clingendael Monitor 2016*, Haia: Instituto de Relações Internacionais da Holanda "Clingendael".

**Anexo A — Diálogo 5+5 – Reuniões para a cooperação a nível setorial****Tabela 3 – Reuniões para a cooperação a nível setorial**

Ministros dos Negócios Estrangeiros	
10 de outubro de 1990	Roma
26/27 de outubro de 1991	Argel
25/26 de janeiro de 2001	Lisboa
29/30 de maio de 2002	Trípoli
9/10 de abril de 2003	Saint Maxime
29/30 de outubro de 2003	Château d'Esclimont
23/24 de novembro de 2004	Oran
29/30 de junho de 2005	La Valletta/Malta
20/21 de janeiro de 2008	Rabat
20/21 de abril de 2009	Córdoba
15/16 de abril de 2010	Túnis
20 de fevereiro de 2012	Roma
16 de abril de 2013	Nouakchott
22 de maio de 2014	Lisboa
7 de outubro de 2015	Tânger
28 de outubro de 2016	Marselha
Cimeiras	
6 de dezembro de 2003	Túnis
setembro de 2010	Trípoli (extraordinário)
5/6 de outubro de 2012	Malta
Ministros da Defesa	
21 de dezembro de 2004	Paris
12 de dezembro de 2005	Argel
11 de dezembro de 2006	Paris
10 de dezembro de 2007	Cagliari (It)
15 de maio de 2009	Trípoli
dezembro de 2010	La Valletta
outubro de 2011	Nouakchott
dezembro de 2012	Rabat
dezembro de 2013	Guimarães
10/11 de dezembro de 2014	Granada
dezembro de 2015	Túnis
dezembro de 2016	Argel
2017 (a agendar)	França
Migrações	
16/17 de outubro de 2002	Túnis
22/23 de outubro de 2003	Rabat
15/16 de setembro de 2004	Argel
9 de novembro de 2005	Paris
12/13 de dezembro de 2006	Algeciras
26/27 de maio de 2008	Évora
13 de dezembro de 2010	Trípoli
2017 (a agendar)	Marrocos



Ministros do Interior (CIMO)	
1995	Tunis
1996	Rabat
1997	Paris
1998	Nápoles
1999	Argel
2000	Lisboa
2003	La Valetta
2004	Tunis
outubro de 2005	Rabat
11/12 de maio de 2006	Nice
maio de 2008	Nouakchott
23/24 de novembro de 2009	Veneza
5/6 de outubro de 2012	La Valetta
8/9 de abril de 2013	Argel
18/19 de maio de 2015	Lisboa
Ministros dos Transportes (GTMO)	
janeiro de 1995	Paris
setembro de 1995	Rabat
20 de janeiro de 1997	Madrid
25 de junho de 2002	Madrid
2 de março de 2007	Tunes
17 de novembro de 2008	Gammarth
20 de maio de 2009	Roma
13 de março de 2012	Argel
22 de outubro de 2014	Lisboa
A agendar para 2017	Mauritânia e Portugal
Ministros do Turismo	
5 de maio de 2006	Hammamet
15/16 de maio de 2008	Ajaccio
2/3 de dezembro de 2014	Lisboa
11 de julho de 2016	Casablanca
Ministros do Ambiente	
26 de abril de 2010	Oran
3 de março de 2015	Lisboa
A agendar para 2017	Marrocos
Ministros da Educação	
29 de setembro de 2009	Biarritz
27/28 de outubro de 2014	Marselha
A agendar para 2017	Mauritânia
Ministros da Agricultura	
27 de novembro de 2013	Argel
Ministros do Ensino Superior e da Ciência	
19/20 de setembro de 2013	Rabat
23/24 de março de 2015	Madrid
30/31 de março de 2017	Tunes
Ministros da Cultura	
10 de fevereiro de 2017	Tunes



Ministros das Finanças	
dezembro de 2016	Paris
Ministros da Saúde	
2017 (a agendar)	Marrocos
Presidentes dos Parlamentos	
24/25 de fevereiro de 2003	Trípoli
7/8 de dezembro de 2004	Paris
2006	Rabat
15 de abril de 2013	Nouakchott (org. APM)
20 de maio de 2014	Lisboa (org. APM)
outubro de 2015	Rabat (org. APM)
Presidentes dos Institutos Diplomáticos	
2017 (a agendar)	Argel

Fonte: (Direção-Geral de Política Externa, 2017)



Anexo B — Detalhe da dinâmica do crime transnacional organizado na Líbia

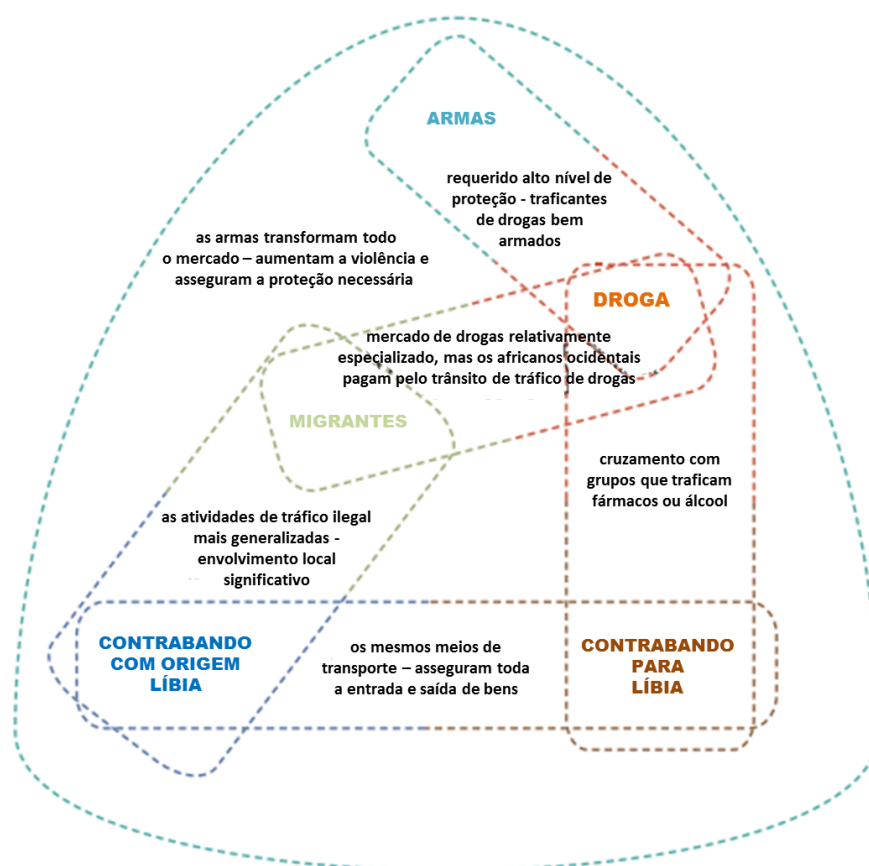


Figura 19 – Padrão das ameaças transnacionais na Líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 10)

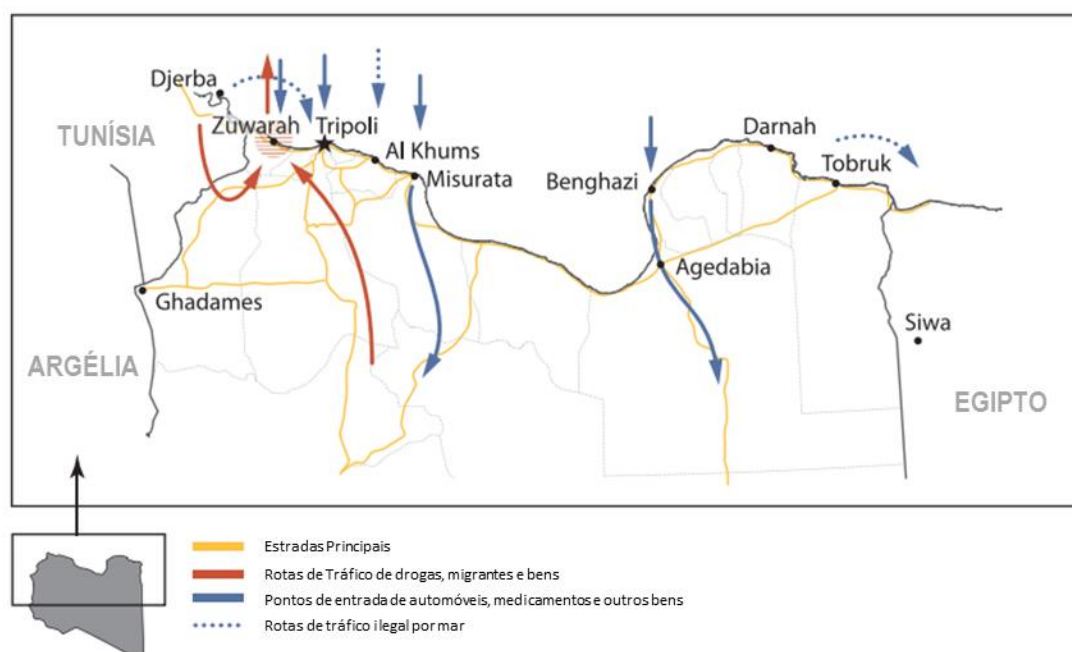


Figura 20 – Dinâmica das cidades da costa líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 21)

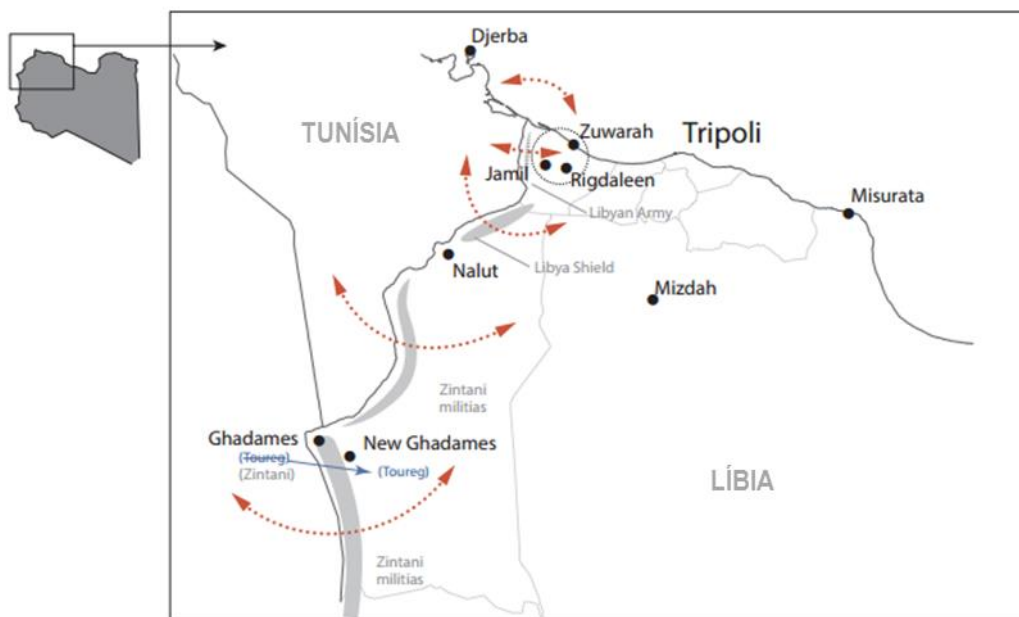


Figura 21 – Rotas de crime transacional organizado a Noroeste da Líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 22)

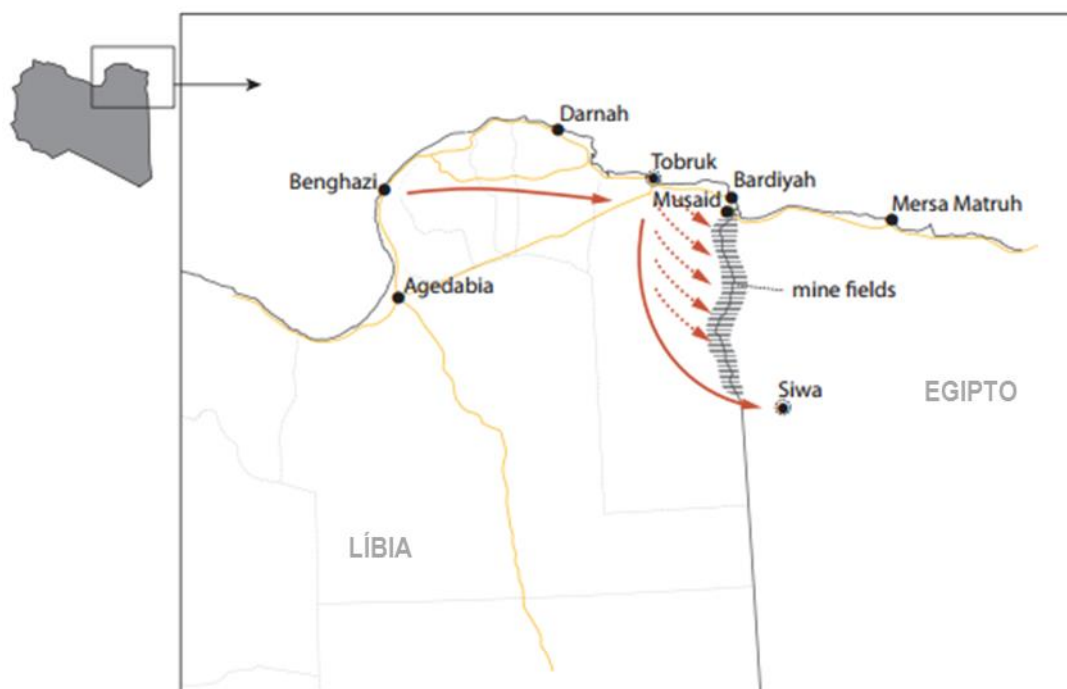


Figura 22 – Rotas de crime transacional organizado a Nordeste da Líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 33)

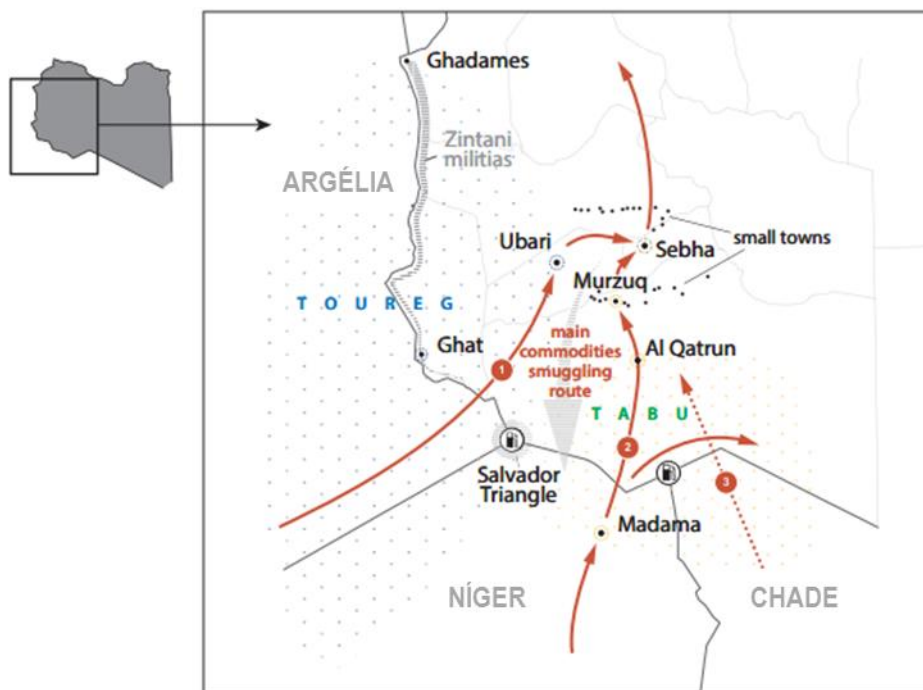


Figura 23 – Rotas de crime transacional organizado a Sudoeste da Líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 22)

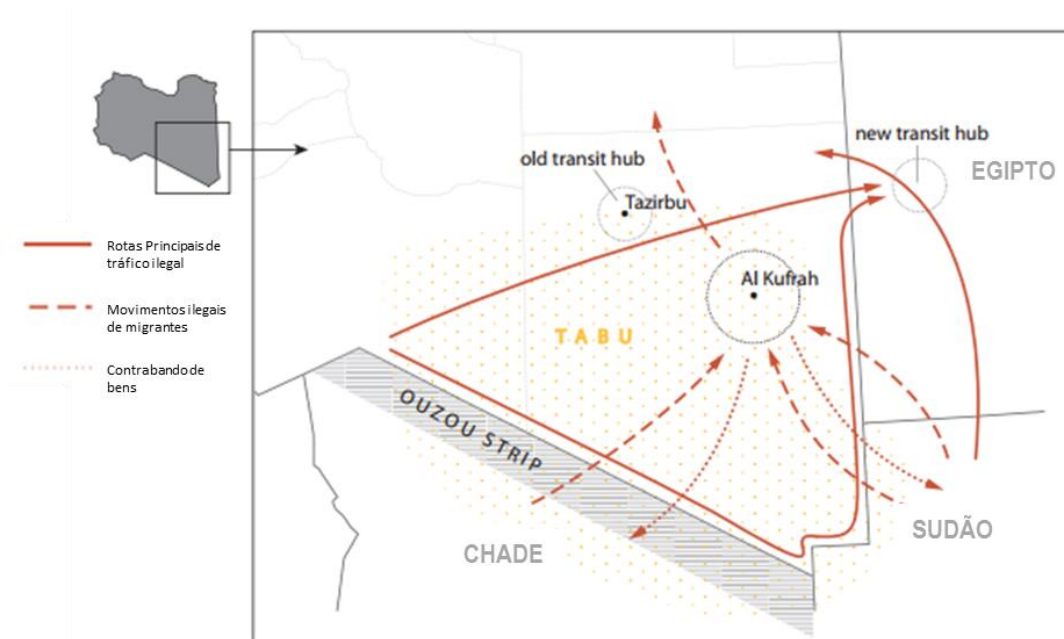


Figura 24 – Rotas de crime transacional organizado a Sudeste da Líbia

Fonte: (Shaw & Mangan, 2014, p. 31)



Anexo C — Intensidade e tipo de conflitos no Mundo

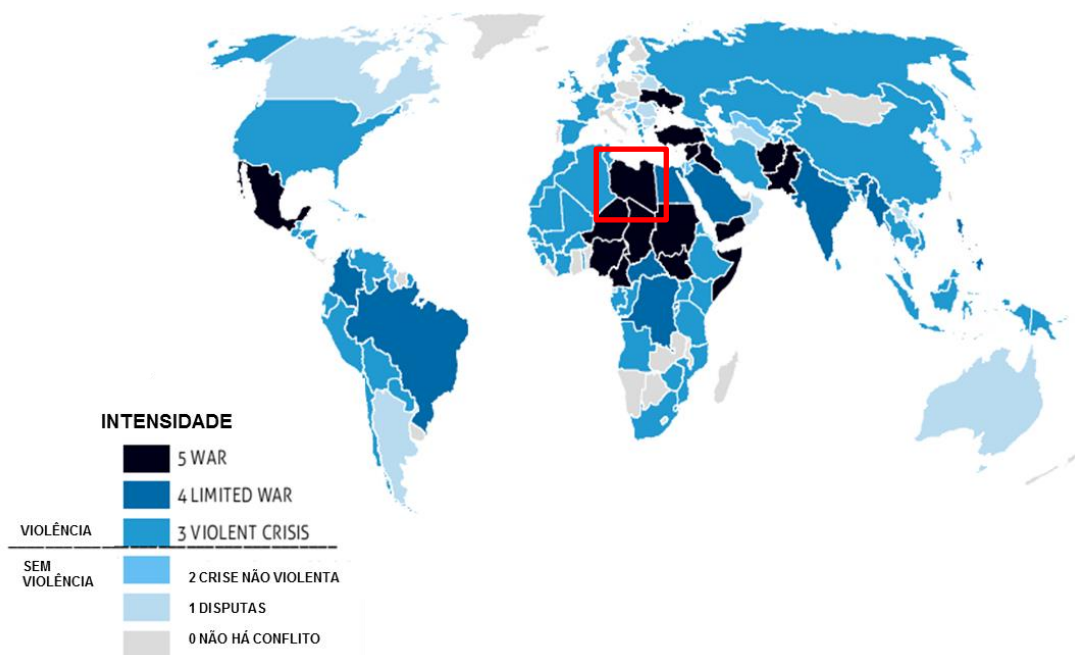


Figura 25 – Conflitos nos níveis nacional e internacional 2016

Fonte: (HIIK, 2017, p. 10)

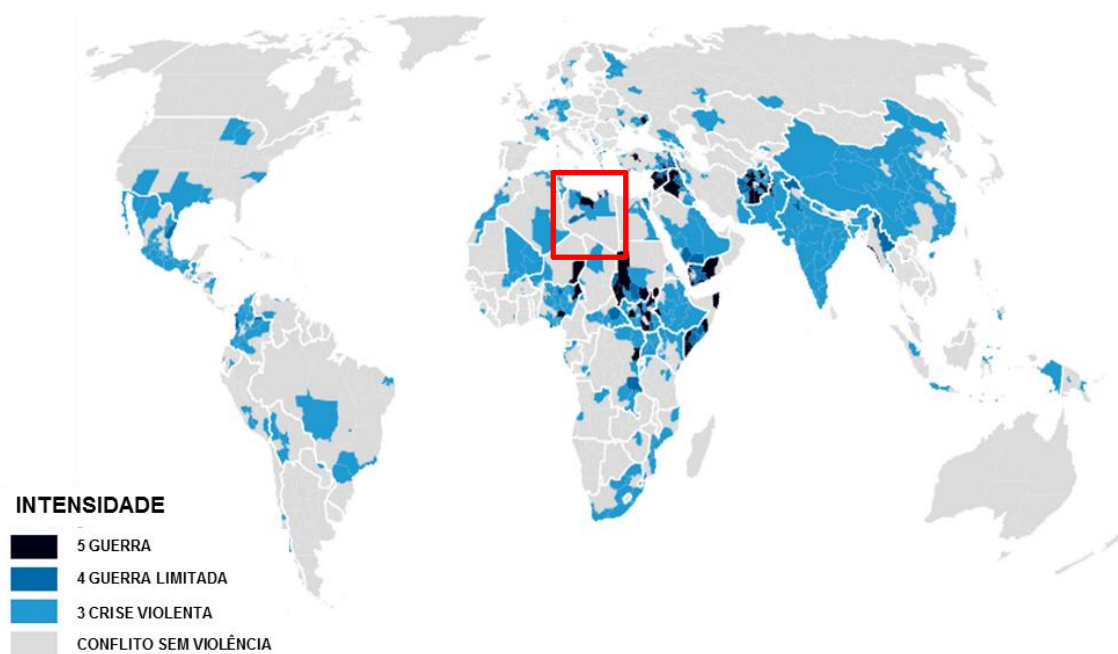


Figura 26 – Conflitos nos níveis subestatal

Fonte: (HIIK, 2017, p. 11)



Anexo D — Ameaças Comuns com origem no Arco Sul de Crises

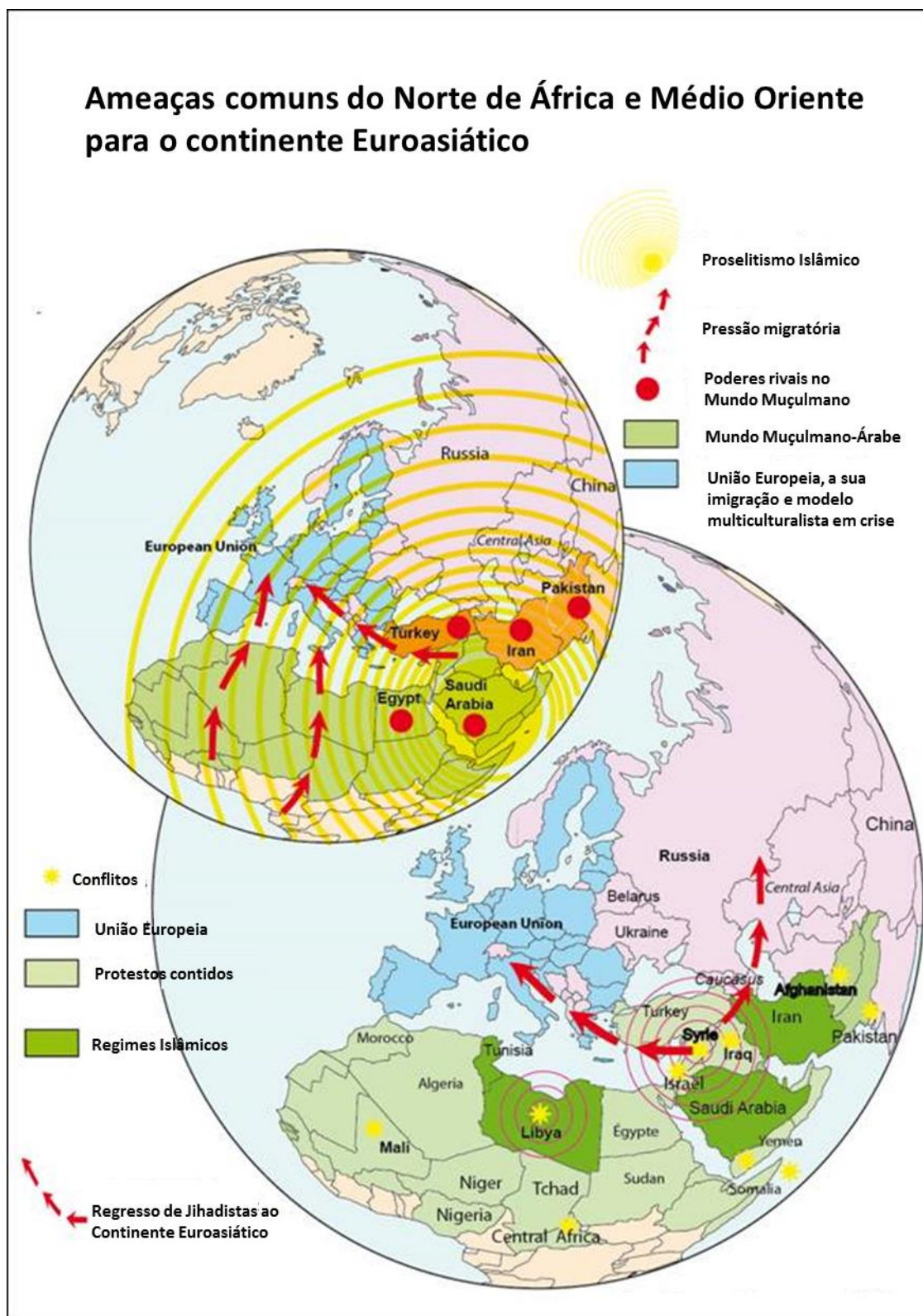


Figura 27 – Avaliação das Ameaças comuns

Fonte: (Thomann-mars, 2015)



Anexo E — Reforma do Setor de Segurança

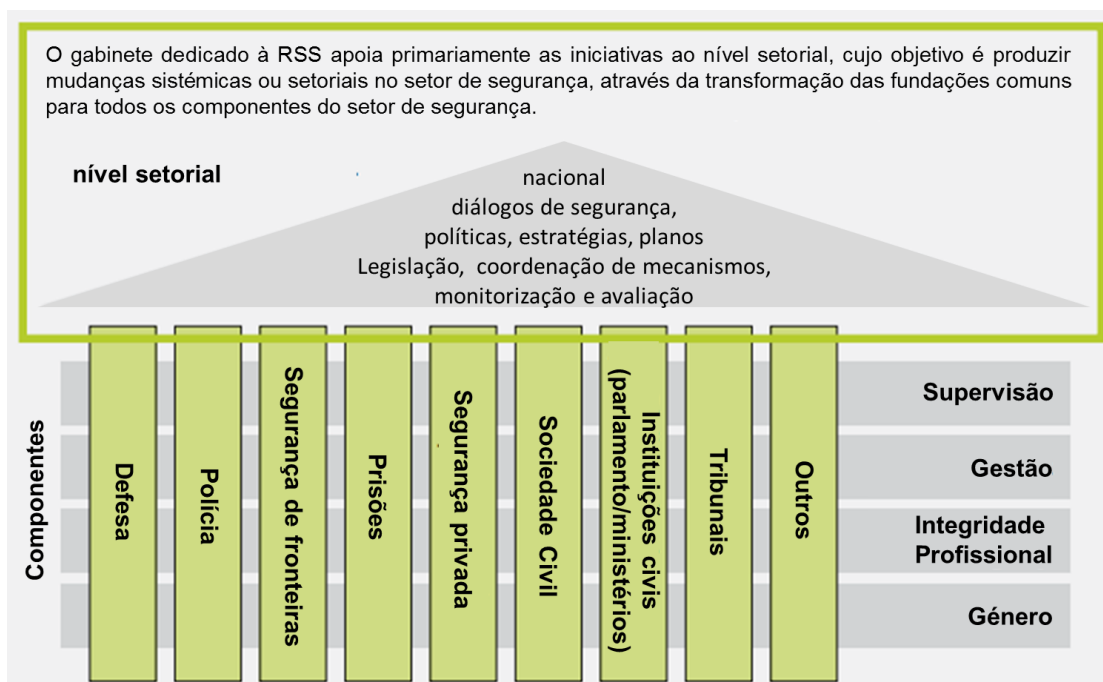


Figura 28 – Abordagem da RSS da ONU

Fonte: (ONU, 2012)



Apêndice A — Glossário

Ameaça - “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objetivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais” (Couto, 1988, p. 329). No quadro da estratégia, os acontecimentos ou ações têm origem em vontades hostis. Contudo, existem acontecimentos que pela sua natureza são suscetíveis de impedir a consecução de um objetivo. Desta forma, podemos afirmar que as ameaças, com ou sem intencionalidade, “causam intranquilidade, insegurança, prejudicam o bem-estar e, qualquer dessas ameaças carece de medidas da entidade política cujos objetivos são afetados.” (Barrento, 2010, p. 282). Aqui importa incluir além da ameaça tradicional, as ameaças transnacionais, com capacidade de cruzar fronteiras e que se manifestam ou podem manifestar no interior de um Estado. Damos o exemplo do terrorismo transnacional, o crime transnacional organizado e a proliferação de armas de destruição massiva (Governo de Portugal, 2013).

Autoajuda – Os Estados são responsáveis pela sua própria segurança, sinónimo de sobrevivência. Num ambiente anárquico, os Estados têm o dever de lutar pela sua sobrevivência. Para tal, necessitam de utilizar todos os meios e mecanismos à sua disposição. Não podem contar com a ajuda total ou parcial de outros Estados aliados, porque nada garante que um aliado de hoje não será uma ameaça de amanhã. Portanto, um Estado apenas pode contar com as suas capacidades para garantir os seus interesses nacionais e a sua sobrevivência (Nogueira & Messari, 2005, p. 31).

Diálogo OTAN para o Mediterrâneo – é uma parceria de cooperação entre a NATO e sete Estados do Sul da bacia Mediterrânea (Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) (OTAN, 2015). Foi iniciado em 1994, e tem como objetivos contribuir para a segurança e estabilidade regional, para a compreensão mútua e dissipar quaisquer equívocos sobre a OTAN entre os Estados que integram o Diálogo (Taylor, 2003, p. 40).

DDR - é um processo que contribui para a segurança e estabilização em situações pós-conflito. O DDR de ex-combatentes é um processo complexo, que envolve as dimensões política, socioeconómica, militar, forças de segurança. É um processo que visa desarmar os combatentes, retirá-los da estrutura de comando onde estavam inseridos e integrá-los na sociedade civil, garantindo o seu desenvolvimento social e económico (ONU, 2017).



Estabilidade – é um conceito que foi desenvolvido de diferentes formas no meio académico durante o período da GF. Thomas Schelling e Morton Halperin (1961), Karl Deutsch e David Singer (1964), Baylis (2002), foram alguns dos autores consultados e dos quais se deduz as seguintes linhas definidoras do conceito de estabilidade num ambiente de múltiplos atores e ameaças: (i) situação de equilíbrio do ponto de vista sistémico ou das unidades do sistema (Estados); (ii) baixa probabilidade de conflitos interestatais e intraestatais; (iii) capacidade de lidar com dilemas de segurança; (iv) garantia da sobrevivência estatal. Por oposição, deduz-se o conceito de instabilidade.

Estado Frágil - é um conceito político que emergiu na década de 90 que basicamente representa a incapacidade ou falta de vontade de um Estado em garantir o contrato social (Grimm, et al., 2014, p. 199). Atualmente a OCDE define fragilidade pela “combinação à exposição a riscos e incapacidade do Estado absorver ou mitigar esses riscos”. Para analisar a fragilidade de um Estado tem em consideração cinco dimensões: económica, ambiental, política, societal, segurança (OCDE, 2016, p. 16).

Incertezas – “são um fenómeno em que a direção pode ser desconhecida (tanto pode ser para a esquerda ou para a direita. Para cima ou para baixo), mas o impacto será sempre significativo independentemente da direção” (Engelke, et al., 2017, p. 6).

Magrebe – região do Norte de África que inclui a Mauritânia, o Saara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. É delimitada a norte pelo Mar Mediterrâneo, a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Este pelo deserto Líbia-Egipto e a Sul pelo deserto do Saara (Terracini, 1999, p. 1).

Mediterrâneo – mar que liga três continentes (Europa, África, Ásia). Inclui o mar Tirreno, o mar Jónico, o mar Egeu e o mar de Mármara. Liga-se a oeste com o oceano Atlântico através do estreito de Gibraltar. Liga-se ao mar negro através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Liga-se ao mar Vermelho através do canal do Suez (Hales, 2003, p. 19).

Mediterrâneo Ocidental – região mediterrânea delimitada a oeste pelo estreito de Gibraltar e a este pela cordilheira submersa entre a Sicília e a costa africana (Hales, 2003, p. 19).

Mediterrâneo Oriental – região do mediterrâneo delimitada a oeste pela cordilheira submersa entre a Sicília e a costa africana e a este pelos estreitos de Bósforo e Dardanelos (Hales, 2003, p. 19).



Migração - corresponde a um movimento populacional (circulação de uma pessoa ou mais pessoas), dentro ou entre Estados, qualquer que seja a sua extensão, composição e causas. Inclui a migração de refugiados, deslocados, migrantes económicos e pessoas que se deslocam para outros fins, incluindo o reagrupamento familiar (IOM, 2016). Aqui importa dar particular atenção à migração forçada, aquela que corresponde aos movimentos de deslocados (interior de um Estado) e refugiados (movimento transnacional) devido aos conflitos, a catástrofes naturais, desastres nucleares, fome, repressão e outros tipos de violência contra um determinado grupo étnico (FMO, 2016).

Parceria de Cooperação para o Mediterrâneo (OSCE) – Parceria que remonta ao Processo de Helsínquia de 1975 que reconhece que a segurança da Europa está diretamente ligada ao Mediterrâneo. Esta Parceria foi estabelecida entre a OSCE e seis Estados da bacia do Mediterrâneo: Argélia, Egito, Israel, Jordânia, Marrocos e Tunísia. Através desta Parceria assenta na construção de medidas de confiança, no diálogo para estabelecer normas de comportamento, no modelo de segurança para o século XXI que inclui novas ameaças à segurança e estabilidade, nos direitos humanos, nas dimensões económicas e ambientais, nas media e novas tecnologias, políticas de migração e integração (OSCE, 2017)

Processo de Barcelona – parceria política e de segurança Euro-Mediterrânea criada em 1995 entre 39 Estados Europeus, quinze dos quais pertenciam ao NA e MO e 700 milhões de pessoas. Procurava ser a força motriz do desenvolvimento da paz, da segurança e da prosperidade numa região em que os conflitos de longa data e as débeis ações de reforma têm frequentemente impedido o progresso. Procurava-se incrementar um quadro de diálogo, solidariedade e de desenvolvimento entre os Estados Norte-Sul da bacia Mediterrânea para lidar com desafios de “hard” e “Soft” segurança como as migrações ilegais, terrorismo e contribuir para o desenvolvimento económico e integração de mercados, encorajar o diálogo político e cultural. Em 2008, passou a ter a designação de União para o Mediterrâneo (Balfour, 2004, p. 7; Comissão Europeia, 2008) .

RSS - A RSS designa um processo de avaliação, revisão, implementação, monitorização e avaliação conduzido pelas autoridades nacionais, com objetivo de reforçar a segurança eficaz e responsável para o Estado e para a população, sem discriminação e com pleno respeito pelos direitos humanos e do Estado de Direito. Inclui diversos setores do Estado, onde a reforma da Defesa constitui um pilar fundamental das instituições



estatais (ONU, 2012, p. 2; 17). A Figura 26 do Anexo E demonstra a abordagem da ONU ao processo de SSR.

Segurança - não tem uma definição consensual e o seu campo de estudo tem vindo a ser ampliado. Porém podemos de forma simples afirmar que a segurança representa a “condição de se estar ou se sentir seguro perante ameaças”. E que contempla três elementos chave: um referente de segurança (Estado, indivíduo); um perigo atual ou iminente (a ameaça); o desejo do referente não se sentir na condição de ameaçado (resulta em estratégias para lidar e mitigar as ameaças) (Booth, 2014, pp. 11-12). Tradicionalmente, o conceito de segurança tem estado ligado ao Estado, ou melhor, respeita à sobrevivência do Estado. Porém têm surgido outras conceções de segurança que ampliam o conceito além da segurança estadual, onde o indivíduo assume centralidade (Bilgin, 2003, p. 203).

Tendências – “são fenómenos onde a direção é provável, portanto, pode ser previsto com alguma confiança no futuro” (Engelke, et al., 2017, p. 6).

União para o Mediterrâneo – é uma organização intergovernamental para a cooperação entre os 28 Estados-Membro da UE e quinze Estados do Sul do Mediterrâneo (Albânia, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Egipto, Jordânia, Israel, Líbano, Líbia⁶⁶, Marrocos, Mauritânia, Montenegro, Palestina, Síria⁶⁷, Tunísia, Turquia) com objetivo de incrementar a cooperação regional e o diálogo na região Euro-Mediterrânica. Foi criada em 2008, na cimeira de Paris para o Mediterrâneo, na continuação da parceria Euro-Mediterrânea, também conhecida como Processo de Barcelona estabelecido em 1995 (União para o Mediterrâneo, 2017).

⁶⁶ Tem estatuto de observador.

⁶⁷ Suspensa desde 1 de dezembro de 2011.



Apêndice B — Quadro Concetual

Tabela 4 – Quadro de conceitos, dimensões e indicadores

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Cooperação	Defesa	1. Génese 2. Interesses comuns 3. Objetivos de cooperação 4. Atividades de cooperação 5. Projetos de cooperação
Crise	Nacional	1. Causas 2. Consequências 3. Atores
Conflito	Interno	1. Tipos de Conflito 2. Intensidade do Conflito 3. Motivos do conflito 4. Atores em conflito 5. Presença de grupos terroristas nos Estados 5+5;
Ambiente estratégico	Volatilidade	1. Mudanças 2. Continuidade
	Incerteza	1. Falta de previsibilidade 2. Surpresa 3. Consciência de compreensão do ambiente
	Complexidade	1. Múltiplas ameaças 1. Múltiplos eventos 2. Ambiente confuso
	Ambíguo	1. Dificuldade de compreensão do ambiente (múltiplos significados: causa-efeito)

Fonte: (autor, 2016)



Apêndice C — Descrição dos Cenários 2030 para o Mediterrâneo

A descrição dos cenários que aqui se apresenta, está de acordo com o relatório elaborado pelo *think tank* norte-americano *Atlantic Council* (Engelke, et al., 2017) e a sua descrição é feita no passado, refletindo as ações que o narrador visualizou entre 2017 e 2030:

Cenário 1 – *Erosion*

É o cenário que mais se aproxima do padrão esperado em 2030. Caracterizam-no a heterogeneidade, mudança rápida e alguma incompatibilidade de formas de identidade política. Não foi possível garantir a estabilidade na Síria, Iraque, Líbia e Iémen. Síria e Líbia mantiveram-se como Estados soberanos, mas foram incapazes de providenciar segurança e bem-estar. Atores não estatais como o EI mantiveram-se na região e fragilizaram a ação do Estado, com efeito contaminante na bacia Mediterrânea, constituindo uma preocupação séria para a potência global e para as potências regionais.

Os fluxos transnacionais aumentam, nomeadamente fluxos de tráfico humano, drogas, armas ligeiras e material contrafeito. Os Estados frágeis na região tornaram-se zona fértil para as atividades ilegais e rotas de crime transnacional organizado. Os fluxos de refugiados foram inconstantes (com aumentos e diminuição) em função da violência nas zonas de conflito. A UE continuou a ser o local de destino dos migrantes económicos com origem na África Subsariana e Ásia. Apesar de existirem exceções, as necessidades da maioria dos refugiados e migrantes foram ignoradas pelas comunidades recetoras.

As economias da bacia Mediterrânea não mostraram capacidade de crescimento. Embora as exportações energéticas tenham sido benéficas para algumas economias, os hidrocarbonetos deixaram de ser fonte de riqueza como o foram no passado. As energias renováveis mostraram ser competitivas e os países como Espanha e Marrocos que investiram nesta tecnologia tiveram retorno no seu investimento.

A UE manteve-se enquanto entidade supranacional, porém demonstrou desunião na resolução de problemas e desafios no campo económico e político. O Brexit minou a economia da UE e da Inglaterra.

O enorme fluxo de migrantes que chegam à UE minou a confiança nas instituições, teve impacto no aumento do sentimento de nacionalismo, da xenofobia. Perante isto, os desafios da UE foram gerir políticas de imigração coerentes, efetuar operações marítimas



através da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), criar um sistema de distribuição de migrantes e manter o acordo Schengen. Como estas políticas foram para os sintomas e não para as causas dos problemas, não se encontraram soluções credíveis face à divisão interna, desacordos políticos, falta de recursos e diversidade de problemas da bacia Mediterrânea que impediu a formulação de uma estratégia para a região.

Aumentou a competição geopolítica entre potências Mediterrâneas. Formaram-se alianças *ad hoc* para lidar com os problemas na região quando se encontraram interesses comuns. A Federação Russa procurou manter-se ativa no Mediterrâneo, mas não foi além da influência do regime Sírio. O seu foco manteve-se ligado ao acesso ao Mediterrâneo. A China apenas procurou manter o acesso aos mercados na bacia Mediterrânea.

Os EUA mantiveram-se empenhados, mas limitados nas suas aspirações e meios, recusando-se a retirar os seus meios por completo face aos interesses energéticos, competição geopolítica e luta contra o terrorismo (Engelke, et al., 2017, pp. 15-16).

Cenário 2 – *Drawbridges*

É um cenário no qual os Estados procuram reduzir a sua exposição aos riscos. Os Estados Europeus não recuperaram da crise financeira e demonstraram crescimento lento. Apesar dos esforços de recuperação, a Grécia, após o Bexit saiu da UE. Seguiram-se outros Estados do Sul da Europa. A Alemanha ficou na liderança dos restantes Estados que se mantiveram na UE.

As crises financeiras, associadas ao aumento do fluxo de refugiados e migrantes, ao aumento do número de atentados terroristas na Europa, despoletaram os nacionalismos, a narrativa anti-migrantes, o euroceticismo face à preocupação com o bem-estar económico e identidade cultural, em que a narrativa do eu e do outro aparece fortalecida.

Com o surgimento dos populismos, os Estados na EU adotam políticas isolacionistas, fechando-se para não se exporem aos riscos vindos do exterior. Como resultado, o acordo Schengen é quebrado e os migrantes que ficam a viver na Europa não são integrados.

O interesse fundamental da Europa passou a ser a sua proteção. Alguns Estados Europeus, como a França mantiveram as suas políticas dirigidas ao NA e Sahel. A Europa aumentou a sua produção em energias renováveis e diminuiu a sua dependência de importação de combustíveis fósseis do NA e MO.

Com o fecho das fronteiras, resolveram-se alguns problemas como os fluxos ilícitos,



porém houve impacto negativo na performance económica, na resolução dos conflitos, na integração dos migrantes e refugiados. Reduziu-se a estabilidade e aumentou a radicalização.

A relação da Europa com a Turquia ficou mais difícil. A falta de uma presença forte da Europa no Mediterrâneo fragilizou a posição dos EUA. A Rússia manteve presença na região para garantir o acesso ao Mediterrâneo e a China não se empenhou no plano diplomático e militar e diminuiu os seus investimentos (Engelke, et al., 2017, pp. 17-18).

Cenário 3 – *Powerplay*

É um cenário de cariz geopolítico, onde se coloca em evidência o papel desempenhado pela potência global e potências regionais.

Face às PA, a potência global e regionais sentiram a necessidade de efetuar uma avaliação dos conflitos que se desencadearam a Sul do Mediterrâneo para perceber de que forma os conflitos ameaçavam a sua segurança. EUA, Rússia, China e Europa temiam que o radicalismo fosse exportado através e para além do Mediterrâneo. Daqui, resultou um maior envolvimento dos atores acima identificados na região do Mediterrâneo.

Os EUA, face ao seu *Status Quo* global, mantiveram-se ativos no Mediterrâneo para contribuírem para a sua estabilidade. Os aliados Europeus dos EUA, mantiveram o seu interesse pela segurança e estabilidade do Mediterrâneo e a determinação de cooperar *ad hoc* com a potência global. Porém faltaram-lhes os recursos, capacidades e união política para uma resposta adequada e de longo prazo aos desafios da bacia Mediterrânea.

China e Rússia demonstraram maior predisposição para desafiar o *Status Quo* dos EUA. Porém, não se assistiu ao retorno à geopolítica antagonista da GF. As potências encontraram oportunidades para cooperar em prol de interesses comuns no Mediterrâneo.

A Rússia, à semelhança do que fez como regime Sírio, procurou aliados, expandiu a presença das suas Forças Armadas, aumentando a sua presença no Mediterrâneo em áreas de confrontação geopolítica com a OTAN.

A China metamorfoseou-se. Abandonou a sua postura diplomática passiva e de ator económico. Passou a ser ator diplomático e militar para garantir os seus investimentos, garantir o acesso por mar ao Mediterrâneo, numa demonstração de capacidade, muito além das atividades para salvaguardar os investimentos e a segurança dos seus cidadãos.

Este cenário não resultou em conflito ou cooperação uniforme. Os interesses comuns entre as potências na região do Mediterrâneo originou alianças *ad hoc* para lidar com os



desafios inerentes à fragilidade do Estado, radicalismo e o terrorismo.

Embora os atores externos tenham a capacidade de providenciar alguma estabilidade na região, não conseguiram legitimar os regimes resultantes das suas intervenções.

As tendências e as incertezas mantiveram-se. Como a escolha foi a segurança em detrimento do desenvolvimento político, económico e social de longo prazo, e a questão sobre o papel das identidades não pode ser resolvido com soluções externas, os agentes de mudança mantiveram-se e cimentaram os ressentimentos nacionais de longa data perante atores externos (Engelke, et al., 2017, pp. 18-19).

Cenário 4 – *Club Med*

É o melhor dos cenários. Em função do medo das consequências contaminantes despoletadas pelo Arco Sul de conflitos no Mediterrâneo, a potência mundial e as potências regionais cooperam reconhecendo interesses comuns na região. EUA, Estados Europeus e Rússia cooperaram para resolver o conflito na Síria.

Após 2018, a Síria voltou a ser um Estado governado por um acordo nacional de partilha de poder depois do regime de Assad ter sido forçado a sair do poder. Este facto trouxe maior estabilidade à bacia Mediterrânea. Apesar de não ter eliminado por completo os fluxos de migração ilegal, retirou capacidade às ameaças transnacionais como o terrorismo e tráfico de pessoas e armas. As potências regionais cooperaram no combate às ameaças transnacionais.

A UE foi capaz de gerir políticas coerentes para as migrações e refugiados conducentes a uma maior integração social. Tal facto, contribuiu para a coesão interna da UE, bem como para o reforço das relações Norte-Sul, nomeadamente com a Líbia, Argélia e Tunísia.

A resolução da disputa cipriota contribuiu para a melhoria das relações geopolíticas na bacia Mediterrânea e permitiu a confiança necessária para atrair investimento que melhorou o crescimento económico no MedOr. O Chipre tornou-se estável, desenvolveu relações mais fortes com a Turquia, Egipto e Israel. Paralelamente desenvolveu parcerias com os EUA, UE e OTAN.

A UE, face ao crescimento económico conseguiu inverter as ideologias nacionalistas e o euroceticismo e manteve-se enquanto projeto europeu. Construiu uma agenda capaz de lidar com os problemas de insegurança na bacia Mediterrânea e desenvolveu relações com os Estados do Sul. A UE, mediou um acordo de paz para a Líbia e iniciou um processo de



colaboração para o Sahel e Corno de África.

Os Estados a Sul do Mediterrâneo revitalizaram as suas economias, em função dos processos de paz na Síria e na Líbia e do consequente aumento de trocas comerciais com a UE e EUA. A China continuou a investir no Arco Sul do Mediterrâneo.

Finalmente, face à aposta na educação e desenvolvimento, os cidadãos no NA e MO começaram a desenvolver projetos que colocaram as economias daquela região num patamar de elevados níveis de desempenho (Engelke, et al., 2017, pp. 20-22).